

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Rubem Damião Soares Nogueira

Conexões entre Arquivo, Biblioteca e Museu: similaridade das atividades profissionais e colaboração entre instituições – O Arquivo Público Mineiro, a Biblioteca Pública Estadual Luís de Bessa e o Museu Mineiro

Belo Horizonte
Escola de Ciência da Informação da UFMG
2016

RUBEM DAMIÃO SOARES NOGUEIRA

Conexões entre Arquivo, Biblioteca e Museu: similaridade das atividades profissionais e colaboração entre instituições – o Arquivo Público Mineiro, a Biblioteca Pública Estadual Luís de Bessa e o Museu Mineiro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: Informação Cultura e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Ávila Araújo.

BELO HORIZONTE
2016

Ficha catalográfica: elaborada pela biblioteca da ECI

Será impressa no verso da folha de rosto e não deverá ser contada.



Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

Dissertação intitulada “**Conexões entre Arquivo, Biblioteca e Museu: similaridade das atividades profissionais e colaboração entre instituições – o Arquivo Público Mineiro, a Biblioteca Pública Estadual Luís de Bessa e o Museu Mineiro**”, de autoria de **Rubem Damião Soares Nogueira**, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Carlos Alberto Ávila Araújo (Orientador)
ECI/UFMG

Prof^a. Dr^a. Leticia Julião
ECI/UFMG

Prof. Dr. Renato Pinto Venâncio
ECI/UFMG

Prof. Dr. Adalson de Oliveira Nascimento (Suplente)
ECI/UFMG

Prof^a. Beatriz Valadares Cendón
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - PPGCI
ECI/UFMG

Data de aprovação: Belo Horizonte,de de 20....

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à força ordenadora de todo universo, a quem nossa cultura chama de Deus.

Aos meus pais, Cosme e Tânia, que fizeram os meus olhos brilharem pelo conhecimento.

À minha amada esposa Leana, pela paciência e motivação em todos os momentos dessa jornada.

A todos os meus parentes e amigos que torceram por este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Professor Carlos Alberto Ávila Araújo, por ter acreditado em mim e neste trabalho e me dado a honra de ser seu orientando. Foi uma grande alegria tê-lo como orientador. Muito obrigado pela sua paciência, confiança, incentivo e orientação que me foi dispensada durante todo o processo da elaboração deste estudo.

Aos professores membros da banca, que muito contribuíram com suas valiosas considerações: Dr^a. Letícia Julião, Dr. Renato Pinto Venâncio e Dr. Adalson de Oliveira Nascimento.

Aos demais professores da Escola de Ciência da Informação da UFMG, pelas contribuições e pelo compartilhamento de seus conhecimentos.

Ao professor Renato Rocha Souza, por ter me colocado nesse caminho de pesquisa em Ciência da Informação, pelo grande exemplo de profissional docente, obrigado.

Aos meus estimados amigos Jane Guirado e Antônio Eustáquio Rodrigues pelo companheirismo e bons pensamentos, mesmo a distância.

Aos meus irmãos, especialmente Cassiano Ricardo, que dedicou tempo e recursos para que este estudo se tornasse realidade. Muito obrigado, amigo.

Aos meus amigos, família Banco do Brasil, especialmente meu amigo Cláudio Henrique, pelo incentivo e exemplo, muito obrigado.

Aos meus primos José Mario e Alexandre, pela compreensão e bom humor nos momentos de afastamento.

Aos meus colegas de turma, pelo convívio durante esta jornada, dos quais fiz verdadeiros amigos, muito obrigado.

Aos servidores da secretaria da pós-graduação e dos serviços gerais, aos bibliotecários e aos auxiliares da Escola de Ciência da Informação, por toda a atenção a mim dispensada durante a minha permanência na escola.

A todos aqueles que colaboraram, meus sinceros agradecimentos.

“É preciso um século de análise para um dia de síntese.”

(Hilton Ferreira Japiassu)

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar as relações entre Arquivos, Bibliotecas e Museus, no âmbito das instituições, para identificar possíveis relações de similaridade entre suas atividades profissionais, bem como determinar como essas conexões influenciam o processo de colaboração mútua. O fato de existir um movimento global de conectividade entre museus, bibliotecas e arquivos, com o intuito de promover e desenvolver estratégias e políticas de colaboração interinstitucional com foco no intercâmbio de conhecimento, economia de recursos financeiros e recursos humanos, políticas comuns de financiamento, promoção de boas práticas institucionais, tem motivado uma aproximação entre as três áreas e pode-se perceber, especialmente nas últimas duas décadas, uma crescente interdisciplinaridade, parcerias e colaborações institucionais com o objetivo de prestar um serviço mais abrangente e de maior qualidade. Em função de responder ao problema de pesquisa e alcançar os objetivos, traçou-se o percurso metodológico fundamentado na intercessão produtiva das três instituições (arquivo, biblioteca e museu) e explicitados por meio dos três objetos empíricos, a partir de três contextos: 1 – Da relação de similaridades entre as atividades e perfis profissionais das três áreas (Arquivo, Biblioteca e Museu) listadas na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO 4.0.2 de 2002 e manuais das três áreas. 2 – Explicitação da relação de similaridade entre as atividades e perfis profissionais e possibilidades de cooperação mútua das três áreas por meio das instituições investigadas. 3 – Pesquisa bibliográfica histórica para entender os desenvolvimentos de ABMs ao longo do tempo e sua relação de proximidade e afastamentos. Para examinar as várias fontes de informação que subsidiam a presente pesquisa, foi utilizada uma triangulação de métodos, uma combinação de métodos e técnicas de natureza quantitativa, qualitativa e interpretativa. O resultado desta pesquisa revelou uma proximidade histórica entre Arquivos, Bibliotecas e Museus desde sua origem, compartilhando, inclusive, o mesmo espaço institucional, o que é também uma tendência contemporânea. Verificou-se que existe grande similaridade entre algumas atividades profissionais, 70,7% no caso dos Arquivistas, 79,5% em relação aos Bibliotecários e 79,7% em relação aos Museólogos. No caso das instituições: 70,6% de atividades similares para o Arquivo Público Mineiro, 81,7% em relação à Biblioteca Pública Estadual Luís de Bessa e 73,2% em relação ao Museu Mineiro. As atividades com maior concentração de similaridade dizem respeito às atividades: Gerenciar unidades, redes e sistemas de informação - 11,8%; Conservar acervos - 8,0%; Planejar atividades técnico-administrativas - 7,1%; Demonstrar competências pessoais - 6,1%; Dar acesso à informação - 5,7%; Desenvolver recursos informacionais - 5,2%; Preparar ações educativas e/ou culturais - 5,2%. Quanto ao nível de colaboração entre as instituições analisadas, os questionários institucionais demonstraram que a colaboração existe, contudo, em um nível de interação simples (cooperação).

Palavras-chave: Arquivo; Biblioteca; Museu; Colaboração institucional; Similaridade profissional.

ABSTRACT

This study aimed to analyzing the institutional relationship among Archives, Libraries and Museums with the purpose of identifying possible relations of similarity among their professional activities, as well as determining how these connections influence the mutual cooperation process. The fact that there is a global movement of connectivity among museums, libraries and archives in order to promoting and developing strategic and policies of inter-institutional collaboration focused on knowledge sharing, saving financial and human resources, common funding policies, promotion of institutional good practices; all of it has encouraged the rapprochement among the three areas and a growth can be noticed, especially in the last two decades, in interdisciplinarity, partnerships and institutional collaborations with the purpose of providing a more comprehensive service with higher quality. Aiming to respond to the research issue and achieving the objectives, a methodological path was traced based in the productive intersection of the three institutions (archive, library and museum) and clarified through the three empirical objects, from three contexts: 1 – The similarity relations among the activities and professional profiles of the three areas (Archive, Library and Museum) listed on the Brazilian Classification of Occupations - CBO 4.0.2 of 2002 and manuals of the three areas. 2 - Explanation of similarity relation among activities and professional profiles and possibilities for mutual cooperation of the three areas through the investigated institutions. 3 - Historical literature research to understand the developments of Archives, Libraries and Museums over time and their proximity and distance relationship. To examine the several sources of information supporting this research, a triangulation of methods was used in a combination of methods and quantitative, qualitative and interpretive techniques. The result of this research showed a historical proximity among Archives, Libraries and Museums since their origin, including sharing the same institutional space, which is also a contemporary trend. It was found that there is great similarity among some professional activities, 70.7% for Archivists, 79.5% for Librarians and 79.7% for Museum Experts. Regarding the institutions: 70.6% of similar activities for the Public Archives of Minas Gerais, 81.7% for Public State Library Luis de Bessa and 73.2% for Museum of Minas Gerais (Museu Mineiro). The activities with the highest concentration of similarity relate to activities: Manage units, networks and information systems - 11.8%, preservation of collections - 8.0%, planning technical and administrative activities - 7.1%, Demonstrating personal skills – 6.1%, Providing access to information - 5.7 %, Developing information resources - 5.2%, Preparing educational and/or cultural activities - 5.2%. As to the level of cooperation among the institutions under analysis, institutional questionnaires showed that cooperation exists, however, on a simple interaction (cooperation) level.

Keywords: Archive; Library; Museum; Institutional collaboration; Professional similarity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Gráficos do Cadastro Nacional de Museus IBRAM/MINC- 2010.....	26
FIGURA 2 – Espectro das disciplinas tradicionais	91
FIGURA 3 – Caráter informacional dos registros	92
FIGURA 4 – Modelo de colaboração continuada	106
FIGURA 5 - Plano Estadual de Cultura.....	112
GRÁFICO 1 - Histograma das atividades similares tendo como referência a CBO 4.0.2 de 2002 (RF-2613) - Arquivista	140
GRÁFICO 2 - Histograma das atividades similares - Estratificado entre os subgrupos - tendo como referência o Arquivista	142
GRÁFICO 3 - Histograma das atividades similares tendo como referência a CBO 4.0.2 de 2002 (RF-2613) - Bibliotecário.....	143
GRÁFICO 4 - Histograma das atividades similares - Estratificado entre os subgrupos, tendo como referência o Bibliotecário.....	145
GRÁFICO 5 - Histograma das atividades similares tendo como referência a CBO 4.0.2 de 2002 (RF-2613) - Museólogo.....	147
GRÁFICO 6 - Histograma das atividades similares - Estratificado entre os subgrupos, tendo como referência o Museólogo.....	149
GRÁFICO 7 - Histograma das atividades similares realizadas pelos profissionais das três áreas (ABM), tendo como referência as atividades profissionais realizadas no APM	151
GRÁFICO 8 - Histograma das atividades similares realizadas pelos profissionais das três áreas (ABMs), tendo como referência as atividades profissionais realizadas na BPELB.....	152
GRÁFICO 9 - Histograma das atividades similares realizadas pelos profissionais das três áreas (ABMs), tendo como referência as atividades profissionais realizadas no MM	153
GRÁFICO 10 - Histograma das atividades similares realizadas pelos profissionais das três áreas (ABMs), tendo como referência as atividades profissionais realizadas no APM, na BPELB e no MM	155
GRÁFICO 11 - Histograma das atividades similares – Excluindo-se as atividades- meio, tendo como referência a CBO 4.0.2 de 2002 (RF-2613) - Arquivista	156
GRÁFICO 12 - Histograma das atividades similares – Excluindo-se as atividades- meio, tendo como referência a CBO 4.0.2 de 2002 (RF-2613) – Bibliotecário	156
GRÁFICO 13 - Histograma das atividades similares – Excluindo-se as atividades- meio, tendo como referência a CBO 4.0.2 de 2002 (RF-2613) - Museólogo	157
GRÁFICO 14 - Histograma das atividades similares – Excluindo-se as atividades- meio, tendo como referência a CBO 4.0.2 de 2002 (RF-2613) – Arquivo Público Mineiro	157

GRÁFICO 15 - Histograma das atividades similares – Excluindo-se as atividades-meio, tendo como referência a CBO 4.0.2 de 2002 (RF-2613) – Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa	158
GRÁFICO 16 - Histograma das atividades similares – Excluindo-se as atividades-meio, tendo como referência a CBO 4.0.2 de 2002 (RF-2613) – Museu Mineiro	158
GRÁFICO 17 - Histograma das atividades similares realizadas pelos profissionais das três áreas (ABMs) e instituições estudadas (APM, BPELB e MM)	159
GRÁFICO 18 - Histograma das atividades similares realizadas pelos profissionais das três áreas (ABMs) e instituições estudadas (APM, BPELB e MM) excluindo-se as atividades-meio	160

LISTA DE QUADROS E TABELAS

QUADRO 1 – Classificação da informação	55
QUADRO 2 - Resumo dos conceitos propostos pelo Modelo de Colaboração Contínua – <i>The Collaboration Continuum</i>	106
QUADRO 3 – Procedimentos metodológicos e áreas envolvidas	133
QUADRO 4 – Procedimentos metodológicos e instituições envolvidas.....	134
QUADRO 5 - Interferência entre as variáveis	135
QUADRO 6 – Respostas do Módulo VIII do questionário institucional – Atividades Interinstitucionais	164
QUADRO 7 – Níveis de colaboração por instituição pesquisada	166
TABELA 1 - Tabela de Frequência das atividades similares realizadas pelos profissionais das três áreas (ABM) tendo como referência o Arquivista - Relatório de Família (RF) 2613 da CBO 4.0.2 de 2002	140
TABELA 2 - Tabela de frequência das atividades similares realizadas pelos profissionais das três áreas (ABM) tendo como referência o Arquivista - Relatório de Família 2613 da CBO 4.0.2 de 2002 – Estratificada por subgrupos.....	141
TABELA 3 - Tabela de frequência das atividades similares realizadas pelos profissionais das três áreas (ABM) tendo como referência o Bibliotecário - Relatório de Família (RF) 2612 da CBO 4.0.2 de 2002.....	142
TABELA 4 - Tabela de frequência das atividades similares realizadas pelos profissionais das três áreas (ABM) tendo como referência o Bibliotecário - Relatório de Família 2612 da CBO 4.0.2 de 2002 – Estratificada por subgrupos.....	145
TABELA 5 - Tabela de frequência das atividades similares realizadas pelos profissionais das três áreas (ABM) tendo como referência o Museólogo - Relatório de Família (RF) 2613 da CBO 4.0.2 de 2002.....	146
TABELA 6 - Tabela de frequência das atividades similares realizadas pelos profissionais das três áreas (ABM), tendo como referência o Museólogo - Relatório de Família 2613 da CBO 4.0.2 de 2002 – Estratificada por subgrupos.....	148
TABELA 7 - Tabela de frequência das atividades similares realizadas pelos profissionais das três áreas (ABM), tendo como referência as atividades realizadas no APM	150
TABELA 8 - Tabela de Frequência das atividades similares realizadas pelos profissionais das três áreas (ABM), tendo como referência as atividades realizadas na BPELB	151
TABELA 9 - Tabela de Frequência das atividades similares realizadas pelos profissionais das três áreas (ABMs), tendo como referência as atividades realizadas no MM.....	153
TABELA 10 - Tabela de frequência das atividades similares realizadas pelos profissionais das três áreas (ABMs), tendo como referência as atividades realizadas no APM, na BPELB e no MM	154

TABELA 11 - Tabela de frequências das atividades similares realizadas pelos profissionais das três áreas (ABMs) e instituições estudadas (APM, BPELB e MM)	159
Tabela 12 - Tabela de frequências das atividades similares realizadas pelos profissionais das três áreas (ABMs) e instituições estudadas (APM, BPELB e MM) excluindo-se as atividades-meio	160
TABELA 13 - Tabela de frequências para as atividades realizadas por todos estratificadas entre os subgrupos.....	161

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACR - Anglo-American Cataloguing Rules.

ABMs - Arquivos, Bibliotecas e Museus

ABRAINFO - Associação Brasileira de Profissionais da Informação

ALA - American Library Association

APM - Arquivo Público Mineiro

ARQ Brasil - Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão
Arquivística de Documentos

ASIS&T - American Society for Information Science and Technology

BAM - Bibliotheken, Archiven, Museen

BIJU - Biblioteca Infante-Juvenil

Bireme-OPAS-OMS - Organização Panamericana da Saúde

BPELB - Biblioteca Pública Estadual Luís de Bessa

BPMBH - Biblioteca Pública de Belo Horizonte

Caged - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CALM - Committee on Archives, Libraries and Museums

CAN - Collections Australia Network

CBO - Classificação Brasileira de Ocupações

CBU - Controle Bibliográfico Universal

CDD - Classificação Decimal de Dewey

CDU - Classificação Decimal Universal

CEA – Conselho Estadual de Arquivo

Cefar - Centro de Formação Artística

CI - Ciência da Informação

CIA - Conselho Internacional de Arquivos

CL - Circuito Liberdade

Conarq - Conselho Nacional de Arquivos

CONEP - Conselho Estadual de Patrimônio Cultural

CONEP – Conselho Nacional de Patrimônio Cultural

CONSEC – Conselho Estadual de Política Cultural

Detel-MG - Departamento Estadual de Telecomunicações de Minas Gerais

Dirpf - Declaração do Imposto de Renda de Pessoa Física

DPHAN - Diretoria do Patrimônio Histórico Nacional

EBAM - Encuentro Latinoamericano de Bibliotecarios

Eca-USP - Escola de Comunicação e Artes – Universidade de São Paulo

ENECIN - Encontro Nacional de Ensino em Ciência da Informação

FAOP - Fundação de Arte de Ouro Preto

FCS - Fundação Clóvis Salgado

FID - Federação Internacional de Documentação

FUNCAMP - Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP

GAC - Grandes Áreas de Competência

Ibram - Instituto Brasileiro de Museus

ICOM - Conselho Internacional de Museus

ICTOP - Comitê Internacional do ICOM de Formação Profissional

IEPHA - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

IEPHAMG - Fundação Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

IFLA - International Federation of Library Associations

IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IIB - Instituto Internacional de Bibliografia

IID - Instituto Internacional de Documentação

IMLS - Institute of Museum and Library Services

ISAD - Norma Internacional de Descrição Arquivística

Isad (G) - International Standard Archival Description (General)

ISBD - International Standard Bibliographic Description

ISBN - International Standart Book Number

MARC - Machine Readable Catalog

MHNJB - Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG

MLA - Museums, Libraries and Archives

MM - Museu Mineiro

MM Gerdau - Museu das Minas e do Metal

NOKS - Nordjyllands Kulturhistoriske Søgebase
OCLC - Online Computer Library Center
ONU - Organização das Nações Unidas
OSCIPs - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
Pnad - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
RAPM - Revista do Arquivo Público Mineiro
RF - Relatórios de Família
SEC - Secretaria Estadual de Cultura
SIAAPM - Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro
Sine - Sistema Nacional de Empregos
SNIIC - Sistema de Informações e Indicadores Culturais
SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico Nacional
TICs - Tecnologias da Informação e Comunicação
TRAPS - Tabela de Referência de Atividades Profissionais Similares
UBCIM - Universal Bibliographic Control and Information Marc
Ufrj - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Unicamp - Universidade Estadual de Campinas
UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo
USC-Bauru-SP - Universidade do Sagrado Coração – Bauru – São Paulo
USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	20
2 CONCEITOS GERAIS E REVISÃO DA LITERATURA	34
2.1 Um breve percurso histórico e teórico de Arquivos, Bibliotecas e Museus	34
2.1.1 Os museus como instituições do conhecimento.....	34
2.1.2 Os Arquivos e as Bibliotecas como instituições do conhecimento	37
2.2 Arquivos, Bibliotecas e Museus: funções, práticas e atuação profissional.....	40
2.2.1 Arquivos - O que é um arquivo?.....	40
2.2.2 Princípios arquivísticos.....	46
2.2.3 Atuação profissional em arquivos.....	50
2.2.3.1 Organizar documentação de arquivos institucionais e pessoais	52
2.2.3.2 Dar acesso à informação (serviço de referência)	55
2.2.3.3 Conservar acervos (preservação de documentos)	56
2.2.3.4 Preparar ações educativas e/ou culturais.....	57
2.3 Bibliotecas - O que é uma biblioteca?	58
2.3.1 Atuação profissional em bibliotecas	60
2.3.2 Atividade profissional do bibliotecário	63
2.3.2.1 Disponibilizar informação em qualquer suporte.....	63
2.3.2.2 Gerenciar unidades, redes e sistemas de informação	64
2.3.2.3 Tratar tecnicamente recursos informacionais.....	66
2.3.2.4 Seleção e Aquisição	66
2.3.2.5 Classificação/Indexação e Catalogação.....	66
2.3.2.6 Sistemas de Classificação.....	68
2.3.2.7 Catalogação	70
2.3.2.8 Desenvolver recursos informacionais.....	71
2.3.2.9 Disseminar informação.....	72
2.3.2.10 Desenvolver estudos e pesquisas	72
2.3.2.11 Prestar serviços de assessoria e consultoria	73
2.3.2.12 Realizar difusão cultural e ações educativas.....	73
2.4 Museus - O que é um Museu?	74
2.4.1 Princípios museológicos.....	78
2.4.2 Atuação profissional em museus.....	80
2.4.3 Atuação profissional do museólogo.....	83
2.4.3.1 Criar projetos de museus e exposições.....	83
2.4.3.2 Organizar acervos museológicos públicos e privados.....	84
2.4.3.3 Sistema de documentação museológica	84

2.4.3.4 Conservar acervos	86
2.4.3.5 Preparar ações educativas e/ou culturais.....	87
2.5 Interinstitucionalidade profissional e teórica entre Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia	87
2.5.1 Arquivos, Bibliotecas e Museus – Fatores de integração	87
2.5.1.1 Autores que tratam da conexão entre ABMs	89
2.5.1.2 A CBO 4.0.2 de 2002	102
2.5.1.3 Os manuais de área	104
2.5.1.4 Modelo de Colaboração Contínua em ABMs	104
3 UNIVERSO DA PESQUISA: O ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, A BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL LUIZ DE BESSA E O MUSEU MINEIRO	108
3.1 Sistema Estadual de Cultura de Minas Gerais	108
3.2 O Circuito Cultural Praça da Liberdade	113
3.3 O APM, a BPELB e o MM	114
3.3.1 O Arquivo Público Mineiro	115
3.3.2 A Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa	119
3.3.3 O Museu Mineiro	125
4 METODOLOGIA.....	129
4.1 Caracterização da pesquisa	129
4.2 Procedimentos metodológicos	132
4.3 Questionários institucionais.....	135
4.4 Autores que tratam da colaboração entre ABMs.....	137
4.5 Procedimento de coleta/extração e tratamento de dados e informação.....	137
5 RESULTADOS: DISCUSSÃO DOS DADOS.....	139
5.1 Análise descritiva das atividades para arquivista, museólogo e bibliotecário....	139
5.1.1 Arquivista.....	139
5.1.2 Bibliotecário.....	142
5.1.3 Museólogo.....	146
5.2 Análise descritiva das atividades para o APM, a BPELB e o MM	149
5.2.1 Arquivo Público Mineiro.....	150
5.2.2 Biblioteca Pública Estadual Luís de Bessa.....	151
5.2.3 Museu Mineiro.....	152
5.3 APM, BPELB e MM	153
5.4 Análise dos dados excluindo-se “atividades-meio”	155
5.5 Estatística geral de atividades e Grupos para ABM	159
5.5.1 Considerando as atividades independentes.....	159
5.5.2 Considerando as atividades similares	161
5.6 Análise do nível de Colaboração entre o APM, a BPELB e o MM.....	162

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	168
REFERÊNCIAS.....	175
APÊNDICES.....	CD-ROM

1 INTRODUÇÃO

A colaboração entre Arquivos, Bibliotecas e Museus (ou ABMs, como será usado para o propósito deste trabalho) tem sido assunto recorrente nos debates em congressos, eventos e mesas-redondas promovidos por entidades e associações representativas das três áreas. Governos, Universidades e instituições ao redor do mundo têm transformado a colaboração entre ABMs em políticas públicas, diretrizes curriculares e fundamentos teóricos e práticos desses campos (ARAÚJO, 2014; BATES, 2012; BELLOTTO, 2014; MARQUES, 2010; PINHEIRO, 2012; SILVA, 2006; SMIT, 2003).

Contudo, a palavra colaboração é um conceito que tem sido interpretado de maneira equivocada nesse domínio. Em termos gerais, colaboração refere-se a um processo em que dois ou mais grupos trabalham em conjunto em favor de um objetivo comum compartilhando conhecimentos, informações e recursos. No contexto das teorias e atividades de ABMs, esse trabalho em conjunto tem se resumido a interações simples (como debates ou mesas-redondas) e raramente se amplia para interações complexas (como a integração de sistemas de informação ou teorias) (ZORICH; WAIBEL; ERWAY, 2008).

A definição de tal “objetivo comum”, nesse sentido, exige esforço, interesse e perícia proporcionais à complexidade das interações entre os campos. Historicamente, a relação dos ABMs, os processos e comportamentos de colaboração sugerem se dar em um *continuum* desde sua origem (*ibidem*, p. 10).

O surgimento da linguagem e posteriormente da escrita possibilitaram ao homem armazenar informação e conhecimento em um suporte, essencialmente essa é também a origem comum de museus, bibliotecas e arquivos. Essa origem comum recua milênios no tempo e coincide com a gênese dos primeiros aglomerados civilizatórios e do desenvolvimento do comércio, contabilidade, governos, religiões, princípios legislativos e dos seus registros em suportes menos efêmeros que a memória de um homem (MARQUES, 2010).

A primeira escrita apareceu na Mesopotâmia, onde surgiram as primeiras civilizações urbanas, as cidades de Lagash, Umma, Nippur, Ur e Uruk, entre o sexto e o primeiro milênio AC. É também dessa região a mais antiga estrutura organizada de arquivo e biblioteca, que data de aproximadamente 2.350 anos a.C – em Ebla, na Síria.

Em Ebla foram encontradas em torno de 20 mil tabuinhas de argila escritas em cuneiforme. Elas são registros contábeis, posteriormente também utilizadas para inscrições votivas, comemorativas, narrativas históricas e relatos épicos. Constava de duas salas: uma biblioteca e um órgão burocrático, onde se encontravam os documentos administrativos, legais, históricos e religiosos e outra onde se encontravam os documentos econômicos. As tábuas estavam guardadas em cestos e caixas de madeira ordenadas por assunto e com inscrições para poderem ser localizadas (WELLISCH, 1981).

O primeiro museu reconhecido pelos historiadores é o de Ennigaldi-Nanna e data de cerca de 530 a.C. A curadora era a princesa Ennigaldi, filha de Nabonido, o último rei do Império Neo-Babilônico. O museu foi localizado no antigo estado de Ur, hoje o moderno estado de Dhi Qar, no Iraque, cerca de 150 metros do famoso Zigurate de Ur (ANZOVIN, 2000), ainda que nessas culturas urbanas orientais o colecionismo não seja um fenômeno cultural consolidado, por se vincular essencialmente ao regime religioso e cortesão e da relação entre essas duas dimensões, não podendo ser definidas tais instituições e organizadores por museus e curadores (LEÓN, 1978).

Contudo, os objetos encontrados no museu de Ennigaldi-Nanna estavam acompanhados de tabuinhas que eram rótulos com descrição das peças em três idiomas e a expografia, o arranjo das peças e suas descrições obedeciam a uma ordem em forma de narrativa, contando a história do império babilônio (WOOLLEY, 1982). Além disso, o museu estava em um complexo que continha um jardim botânico, biblioteca, templo, palácio, administração burocrática do império e residências imperiais (BRITANNICA ENCYCLOPAEDIA, 1997).

O sistema monetário mesopotâmio favoreceu um ambiente artístico e um comércio artístico, ainda que os consumidores ainda sejam os príncipes e os sacerdotes. Entretanto, em Creta, o comércio artístico se ampliou e alcançou consumidores para além dos palácios e templos. Esse passo em direção ao fenômeno do colecionismo também abre as portas ao colecionismo romano (LEÓN, 1978).

Três séculos antes de nossa era, no berço do mundo ocidental, um centro de cultura pretendeu custodiar todo o conhecimento da humanidade materializado em qualquer suporte: a Biblioteca de Alexandria, caracterizada de *mouseion* (termo de onde deriva etimologicamente a palavra museu), continha um observatório,

laboratórios, anfiteatro, jardins botânicos e zoológicos, uma imensa biblioteca e coleções de objetos das mais variadas culturas e períodos históricos, formavam um conjunto único, possibilitando um estudo de diferentes áreas do conhecimento (HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, 2006).

A partir do século III d.C., com a expansão do cristianismo, igrejas, mosteiros e abadias passaram a acumular e produzir objetos, documentos e obras literárias com finalidades simbólicas, estéticas, econômicas, enfim, como memória da comunidade e promovedores de prestígio para a igreja. Esse processo, que ao longo do tempo impulsiona a separação formal entre arquivo e biblioteca, também foi responsável pela salvaguarda de textos, obras de arte, objetos, que provavelmente teriam desaparecido se não fossem tais centros de guarda (POMIAN, 1984).

Com a invenção da imprensa no século XV, o acesso ao conhecimento toma uma nova dimensão: ao possibilitar um maior acesso aos textos antes restritos aos mosteiros por meio da reprodução em série, causa um impacto profundo na forma como se estrutura informação e conhecimento e na disseminação de ideias no surgimento das universidades, racionalização do aparelho administrativo do Estado moderno, conseqüentemente, incrementando enormemente o número de livros e documentos e tornando os objetos colecionados pela burguesia, igreja e nobreza de interesse coletivo (HEDSTROM; KING, 2003).

Os gabinetes de curiosidades, iniciativas particulares de exposição das coleções, desencadeiam um processo de musealização dos objetos e contribuição para a ciência e o pensamento moderno ao catalogar o mundo natural de forma sistemática, fornecendo novos materiais de estudo, colaborando para o Método e para a Comunicação Científica (*idem*).

O pensamento cartesiano do século XVII e a crescente laicidade do conhecimento concorreram para que no século XVIII houvesse uma transição dos museus privados para o museu público que, juntamente com as bibliotecas do período, à herança da biblioteca de Alexandria, ainda pretendem uma universalização de assuntos nos seus acervos (*idem*).

Além disso, a crescente especialização do trabalho e do conhecimento nos séculos XIX e XX, a diferenciação dos materiais dos suportes, os meios em que são disponibilizados, as necessidades da sociedade e as novas habilidades de profissionais especializados no campo determinaram quais objetos seriam custodiados por quais instituições: “objetos tridimensionais de valor patrimonial

passariam a pertencer aos museus, livros às bibliotecas e, manuscritos e documentos originais aos arquivos” (MARQUES, 2010; RAYWARD, 1998; SILVA, 2002; SMIT, 2003).

Mais recentemente, nos últimos 30 anos, houve algumas mudanças sociotécnicas, como redes globais de comunicação e relações econômicas internacionalizadas, o uso de redes interconectadas, uma tendência crescente de humanização e regionalização das ciências e do conhecimento, interdisciplinaridade e complexidade de conhecimentos, a aproximação entre os sujeitos e objetos dos estudos científicos. Tais mudanças, na forma de um mundo integrado, engendraram uma nova construção nas maneiras de agir da humanidade e uma nova visão de mundo, inclusive na Ciência (SANTOS, 2003).

Essas novas características de ação em Arquivos, Bibliotecas e Museus parecem resultar em uma aproximação das três áreas. Já se percebe uma crescente interdisciplinaridade, por meio de convergências disciplinares, parcerias e colaborações com o objetivo de prestar um serviço mais abrangente e de maior qualidade (ARAÚJO, 2010).

Há, em vários países, uma tendência de conectividade entre museus, bibliotecas e arquivos, com o intuito de promover a criação de instituições públicas para gestão, promoção e desenvolvimento de estratégias e políticas de colaboração interinstitucional. São apontados como benefícios: Intercâmbio de conhecimento, economia de recursos financeiros e recursos humanos, políticas comuns de financiamento, promoção de boas práticas institucionais (ARAÚJO, 2014; MARQUES, 2010). A seguir, citamos alguns exemplos.

Com o objetivo de promover colaboração transversal e desenvolver boas práticas de mediação, acesso à informação e ao conhecimento em museus, arquivos e bibliotecas, foi criado no Reino Unido (2000) o Museums, Libraries and Archives (MLA).¹ Em 2012 o conselho foi dividido, ficando museus e bibliotecas sob responsabilidade do Conselho de Artes e arquivos com o Arquivo Nacional da Inglaterra. Semelhantemente, na Noruega (2003), surge com a designação de Autoridade Norueguesa para Arquivos, Bibliotecas e Museus (ABM – utvikling – Statens senter for arkiv, bibliotek og museum),² com foco em recursos e estratégias em inovação e tecnologias de informação e comunicação para as três áreas e, em

¹ Disponível em: <<http://www.mla.gov.uk/>>.

² Disponível em: <<http://www.abm-utvikling.no/>>.

2011, foi redistribuído entre a Biblioteca Nacional Norueguesa e o Norwegian Science Index, sendo as políticas de desenvolvimento nas três áreas absorvidas pelo Norwegian Council (MARQUES, 2010).

O Institute of Museum and Library Services (IMLS),³ agência federal independente norte-americana (1996) segue ativo gerenciando financiamentos de integração como o Connecticut History Online, uma colaboração entre museus e bibliotecas de acesso *online* a objetos (fotografias, mapas, manuscritos, artefatos, livros etc.) que documentam a história social, política, educacional, cultural e cívica do estado de Connecticut.⁴ Ainda nos Estado Unidos, foi criada em 2003 o Committee on Archives, Libraries and Museums (CALM),⁵ comitê misto organizado pela American Library Association – ALA, para promover a colaboração institucional entre as três entidades fundadoras, a American Association of Museums, a American Library Association e a Society of American Archivists (*idem*).

O “The coordinating office for Archives, Libraries and Museums in Sweden”, o projeto ABM-centrum⁶ (2004), é uma rede de colaboração entre sete instituições culturais de caráter nacional que promovem iniciativas nacionais e internacionais de digitalização, no âmbito das políticas europeias de acesso a conteúdos digitais, com objetivo de criar plataformas *online* de acesso às coleções, como a Europeana,⁷ um portal de integração de coleções digitalizadas de instituições europeias.

Há também os projetos congêneres NOKS⁸ (Nordjyllands Kulturhistoriske Søgebase), o projeto dinamarquês de integração de bases de dados dos bens em museus, bibliotecas e arquivos da região norte desse país (redistribuído em 2011 por falta de fundos), e o BAM⁹ (Portal zu Bibliotheken, Archiven, Museen), um sistema de informação *online* de busca única entre inúmeras instituições alemãs que permite uma eficiente integração de dados provenientes dos mais diversos sistemas informáticos, ainda ativo. Utiliza o *software* de código aberto Apache Lucene,¹⁰ que permite a integração de bases de dados textuais.

³ Disponível em: <<http://www.ims.gov/index.shtm>>.

⁴ Disponível em: <<http://connecticuthistory.org/>>.

⁵ Disponível em: <http://info.ala.org/CALM/index.php?title=Main_Page>.

⁶ Disponível em: <<http://abm-centrum.se/>>.

⁷ Disponível em: <<http://www.europeana.eu/portal/index.html>>.

⁸ Disponível em: <<http://www.noks.dk/>>.

⁹ Disponível em: <<http://www.bam-bw.de>>.

¹⁰ Disponível em: <<http://lucene.apache.org/>>.

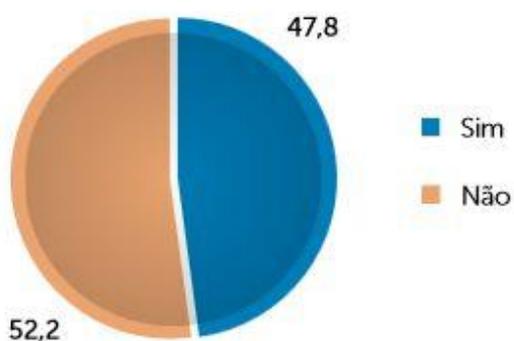
O Projeto Cornucopia¹¹ (1998), também desenvolvido pelo MLA, é uma fonte de informação sobre mais de 6.000 coleções dos museus, bibliotecas, arquivos e galerias do Reino Unido. Sistema informacional de pesquisa de coleções em três níveis: informações institucionais (endereços, *website*, contato etc.); informação sobre a coleção (nome da coleção, área temática, tipos de objetos, cobertura geográfica, temporal etc.); e pontos fortes da coleção (objetos de interesse temático) (TURNER, 2004).

Uma iniciativa australiana, chamada Collections Australia Network (CAN),¹² desenvolvido desde 2004, permite uma pesquisa em uma única interface *online* de objetos, eventos, instituições e exposições de arquivos, bibliotecas, galerias e museus australianos.

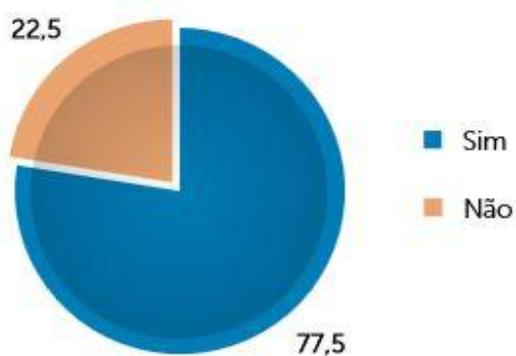
No Brasil, de acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram/MinC) de 2011, quase metade dos museus possui biblioteca e/ou arquivo, como mostram os gráficos a seguir:

¹¹ Disponível em: <<http://www.cornucopia.org.uk/>>.

¹² Disponível em: <<http://www.collectionsaustralia.net/>>.

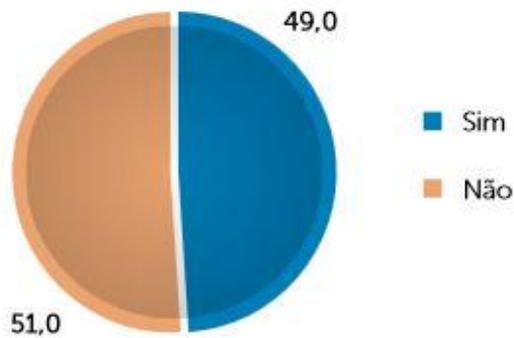
FIGURA 1 – Gráficos do Cadastro Nacional de Museus IBRAM/MINC- 2010**GRÁFICO 48 - PORCENTAGEM (%) DE MUSEUS SEGUNDO EXISTÊNCIA DE BIBLIOTECA EM SUAS DEPENDÊNCIAS, BRASIL, 2010**

FONTE: CADASTRO NACIONAL DE MUSEUS - IBRAM / MINC, 2010

GRÁFICO 48.1 - PORCENTAGEM (%) DE MUSEUS QUE POSSUEM BIBLIOTECA SEGUNDO PERMISSÃO DE ACESSO PÚBLICO, BRASIL, 2010

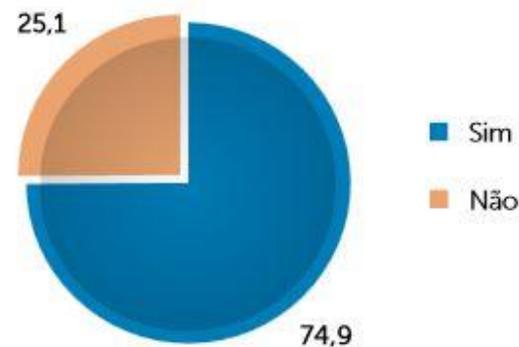
FONTE: CADASTRO NACIONAL DE MUSEUS - IBRAM / MINC, 2010

cadastro nacional de museus GRÁFICO 49 - PORCENTAGEM (%) DE MUSEUS SEGUNDO EXISTÊNCIA DE ARQUIVO HISTÓRICO EM SUAS DEPENDÊNCIAS, BRASIL, 2010



FONTE: CADASTRO NACIONAL DE MUSEUS - IBRAM / MINC, 2010

cadastro nacional de museus GRÁFICO 49.1 - PORCENTAGEM (%) DE MUSEUS QUE POSSUEM ARQUIVO HISTÓRICO SEGUNDO PERMISSÃO DE ACESSO PÚBLICO, BRASIL, 2010



FONTE: CADASTRO NACIONAL DE MUSEUS - IBRAM / MINC, 2010

As iniciativas na América Latina, inclusive no Brasil, têm sido especialmente de promover eventos, seminários e congressos integrando as três áreas. Inicialmente no Brasil, em 2002, com o I Integrar – Congresso Internacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus, em São Paulo, com segunda edição em 2006; também o Encuentro Latinoamericano de Bibliotecarios, Archivistas y Museólogos (EBAM) ocorrido em 2009 e já em sua 6ª edição; em 2011, Salvador (BA) sediou o Encontro de Arquivos, Bibliotecas e Museus à Era Pós-Custodial: um Diálogo Brasil-Portugal; e em 2012, além da abertura do diálogo entre as três áreas com a realização da mesa-redonda no Encontro Nacional de Ensino em Ciência da Informação (ENECIN), também foi criada a Associação Brasileira de Profissionais da Informação (ABRAINFO), que no ano seguinte dá início a uma série

de debates sobre o tema Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia: Convergências (ARAÚJO, 2014).

Tais iniciativas – apoiadas e incentivadas pelos principais blocos econômicos e políticos do mundo, com o aval dos países membros da Organização das Nações Unidas (ONU) tendo, inclusive, políticas traçadas pelo Comitê para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que promove, desde a década de 1970, iniciativas de harmonização curricular entre as áreas de ABMs – começam a ganhar maiores proporções à medida que ampliam sua atuação documental para um metacampo informacional (ARAUJO, 2010).

Pelos exemplos ao redor do globo, citados acima, e seus contextos, podemos identificar alguns delineamentos político-institucionais que têm se destacado como fatores causadores da aproximação das três áreas: a revolução digital e utilização massificada das tecnologias de informação e comunicação; a mudança da ênfase do acervo para o usuário, a informação e o conhecimento; a utilização de ABMs como instituições complementares à educação formal e de promoção e preservação do patrimônio cultural e científico das nações e da humanidade.

A presente pesquisa propõe-se a analisar as relações entre Arquivos, Bibliotecas e Museus no âmbito das instituições, profissionais e as atividades profissionais que exercem, com o objetivo de esclarecer a existência de similaridade e níveis de cooperação entre as três áreas. Dada a extensão da pesquisa, o foco, neste momento, concentra-se no exame da colaboração interinstitucional entre ABMs; tendo como objetos empíricos o Arquivo Público Mineiro, a Biblioteca Pública Estadual e o Museu Mineiro.

ABMs são instituições de preservação do patrimônio cultural, ou instituições memória *per se*, cuja missão é, em princípio, igual: coletar, preservar e facilitar o acesso ao patrimônio cultural e científico (FALETAR; BOSANČIĆ, 2005). Tais instituições tradicionalmente construíram suas práticas profissionais, métodos e teorias em razão dos direcionamentos conceituais que dão aos suportes em que cada área se especializou; ou, nas palavras de Smit: “no imaginário profissional coletivo estocam-se livros e periódicos em bibliotecas, objetos em museus e documentos gerados pelas administrações em arquivos” (SMIT, 2000, p. 28).

Historicamente, as realidades profissionais de ABMs têm se adaptado aos contextos sociais, econômicos e políticos que os cercam, deixando esses campos suscetíveis aos jogos de poder (HOOPER-GREENHILL, 1995). A bibliografia

histórica mostra que tais instituições estão associadas ao acúmulo de riqueza das nações, instituições e indivíduos (CHARNES, 2005). Essa acumulação de documentos, quer administrativa, patrimonial, cultural, de memória, intelectual ou colecionista, esteve alinhada ao interesse de uma classe dominante (RAYWARD, 1995). Assim se deu no processo histórico de criação das instituições estudadas na presente pesquisa e que será detalhado mais adiante.

Posteriormente, com o desenvolvimento e a especialização de coleções e profissões, este processo de diferenciação atingiu o seu ponto alto nas décadas de 1950 e 1960, antes do advento da revolução digital. Surge o conceito de usuário, de um ente de interesses, necessidades e comportamento personalizados (RAYWARD, 1995).

Nas últimas três décadas, especialmente nas últimas duas, mudanças significativas nas atividades, serviços e filosofias de ABMs foi provocada em decorrência de mudanças técnico-sociais. As novas tecnologias de comunicação e informação abriram possibilidades sem precedentes para que ABMs se configurassem em instituições de informação e conhecimento (HEDSTROM; KING, 2003).

Isto porque instituições de patrimônio, cultura e memória passam também a representar uma nova demanda: tornar seus acervos amplamente disponíveis e acessíveis, inclusive fora dos seus limites institucionais, já que o perfil dos novos usuários os caracteriza como consumidores e pesquisadores de informação, sob qualquer forma: artigo, livro, fotografia, música, mapa, objeto etc. Localizados, ou não, fisicamente em um arquivo, biblioteca ou museu; desde que os recursos de busca e acesso sejam eficientes.

Aumenta-se a conexão entre ABMs, ainda que se mantenham claras as diferenças conceituais e técnicas específicas de cada campo, ao se alinharem para estabelecer uma relação informacional-cultural-educativa com o usuário-público-visitante e com os documentos. No ambiente digital, por exemplo, os documentos, fator essencial de diferenciação entre as áreas e do trabalho de arquivistas, bibliotecários e museólogos – como livros, textos, imagens, sons ou artefatos –, em nada se distinguem uns dos outros do ponto de vista do suporte, ainda que se mantenha a diferenciação conceitual (MARTIN, 2003).

Assim, o aumento do uso de tecnologias e a necessidade de lidar com registros eletrônicos, características cada vez mais comuns em ABMs, bem como o

entendimento de que estão incluídas em um contexto mais amplo, como instituições de fronteira, na preservação e na promoção de cultura, patrimônio, informação e conhecimento. O entendimento de tais características tem aproximado não somente as instituições, mas também a natureza dos objetos de estudo, os métodos e as técnicas, as atividades profissionais e até mesmo a missão ou o propósito de ABMs, bem como a percepção das necessidades de seus usuários; nesse sentido, um isolacionismo pode ser visto mais como uma questão de convenção e tradição do que como uma diferença real ou conceitual (RAYWARD, 2004; MARTIN, 2003; CHARNES, 2005).

Elevam-se então algumas perguntas que deverão ser respondidas ao longo da pesquisa para se compreender a relação de colaboração entre ABMs enquanto áreas integrativas na proximidade de objetivos, práticas profissionais e teorias desses três campos:

1. ABMs se reconhecem como instituições conectadas, inclusive ocupando complementarmente o mesmo espaço institucional?
2. ABMs articulam atividades de comunicação, cooperação, coordenação e colaboração mútua, culminando em uma conexão de práticas, processos e metodologias?
3. Arquivistas, Bibliotecários e Museólogos executam suas atividades práticas, levando em consideração possíveis contribuições entre as três áreas?

Colocam-se como hipóteses:

1. Arquivos, Bibliotecas e Museus possuem uma origem histórica comum que remonta à origem da própria cultura e da escrita. Esse passado em comum poderia ter-lhes conferido uma conectividade técnica e objetivos comuns. Existiria, portanto, uma relação de similaridade entre as atividades técnicas de seus profissionais, ainda que seja clara a especificidade conceitual de cada campo e conseqüentemente existam direcionamentos exclusivos para cada área.

2. Nas últimas três décadas tem havido um fenômeno global de aproximação das três áreas motivado por fatores técnicos e sociais próprios de nosso tempo, como o uso massificado das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e uma virtualização do mundo e das relações sociais. Nesse sentido, esse fenômeno de aproximação entre as áreas, com o objetivo de colaboração mútua, estaria sendo implementado também em instituições de referência local em Minas Gerais, como o Arquivo Público Mineiro (APM), a Biblioteca Pública Estadual Luís de Bessa (BPELB) e o Museu Mineiro (MM).

Depreende-se, a partir dessas colocações, que os apontamentos sobre um possível diálogo ou mesmo conexão entre ABMs poderão influenciar o direcionamento e a relação dessas instituições com o seu usuário, dos profissionais com os conceitos de informação e conhecimento, das reverberações desse possível processo de colaboração entre essas áreas nas dimensões político-institucionais, acadêmicas e sociais.

Ao verificar que todo esse debate já vem ocorrendo de forma intensificada nas últimas duas décadas, em nível governamental, acadêmico e institucional; faz-se necessário entender os limites dessa proposta de intercessão entre os campos e em que atividades essa colaboração poderá ser mais eficiente.

O objetivo da presente pesquisa é o de analisar as relações entre Arquivos, Bibliotecas e Museus no âmbito das instituições, seus profissionais, as atividades que exercem e clarificar se realmente tendem a colaborar entre si e em que nível de colaboração, bem como se suas atividades profissionais possuem alguma relação de similaridade. Dada a extensão da pesquisa, o foco, neste momento, concentra-se no exame das atividades profissionais descritas na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO 4.0.2 – de 2002; e na colaboração interinstitucional entre ABMs com base no modelo “The Collaboration Continuum” desenvolvido pela Online Computer Library Center – OCLC; tendo como objetos empíricos o Arquivo Público Mineiro, a Biblioteca Pública Estadual e o Museu Mineiro.

Para tanto, traçaram-se os seguintes objetivos específicos, que estão apresentados em duas partes: 1 – Quanto à relação interinstitucional de ABMs; e 2 – Quanto ao diálogo profissional das respectivas áreas.

No que se refere à relação interinstitucional/colaboração entre ABMs:

- identificar evidências de interinstitucionalidade/colaboração mútua e continuada presentes nas características gerais da instituição: história, características físicas, planejamento estratégico, estrutura organizacional e orçamento;
- identificar evidências de interinstitucionalidade/colaboração mútua e continuada presentes nas informações sobre os acervos, acesso ao público e serviços prestados;
- identificar evidências de interinstitucionalidade/colaboração mútua e continuada presentes nas ações culturais e educativas, serviços de referência e informação, disseminação da informação e marketing institucional.

No que se refere ao diálogo profissional das respectivas áreas, pretende-se:

- precisar as frequências absoluta e relativa de similaridade presentes na atuação profissional de Arquivistas, Bibliotecários e Museólogos;
- precisar as frequências absoluta e relativa de similaridade presentes nas atividades profissionais de ABMs segundo relatórios de família e tabela de atividades por Grandes Áreas de Competência – GAC, da CBO 4.0.2 de 2002.

A estrutura da dissertação segue o padrão sugerido pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Estado de Minas Gerais – PPGCI/UFMG.

O primeiro capítulo, **Introdução**, apresenta os argumentos iniciais e gerais sobre a presente pesquisa, sua relevância, o problema de pesquisa, as hipóteses; além de seus objetivos geral e específicos, bem como argumentos que justificam esta investigação.

O segundo capítulo, **Conceitos gerais e revisão da literatura**, além de discorrer brevemente sobre a história dos campos e das instituições investigados, também pretendeu detalhar os conceitos essenciais de cada profissão, as definições profissionais de cada área e as atividades profissionais por elas exercidas. Contou também com o levantamento dos argumentos de autores que são referência em suas áreas no debate sobre colaboração entre ABMs e seu diálogo, sendo eleitos

autores que preferencialmente falam sobre as três áreas. Finalmente, falou-se da história e dos contextos em que as instituições estudadas se inserem.

O terceiro capítulo, **Metodologia**, descreve os pormenores do caminho metodológico traçado para chegar às conclusões propostas no objetivo da pesquisa. Descreve a caracterização da pesquisa e os procedimentos metodológicos, os instrumentos e ferramentas utilizados para embasar a investigação sobre a conexão e colaboração entre ABMs.

O quarto capítulo, **Resultado: discussão dos dados**, apresenta a análise descritiva estatística das relações de similaridade das atividades profissionais dos três campos (ABMs) e das três instituições estudadas (APM, BPELB e MM), apresentados também na forma de tabelas e gráficos para uma melhor compreensão dos resultados. Apresentam-se também o resultado dos questionários institucionais e o entendimento sobre o nível de colaboração entre o APM, a BPELB e o MM.

O quinto e último capítulo trata das considerações finais, contribuições e conclusões do autor sobre a pesquisa e os resultados obtidos no processo.

2 CONCEITOS GERAIS E REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Um breve percurso histórico e teórico de Arquivos, Bibliotecas e Museus

Esta pesquisa é demasiado curta para recontar a história do desenvolvimento de ABMs, mas alguns pontos-chave são dignos de nota para enquadrar a discussão sobre seu enraizamento institucional e sua relação interinstitucional na forma como se apresentam especialmente a partir do século XVII. O que não quer dizer que ABMs não existiam antes de 1600, no entanto, essas instituições, como as conhecemos hoje, constituíram-se durante um período que compreende desde o Iluminismo, passando pela Revolução Francesa à Revolução Industrial; assimilando potenciais intelectuais e técnicos destas revoluções (HEDSTROM; KING, 2003).

2.1.1 Os museus como instituições do conhecimento

Podemos considerar que os museus estão mais diretamente ligados à revolução do pensamento no início do século XVII, mas suas reverberações alcançam bibliotecas e arquivos a ponto de essas três instituições se tornarem a principal infraestrutura epistêmica na economia do conhecimento (*idem*).

Parece óbvio para o utilizador moderno de um museu que a exibição pública de itens interessantes tem grande valor na educação e no esclarecimento da população, mas isso não era evidente antes do Iluminismo. O museu, como o conhecemos hoje, surgiu de uma forma de entretenimento que lentamente evoluiu para uma prática deliberada de recolher. O reconhecimento da utilidade acadêmica de coleta foi contemporâneo à revolução no pensamento, representada por Galileu, Erasmo de Rotterdam, Descartes, Francis Bacon, Newton, Spinoza, Rabelais, Montaigne, Voltaire, Rousseau, Locke, Hume e outros. No entanto, as origens da coleta não se deram a partir do domínio da filosofia, mas na busca prática por inovações na agricultura e na medicina (POMIAN, 1984).

As coleções de objetos feitos pelo homem já haviam se tornado populares entre os membros da aristocracia europeia no final do século XVI. O Arquiduque Ferdinando II no Tirol, o Imperador Rodolfo II em Praga, Pedro, o Grande, em St.

Petersburgo, Bacilius Amerbach em Basileia, Augusto em Dresden, Albrecht V em Munique, Gustavus Adolphus em Uppsala, entre outros, possuíam ricas coleções particulares. Na maioria dos casos, estas importantes coleções eram formadas de joias e outros artefatos preciosos e a exibição de tal tesouro era exclusiva para alguns poucos convidados. Entretanto, alguns colecionadores ricos expandiram sua coleção para itens da natureza (POULOT, 2013).

Em toda a Europa, a partir de meados do século XVI em diante, um número notável de coleções de objetos naturais surgiu, inicialmente com jardineiros na coleta de plantas que se expandiram para incluir outros recursos naturais, criações e artefatos feitos pelo homem. O movimento tomou forma na Itália com as coleções de Francesco Calceolari, Ulisse Aldrovandi, Michele Mercati e Ferrante Imperato. Nenhum desses coletores era da aristocracia, mas emergentes membros da classe média que tinham usado como escada social a universidade (GONZÁLEZ BUENO; BARATAS DÍAZ, 2013).

Algumas dessas coleções foram meticulosamente documentadas em catálogos cujo resultado foi compartilhado. Nesse sentido, as universidades tiveram papel crucial na ascensão do museu moderno com o aumento dos jardins medicinais e o foco na coleta, identificação, classificação e ensaio de plantas para tratamento médico. A evolução do museu moderno também inspirou a pesquisa acadêmica, ao invocar uma sociedade de aprendizagem, um “colégio invisível” de acadêmicos distribuídos por todo o mundo para colaborar por meio de reuniões e correspondência com a comunicação científica (SILVA, 2006).

Ao se refletir sobre o surgimento dos gabinetes de curiosidades ou gabinetes de maravilhas (em alemão *Wunderkammer*) como precursores de museus modernos, é possível se identificarem pelo menos três elementos cruciais para o surgimento da ciência moderna. O primeiro foi o papel essencial das coleções em estimular os esforços para compreender o mundo natural. A coleta era uma forma de investigação, um meio de criar recursos didáticos que deveriam fazer sentido para o colecionador, outros colecionadores e observadores; criando um conhecimento comum sobre reinos anteriormente desconhecidos (POULOT, 2013).

Este foi um passo vital no abandono da escolástica e na ascensão da moderna pesquisa acadêmica e científica. Por meio do ato de colocar objetos naturais em exposição, o colecionador tinha a obrigação de tentar explicar a existência dos artefatos à luz das velhas crenças. O objetivo inicial destas coleções

foi simplesmente para provocar admiração, mas o ato de ‘querer saber’ logo levou à indagação e à teorização (*idem*).

As ramificações políticas e sociais desta fusão de entretenimento e educação pública logo foram vistas. A exibição de esqueletos de dinossauros ao longo de um quarto de século para um número incontável de cidadãos britânicos pavimentou o caminho para o alarme generalizado na publicação da *Origem das Espécies* de Darwin, em 1859, por exemplo. O quadro do registro fóssil também foi utilizado para fundamentar seu modelo mecanicista de gênese e diversificação da vida. Provavelmente o impacto dessa nova teoria não seria o mesmo sem a tradição dos museus (HEDSTROM; KING, 2003).

O segundo elemento dos gabinetes de curiosidades foi o seu papel na ascensão do método sistemático nas ciências. Indo além de ingênuas perguntas, o colecionador seguiu em direção ao aprofundamento da compreensão mediante observações cuidadosas, estabelecendo relações complexas entre os objetos naturais. Quando as coleções se tornaram grandes o suficiente para permitirem uma comparação cuidadosa da morfologia entre os espécimes, por exemplo, os primeiros esforços de construção taxonômica e classificatória tornaram-se procedimentos rigorosos. A ciência já não pode ser impulsionada por aquilo que o investigador pensa sobre o que as coisas deveriam ser, mas sim por como elas realmente são na natureza (*idem*).

O terceiro elemento importante das coleções foi o corolário da documentação. A organização de catálogos permitiu que as informações sobre as coleções pudessem circular em uma espécie de forma virtual, muito facilitada pelo advento da imprensa. Estudiosos em lugares díspares poderiam comparar suas coleções locais com os catálogos de outros colecionadores, identificando discrepâncias e questões que poderiam ser resolvidas por meio de correspondências, discussão e análise. Desta forma, o esforço para identificar, classificar e comparar toda a natureza tomou forma e avançou para a documentação sistemática nos séculos XVII e XVIII. Assim, os museus foram progenitores da comunicação acadêmica e científica lançando as bases de conhecimentos necessários para a construção da revolução industrial (SILVA, 2002).

A história da relação entre museus e estruturas informacionais e do conhecimento e sua capacidade de reunir um grupo altamente heterogêneo de pessoas em torno de um interesse comum, o de conhecer, tornam seu objeto e essa

instituição “de fronteira”, na esfera do conhecimento, assim como Arquivos e Bibliotecas (BELLOTTO, 2014).

2.1.2 Os Arquivos e as Bibliotecas como instituições do conhecimento

Foram agrupadas as histórias de bibliotecas e arquivos no debate sobre a ascensão na modernidade de ABMs porque, apesar da separação institucional e de propósito em arquivos e bibliotecas, suas semelhanças de objetivos e infraestrutura epistêmica das suas comunidades de conhecimento são mais centrais para os argumentos desta pesquisa que suas diferenças. Reafirme-se: seu isolacionismo é um fenômeno relativamente recente que se desenvolveu como consequência da racionalização e especialização industrial e que é cada vez mais difícil de se sustentar à luz do potencial da convergência digital.

As origens das bibliotecas e arquivos, além da relação com o surgimento da escrita, estão interligadas com o desenvolvimento do comércio e da contabilidade, o estabelecimento do Estado de Direito e a gênese do discurso acadêmico. A mais antiga evidência física de repositórios sugere que os documentos foram criados, recolhidos e armazenados para servirem a propósitos pragmáticos, ainda que não exclusivamente (GORDON, 2002).

Registros comumente encontrados em arquivos antigos incluem leis da terra, transações administrativas, registros financeiros e contábeis e documentos de propriedade e controle sobre bens e pessoas, refletindo uma produção constante de documentos, independentemente da natureza governamental, religiosa ou econômica (*idem*).

As sociedades antigas e clássicas erigiram suas bibliotecas e arquivos, armazenando seus acervos de documentos e artefatos em locais que demonstram sua centralidade e importância, como templos e palácios, sendo abrigados em locais fortificados, projetados para protegê-los contra fogo, roubo e pilhagem. Tal centralidade evidencia que estas instituições também serviram como símbolos de autoridade e poder. A lendária Biblioteca de Alexandria cumpriu mais do que o propósito de reunir todos os textos conhecidos do mundo em uma única estrutura monumental. Ao adquirir textos antigos e, em seguida, traduzi-los para o grego, antigos escribas e curadores contribuíram para a hegemonia da língua, da cultura e da visão de mundo grega (HEDSTROM; KING, 2003).

A conquista romana mais tarde foi ainda maior, a difusão da cultura e do direito romano ao longo de um território muito mais vasto, com efeitos duradouros sobre a linguagem, organização social e política. No entanto, temos que lidar com o fato de que a Biblioteca de Alexandria foi destruída, que nenhuma biblioteca da Antiguidade grega ou romana sobreviveu e que a tradição de montar coleções impondo-lhes ordem desapareceu por quase um milênio. Se não fosse o modelo cristão de monarquia, ainda que exclusivista, que venerava a preservação da palavra escrita, a maioria dos textos antigos – sagrados ou seculares – provavelmente teria desaparecido do conhecimento humano (DEIBERT, 1997).

Os historiadores da escrita encontram muitas conexões entre a introdução da imprensa, a disseminação do pensamento iluminista e da revolução científica. Eisenstein (1979) trata a imprensa como “agente de mudança” no início da Europa moderna, atribuindo-lhe novas modalidades de comunicação que permitiram tanto a Reforma religiosa quanto a Revolução Científica.

Latour (1987) refere-se a esses objetos portadores de conhecimento como “móveis imutáveis” que têm propriedades de ser móveis, mas também imutáveis, apresentáveis, legíveis e combináveis uns com os outros.

Latour está menos interessado no impacto da tecnologia de impressão na história das ideias em si do que nos caminhos que os cientistas e burocratas utilizam para manipular textos, documentos e objetos, no intuito de convencer e mobilizar o máximo de indivíduos para verem o mundo da mesma maneira que eles. A vantagem da imprensa para filósofos, cientistas e clérigos era que esta forneceu um meio para que obtivessem sucesso na mobilização de fazer circular suas ideias e dominar em uma escala maior (*idem*).

A noção de Latour de “móveis imutáveis”, como objetos portadores de conhecimento que podem ser mobilizados para espalhar ideias, ajuda a explicar a ascensão de arquivos, bibliotecas e museus na era moderna como projetos sociais destinados a persuadir e convencer públicos em constante expansão para perceberem o mundo como coerente e cognoscível (JULIÃO, 2006).

Arquivos, bibliotecas e museus, com seus sistemas cada vez mais sofisticados para organizar e classificar monografias, periódicos acadêmicos, documentos administrativos, manuscritos e objetos físicos surgiram como instituições críticas, não só para coleta e organização de objetos portadores de conhecimento, mas como fontes e veículos de inovação e transformação (*idem*).

Contudo, não podem ser considerados as únicas instituições que trabalham na investigação científica. ABMs cresceram lado a lado com a publicação privada e o comércio do livro impresso, o surgimento da moderna universidade, a maturação das sociedades acadêmicas e a racionalização da máquina administrativa dos Estados modernos. Estas forças trabalharam em conjunto para acelerar ainda mais a produção de livros, documentos administrativos, mapas, revistas, relatórios etc. e a coleta de evidências físicas que fluíram em coleções públicas e privadas (HEDSTROM; KING, 2003).

A busca de uma biblioteca universal foi revigorada durante os séculos XVII e XVIII, não como um fim em si mesmo, mas como um meio de tornar públicas coleções privadas, principescas e eclesiásticas para que esse acervo servisse de base a partir da qual novos conhecimentos poderiam ser gerados.

Durante os séculos XVIII e XIX, bibliotecas e arquivos cresceram em número e em abrangência, usando uma variedade de meios para montar vastas coleções. Colecionadores privados, que gradualmente abriram seus “gabinetes de curiosidade” para visualização por elites privilegiadas, e para pesquisa feita por cientistas qualificados, começaram a doar acervos para as bibliotecas e incipientes arquivos em universidades, grandes municípios e cidades do interior. Progressivamente, monarcas doaram suas bibliotecas privadas dos cidadãos formando os primeiros casos de bibliotecas nacionais. Em 1800, as bibliotecas nacionais existiam em 20 diferentes países, incluindo os Estados Unidos, que aprovaram uma legislação que instituiu a Biblioteca do Congresso naquele ano. A maioria das instituições de biblioteca e de arquivo se constituiu por aquisição de coleções preexistentes por meio de compra, doação e decreto de lei (POULOT, 2013).

Durante o século XIX, bibliotecas e arquivos não só ampliaram suas coleções, eles foram transformados em instituições e instrumentos modernos de industrialização, modernização, geração de conhecimento e engajamento cívico. Como observado anteriormente, o século XIX foi a época de ouro na evolução de ABMs. Este período viu a criação de quase todos os grandes museus de história natural, arte e cultura do mundo; a ascensão das grandes bibliotecas nacionais, o estabelecimento de muitas bibliotecas acadêmicas e o início do sistema de bibliotecas públicas (*idem*).

A industrialização, urbanização e alfabetização em massa, potencializadas pelas funções de ABMs, criaram mais pressões para transformar coleções

particulares de informações e artefatos em bens públicos. Durante a segunda metade do século XIX, a iniciativa privada fundou com recursos próprios inúmeros museus, galerias, arquivos e bibliotecas com acesso público (*idem*).

Ao longo do século XX, e mais recentemente, ABMs tornaram-se instituições cuja função se estendeu para além da coleta e organização de livros, documentos e objetos. Passaram a ser corresponsáveis pela preservação do patrimônio histórico cultural, da memória e do conhecimento (BATES, 2012).

2.2 Arquivos, Bibliotecas e Museus: funções, práticas e atuação profissional

2.2.1 Arquivos - O que é um arquivo?

Segundo Vieira (2014, p. 55), o conceito geral de Arquivo pode ser expressado como:

O conjunto de documentos ou elementos de informação em diversos tipos de suporte (manuscritos, impressos, fotográficos, fonográficos, etc.), produzidos, recebidos e acumulados no cumprimento de funções e ações necessárias às atividades fim (finalidade) e meio (parte burocrática) de uma organização ou pessoa, que guardados e conservados permitam sua fácil localização e consulta.

Entretanto, tal conceituação não tem sido a mesma desde os primórdios dessa instituição. A compreensão de arquivo mudou ao longo do tempo à medida que a cultura e a sociedade, especialmente a ocidental, mudavam; os arquivos, seus documentos e elementos de informação, são um retrato da sociedade que lhes dá origem, preserva e interpreta, não havendo, assim, uma definição peremptória (RODRIGUES, 2006).

Etimologicamente, o termo “Arquivo” parece derivar da palavra grega αρχεῖον (archeion), que pode significar, concomitantemente: palácio governamental, administrador geral, escritório do magistrado, escritório de registros, registros originais, repositório para registros originais, autoridade. O verbo αρχεῖο (archeio) significa comandar, guiar, governar, e αρχή (arché), que é o radical tanto do verbo quanto do substantivo, significa origem, fundação, comando, poder, autoridade (DURANTI, 1993).

Schellenberg (1973, p. 4) afirma que a publicação de algumas instruções aos arquivistas franceses sobre a ordenação e classificação dos arquivos

departamentais e municipais em 1841, quando aparece pela primeira vez o *respect des fonds* (esse princípio arquivístico será tratado mais adiante), deve ser considerada o marco inicial da teoria dos arquivos.

Sem embargo, as primeiras iniciativas de sistematizar instruções na forma de um manual, levando em consideração o *respect des fonds*, atribuindo condição autônoma ao arquivista e seu campo, deram-se na literatura arquivística europeia, do final do século XIX ao início da segunda metade do século XX. São consensualmente citados como clássicos o *Manual dos Arquivistas Holandeses*, de 1898; o *Manual de Administração de Arquivos*, de Sir Hilary Jenkinson, de 1922; *Arquivística*, de Eugênio Casanova, de 1928; escritos de Giorgio Cencetti (*Sull'archivio come universitas rerum*), de 1937; *Arquivo (Archivkunde)*, de Adolf Brenneke, de 1953; e, finalmente, *Arquivos Modernos*, de Schellenberg, obra datada de 1956 (RONDINELLI, 2011).

Os holandeses Muller, Feith e Fruin (1960, p. 13) em seu manual sobre administração arquivística, definem a palavra holandesa "*Arquief*" como "a totalidade dos documentos escritos, desenhos e material impresso, oficialmente recebido ou produzido por um corpo administrativo ou por algum dos seus funcionários, desde que se tenha a intenção de deixar esses documentos aos cuidados desse corpo de funcionários". Isto significa que, para os holandeses, a instituição administrativa, por meio de um centro de produção e guarda, é imprescindível na definição de um arquivo, aparentemente limitando-o a entidades jurídicas. Além disso, a definição do manual dos holandeses restringe a forma em que os documentos devem se apresentar.

Mais tarde, em 1922, o inglês Sir Hilary Jenkinson publica um importante manual em que define o termo arquivo da seguinte forma: "[...] documentos destinados ou utilizados no curso de uma operação executiva ou administrativa (pública ou privada) em que (tais documentos) fazem parte; e, portanto, sob a guarda e para a informação da pessoa ou pessoas responsáveis por essa transação e seus legítimos sucessores" (JENKINSON, 1922, p. 11). Esta definição, assim como a dos holandeses, parece antever a percepção jurídica da natureza dos arquivos.

Casanova (1928, p. 19) delinea o conceito de arquivo como sendo: "[...] a reunião ordenada dos documentos de uma entidade ou indivíduo, constituídos durante o desenvolvimento de sua atividade e conservados para a realização de

objetivos políticos, jurídicos e culturais daquela entidade ou indivíduo.”. Destaca-se ainda sobre a definição de arquivo de Casanova a função dupla (administrativa e cultural) e a necessidade de ordenação dos documentos de arquivo (LODOLINI, 1990, p. 121).

Ainda da escola italiana, Giorgio Cencetti formula um conceito no qual: “Arquivo é o conjunto dos documentos expedidos e recebidos por um ente ou indivíduo para a realização dos próprios fins e para o exercício das próprias funções” (CENCETTI, 1937 *apud* LODOLINI, 1990, p. 121). Ainda que tal conceito receba críticas por não mencionar os documentos produzidos, a contribuição de Cencetti está centrada na questão da organicidade, nas conexões entre os documentos na realidade arquivística (*idem*).

O arquivista alemão Brenneke produziu uma obra intitulada *Archivkunde*, publicada em 1953, em que apresenta a seguinte compreensão de arquivo: “[...] conjunto de papéis e de outros documentos constituídos por pessoas físicas ou jurídicas no curso de uma atividade prática ou jurídica e que, como fontes documentais e provas do passado, são destinados à conservação permanente em um determinado lugar” (BRENNEKE *apud* LODOLINI, 1990, p. 121). Segundo Menne-Haritz (2005b), Brenneke apresenta pela primeira vez o conceito de Proveniência pela ótica funcional: a descrição da origem dos documentos, independentemente do arranjo dos arquivos.

Schellenberg escreveu *Arquivos Modernos: princípios e técnicas* em 1956, aproximadamente vinte anos depois de trabalhando no Arquivo Nacional dos Estados Unidos, lidando com o tratamento de grandes massas documentais; e, provavelmente, isso contribuiu para que levasse em consideração a questão da Seleção e ciclo de vida dos documentos na definição de arquivos (RONDINELLI, 2011), expressando seu conceito a partir de dois termos distintos: *records* e *archives*, como se segue:

Records:

Todos os livros, papéis, fotografias, ou outros materiais documentais, independentemente da forma física ou de características, elaborados ou recebidos por qualquer instituição pública ou privada no exercício de suas obrigações legais ou em conexão com a transação de seu próprio negócio e preservados ou destinados à preservação por aquela instituição ou seu legítimo sucessor como evidência de suas funções, políticas, decisões,

procedimentos, operações ou outras atividades, ou por causa do valor informacional dos dados ali contidos (SCHELLENBERG, 1956, p. 16, *apud* RONDINELLI, 2011).

Quanto ao termo *archives*:

Aqueles **records** de qualquer instituição pública ou privada **considerados dignos de preservação permanente** para referência e propósitos de pesquisa e que foram depositados ou selecionados para depósito numa instituição arquivística (SCHELLENBERG, 1956, p. 17, *apud* RONDINELLI, 2011, grifos nossos).

Schellenberg rompe com a definição tradicional de arquivo ao fazer a divisão entre os conceitos de arquivos (*archives*) e documentos arquivísticos (*records*) (LIVELTON, 1996), ainda assim, para Duranti (1994a, p. 339), a definição parece teoricamente imperfeita por ter alicerçado os conceitos de valor e uso dos documentos para pesquisa com base em propósitos essencialmente pragmáticos.

Retomando a escola francesa, citada anteriormente por Schellenberg (1973, p. 4) como pioneira na elaboração de instruções normativas sobre constituição de arquivos, o *Manual de Arquivística*, elaborado pela Associação dos Arquivistas Franceses e publicado no ano de 1970, apresenta a seguinte definição:

Um fundo de arquivos é, com efeito, o conjunto de documentos de qualquer natureza que qualquer corpo administrativo, qualquer pessoa física ou moral, reuniu automática e organicamente em razão de suas funções ou atividades (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS FRANCESES, 1970, p. 22).

O manual francês enfatiza o aspecto de aplicação ampla da definição: aos documentos arquivísticos de qualquer idade, pertencentes a qualquer ente e abrangendo as seguintes formas de apresentação:

[...] não somente os documentos escritos – domínio tradicional e de certa forma privilegiada da arquivística – mas também documentos visuais (desenhos, mapas, fotografias, filmes) e documentos sonoros (discos, fitas) [...] e [...] os impressos de qualquer espécie [...] (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS FRANCESES, 1970, p. 23).

O *Manual* (1973, p. 23) também diferencia os conceitos de fundo de arquivo, que se refere ao “conjunto organicamente constituído” e de documento arquivístico (ou apenas “documento”), “elemento desse conjunto orgânico”.

O conceito de Heredia Herrera de arquivo postula:

Arquivo é um ou mais conjuntos de documentos, seja qual for sua data, forma e suporte material, acumulados em um processo natural por uma pessoa ou instituição pública ou privada no curso de sua gestão, conservados, respeitando aquela ordem, para servir como testemunho e informação para a pessoa ou instituição que os produz, para os cidadãos ou para servir de fontes para a história (HEREDIA HERRERA, 1991, p. 89).

Desta definição de Heredia Herrera, pode-se depreender que a autora faz distinção entre fundo de arquivo, acumulado de forma espontânea e orgânica de coleção, “resultado de um ato voluntário de alguém”; pois, para a autora, a existência de um arquivo necessita de uma instituição que naturalmente produza documentos em decorrência de suas atividades (RONDINELLI, 2011).

A indefinição de data (indicador da unidade do arquivo), forma e suporte é propositalmente colocada pela autora em sua representação como forma de contemplar o arquivo administrativo e histórico e uma abertura para a inclusão de várias tecnologias (*idem*).

Segundo o *Diccionario Iberoamericano de Terminologia Archivística* (1996, p. 9; 16), que abarca termos arquivísticos de Espanha, Colômbia, Cuba, México, Brasil e Portugal, esses países definem o termo arquivo:

Brasil: “conjunto de documentos, independentemente da natureza dos suportes, acumulados por uma pessoa física ou jurídica, pública ou privada, ao longo de suas atividades”.

Cuba: “conjunto de documentos produzidos e/ou acumulados por uma pessoa ou entidade”;

México: “conjunto orgânico de informação independentemente de suas características, forma ou suporte material em que se encontra, produzido ou recebido por uma pessoa jurídica, singular ou coletiva, ou por um organismo público ou privado no exercício de suas atividades e conservado, especialmente em uma instituição que tem como finalidade o tratamento, a preservação e o uso de tal informação, como instrumento de apoio às atividades dos organismos e/ou como testemunho dos mesmos”.

Esses três países não fazem separação entre o conceito de arquivo e o de documento arquivístico, enquanto Colômbia, Espanha e Portugal distinguem os dois termos:

Espanha: - Arquivo: “conjunto orgânico de documentos produzidos e/ou recebidos no exercício de suas funções por pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas”;

- Documento de arquivo: “o testemunho material de um feito ou ato elaborado de acordo com umas características de tipo material e formal.”

Colômbia: - Arquivo: “conjunto de documentos, seja qual for sua data, forma ou suporte material, acumulados em um processo natural por uma pessoa ou instituição pública ou privada, no transcurso de sua gestão”;

- Documento de arquivo: “registro de informação produzida ou recebida por uma pessoa ou entidade em razão das suas atividades ou funções, que tem valor administrativo, fiscal ou legal, ou valor econômico, histórico ou cultural e deve ser objeto de conservação” e

Portugal: - Arquivo: “conjunto orgânico de documentos, independentemente de sua data, forma e suporte material, produzidos ou recebidos por uma pessoa jurídica, singular ou coletiva, ou por organismo público.”

- Documento de arquivo: “a menor unidade arquivística indivisível do ponto de vista funcional. Pode ser constituído por um ou mais documentos simples”.

A falta do termo que caracterize a distinção entre a entidade arquivística e os documentos de arquivo pelos três primeiros países citados no contexto do *Diccionario Iberoamericano de Terminologia Archivística* sugere uma equiparação dos conceitos de arquivo e fundo de arquivo (HEREDIA HERRERA, 2007).

Contudo, no Brasil, outros instrumentos mais recentes expressam suas definições, como a Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos, do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), que define documento arquivístico como sendo “documento produzido e/ou recebido por uma pessoa física ou jurídica, no decorrer de suas atividades, qualquer que seja o suporte” (ROCHA, 2007, p. 4).

Portanto, distinguem-se pelo menos quatro conceitos definidos pelo mesmo termo, como pretende o *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística* (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 27), a saber:

Arquivo:

1 Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte. Ver também fundo.

2 Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso (1) a documentos.

3 Instalações onde funcionam arquivos(2).

4 Móvel destinado à guarda de documentos.

Tal definição parece ter se espelhado no que o Conselho Internacional de Arquivos (CIA), organismo vinculado à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), criado em 1950 com o objetivo de promover a conservação e a utilização dos recursos arquivísticos em todos os países, em seu *Dictionary of archival terminology* (1988) define como arquivos:

(1) Conjunto de documentos, quaisquer que sejam suas datas, suas formas, ou seus suportes materiais, produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, e por serviços ou organismos públicos ou privados, no desempenho de suas atividades, conservados por seus criadores ou seus sucessores para seu próprio uso, sendo transferidos à instituição arquivística competente em razão de seu valor arquivístico.

(2) Instituição responsável pela aquisição, preservação e disseminação dos arquivos.

(3) Edifício, ou parte de um edifício, no qual os arquivos são preservados e disponibilizados para consulta; também chamado de depósito de arquivos. (DICTIONARY..., 1988, p. 22, *apud* MANUAL DE GESTÃO DE DOCUMENTOS, 2012, p. 9).

É importante enfatizar que aborda o mesmo conceito que a instituição arquivística tratada na presente pesquisa como objeto empírico, o Arquivo Público Mineiro (APM), elegeu como definição de trabalho, abarcando os conceitos de fundo de arquivo, arquivo como instituição arquivística e a edificação que abriga os documentos. Separadamente, o APM, utiliza-se da definição do *Dictionary of archival terminology* (1988) do CIA para conceituar documento de arquivo: “Informação registrada, independentemente da forma ou suporte, criada, recebida e mantida por uma agência, instituição, organização ou pessoa na consecução de suas obrigações legais ou de seus negócios” (DICTIONARY..., 1988, p. 128, *apud* MANUAL DE GESTÃO DE DOCUMENTOS, 2012, p. 9).

2.2.2 Princípios arquivísticos

A prática profissional e a teoria arquivística estão fundamentadas sob leis consensuais, denominadas pelo campo de “princípios”; são proposições que norteiam o processamento técnico e o pensamento investigativo na arquivologia.

Bellotto (2002, p. 20) ainda enfatiza que os princípios arquivísticos “constituem o marco principal da diferença entre a arquivística e as outras 'ciências' documentárias”.

Entretanto, não é consensual a definição de quais são esses princípios, variando entre autores e manuais que às vezes incluem características e qualidades dos fundos de arquivo na mesma categoria de princípios ou classificando os mesmos princípios com títulos distintos (RODRIGUES, 2006).

Em análise da literatura da área, é possível distinguir, no conjunto das teorias arquivísticas, alguns princípios, características e qualidades recorrentes, os quais pretendem demarcar os objetos da arquivística e o que são e como devem ser os arquivos.

O princípio de respeito aos fundos – *Respect des fonds*: A definição das instruções francesas de 1841 parece introduzir esse princípio, ainda que não tenha sido empregado inicialmente com precisão. Naquele momento, os documentos eram agrupados de acordo com a natureza das instituições, o que se traduzia em um mesmo fundo com documentos de diversas instituições que executavam as mesmas funções (SCHELLENBERG, 1973).

Contudo, há o desenvolvimento da compreensão de que cada instituição, ainda que semelhante, possui peculiaridades na produção de documentos e que a rejeição dessa originalidade poderia resultar na perda de informações contidas na inter-relação dos documentos; tal percepção converteu-se no princípio de respeito aos fundos.

O *Manual* do APM, utilizando-se da definição de Bellotto (2004), concebe esse princípio como:

deixar agrupados, sem misturar a outros, os arquivos (documentos de qualquer natureza) provenientes de uma administração, de um estabelecimento ou de uma pessoa física ou jurídica determinada: o que se chama de fundo de arquivo dessa administração, desse estabelecimento ou dessa pessoa. Significa, por conseguinte, não mesclar documentos de fundos diferentes (BELLOTTO, 2004, p. 130).

Segundo a mesma autora, tal princípio se justifica:

1. Porque protege a integridade dos conjuntos documentais enquanto informação, refletindo-se no arranjo as origens e os processos que os criaram. [...] 2. Porque serve para que se conheçam a natureza e o significado dos documentos no seu contexto e circunstâncias (a infra-

estrutura e o momento). [...] 3. Porque serve para que haja critério mais ou menos universal no arranjo e uniformidade na descrição [...] (BELLOTTO, 2014, p. 87).

O princípio de proveniência: O *Manual* de gestão de documentos do APM, bem como alguns autores como Duchein (1986), entende como sinônimo do princípio de respeito aos fundos o princípio da proveniência.

Contudo, o *Dicionário de Terminologia Arquivística*, da Associação dos Arquivistas Brasileiros (1996, p. 61), define o princípio de proveniência como: “Princípio segundo o qual os arquivos originários de uma instituição ou de uma pessoa devem manter sua individualidade, não sendo misturados aos de origem diversa”.

A diferenciação entre esses dois princípios parece referir-se à identidade dos fundos de arquivo, especialmente o dos arquivos permanentes e sua singular identidade, enquanto o princípio de respeito aos fundos, além da preservação da identidade e singularidade, procura resguardar a sua ordem original e integridade.

O princípio de manutenção da ordem original: Definido pelo *Dicionário de Terminologia Arquivística*, da Associação dos Arquivistas Brasileiros (1996), como o “Princípio que, levando em conta as relações estruturais e funcionais que presidem a gênese dos arquivos, garante sua organicidade.”. Isso significa que o arquivo deve manter o arranjo original dado pelo produtor dos documentos.

Mais detalhadamente, o *Manual* de gestão de documentos do APM (2013) explica que tal princípio:

Consiste no respeito, por parte do arquivista, ao arranjo interno com que esses papéis vieram do órgão de origem. A “ordem original” não foi dada aleatoriamente, “é consequência lógica da organização do corpo administrativo de cujo funcionamento o registro é produto” (SCHELLENBERG, 2002, p. 249). Ainda que esta ordem não reúna os documentos por assuntos que atenderiam a todas as necessidades dos pesquisadores, é a única maneira viável de conservar os valores de prova quanto ao funcionamento do governo (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 2013, p. 15).

Para Duranti (1994), que subdivide o princípio da proveniência em duas partes (sob o ponto de vista externo e interno):

Não há dúvida de que os dois princípios fundamentais da ciência arquivística, respeito aos fundos (ou princípio da proveniência sob o ponto de vista externo) e respeito à ordem original (ou princípio da proveniência

sob o ponto de vista interno), enfatizam a importância central da origem administrativa dos registros (DURANTI, 1994, p. 57).

Então, para Duranti, as relações de proveniência entre o produtor e a entidade arquivística definem a identidade do fundo (respeito aos fundos ou princípio da proveniência sob o ponto de vista externo); e a relação interna de cada documento ou cada subdivisão do fundo entre si e com a atividade que o gerou determinaria a sua identidade (respeito à ordem original ou princípio da proveniência sob o ponto de vista interno).

Além dos axiomas citados anteriormente, que se destacam consensualmente, outros princípios autorais, além de algumas características ou qualidades fundamentais dos arquivos, também assentam os desenvolvimentos arquivísticos práticos e teóricos, podendo ser declarados similarmente como princípios.

Cumulatividade: Para Bellotto (2002), o princípio da cumulatividade (ou “naturalidade”) se dá por meio da sedimentação (conforme Lodolini) progressiva, natural e orgânica dos documentos de arquivo (p. 21). Tal característica outorga aos documentos força probatória já que não são colecionados e sim acumulados, naturalmente, no curso das ações, de maneira contínua e progressiva (p. 25).

Organicidade: A Organicidade é o reflexo das atividades produtoras e acumuladoras das instituições de origem, na estrutura do arquivo que recebe os documentos dessas instituições; mantendo-se a conformação das relações e o contexto de sua produção (BELLOTTO, 2002).

Imparcialidade: A imparcialidade, segundo Bellotto (2002):

derivada do fato de que não foram criados para ‘dar contas’ à posteridade. Os documentos administrativos são meios de ação e relativos a determinadas funções. Sua imparcialidade explica-se pelo fato de que são relativos a determinadas funções; caso contrário, os procedimentos aos quais os documentos se referem não funcionarão, não terão validade (BELLOTTO, 2002, p. 25).

Autenticidade: Segundo o *Dicionário de Terminologia Arquivística*, da Associação dos Arquivistas Brasileiros (1996, p. 10), autenticidade pode ser definida como a: “Qualidade de um documento quando preenche as formalidades necessárias para que se reconheça sua proveniência, independentemente da veracidade do respectivo conteúdo”.

Unicidade: A unicidade refere-se à localização do documento de arquivo na estrutura documental de que faz parte, independentemente de sua forma, gênero, tipo ou suporte, conservando sua originalidade no contexto em que foi produzido (BELLOTTO, 2002).

2.2.3 Atuação profissional em arquivos

O Conselho Internacional de Arquivos (CIA) define, em seu código de ética profissional, o arquivista como: “todo aquele que atua no controle, cuidado, conservação e administração de documentos” (1996, p. 1). Essa definição ampla quanto ao recebedor do título de arquivista possui equivalentes em alguns países, como no Canadá, em que a Associação dos Arquivistas de Quebec o define como “qualquer pessoa que atua no domínio da gestão da informação e registros orgânicos” (1999).

Contudo, o Brasil e a maioria dos países da América Latina incluem a formação e a experiência reconhecida como pré-requisito da definição do profissional arquivista. O Arquivo Nacional do Brasil, em seu dicionário de terminologia arquivística, assim o define: “profissional, de nível superior, com formação em Arquivologia ou experiência reconhecida pelo Estado” (2004, p. 19), em uma clara referência à Lei nº 6.546 de 1978, que regulamenta a profissão e legitima o profissional graduado e o provisionado (com cinco anos de experiência ininterrupta ou 10 anos intercalados comprovados em instituição de arquivos antes da regulamentação da profissão) (SOUZA, 2011, p. 51).

A Norma Portuguesa 4041, assim como no Brasil, também acrescenta a formação superior do profissional arquivista em sua definição. Do mesmo modo o fazem a Espanha, o Peru e a Colômbia, que incluem, em seus dicionários terminológicos do campo, a formação superior como requisito para o exercício legal da profissão (*idem*).

Nos países de origem anglo-saxônica, especialmente, o profissional de arquivo assumiu dois termos distintos: gestor de documentos (*records managers*) e arquivista (*Archivist*). Essencialmente, a diferença entre esses dois profissionais é, segundo Jardim (2001): “um arquivista é alguém que se ocupa exclusivamente da administração dos arquivos permanentes enquanto que os gestores de documentos são responsáveis das fases iniciais do ciclo de informação arquivístico: produção,

tramitação, arquivos corrente e intermediários”. A emergência e o assentamento da teoria das três idades e a classificação de arquivos em correntes, intermediários e permanentes, após a segunda metade do século XX, parece ser a principal razão da criação de perfis diferenciados para profissionais de arquivo (*ibidem*, p. 49).

Dessa forma, assim como na definição polissêmica de arquivo, o *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia* (CUNHA; CAVALCANTI, 2008) delinea em três conceituações o termo arquivista, a saber:

1. Especialista encarregado de uma ou de várias funções na gestão de um arquivo;
2. Profissional responsável pela análise e organização das informações registradas (documentos), PÚBLICAS E PRIVADAS, de cunho histórico, governamental, administrativo, científico ou literário, gravações sonoras, filmes (audiovisuais), que organiza segundo sua origem e outros critérios, e lhes dá tratamento técnico, mantendo-os em arquivos adequados, de maneira que se permita a recuperação eficiente da informação, se facilite a consulta e se evite que se deteriore;
3. No Brasil, a profissão de arquivista está regulamentada pela lei nº 6.546 de 4 julho de 1978. Por essa legislação compete ao arquivista a planificação, organização e direção de serviços de arquivo, identificação das espécies documentais e participação no planejamento de novos documentos, organização, descrição, avaliação e seleção de documentos.

Atuação profissional do arquivista: A família ocupacional de arquivistas e museólogos foi descrita por um grupo de oito profissionais de cada área, com experiência e em plena atividade profissional, representando 15 diferentes instituições, em oficina de trabalho (ou painel) com duração de três dias, sendo dois dias de descrição e um dia de revisão, por outro comitê, também formado por trabalhadores.

A CBO 4.0.2 de 2002 define o profissional arquivista pelas suas atribuições, como a seguir:

Organizam documentação de arquivos institucionais e pessoais... Dão acesso à informação, conservam acervos. Preparam ações educativas ou culturais, planejam e realizam atividades técnico-administrativas, orientam implantação das atividades técnicas. Participam da política de criação e implantação de... instituições arquivísticas.

Nos profissionais descritos nessa família (2613) em que estão incluídos, os museólogos são também listados pela CBO 4.0.2 de 2002:

Arquivista: Administrador de arquivos, Encarregado de serviço de arquivo médico e estatística, Especialista em documentação arquivística, Especialista em organização de arquivos, Gestor de documentos;

Museólogo: Auxiliar de museus, Conservador de museu, Especialista em conservação de acervos, Especialista em documentação museológica, Especialista em educação em museus, Especialista em museografia de exposição.

Em seguida serão descritas as principais atividades profissionais do arquivista; para fins de organização da descrição, os tópicos serão subdivididos conforme o Relatório tabela de atividades da CBO 4.0.2 de 2002, intentando a realização de relações futuras com as atividades do bibliotecário e do museólogo.

2.2.3.1 Organizar documentação de arquivos institucionais e pessoais

Teoria das três idades: Segundo o manual do APM (2013, p. 19), a teoria das “três idades” postula que os documentos passam por três fases distintas de arquivamento. São elas:

- a) Fase corrente ou primeira idade: na qual os documentos são frequentemente consultados e de uso exclusivo da fonte geradora, cumprindo ainda as finalidades que motivaram a sua criação;
- b) Fase intermediária ou segunda idade: na qual os documentos são de uso eventual pela administração que os produziu, devendo ser conservados em depósitos de armazenagem temporária, aguardando sua eliminação ou recolhimento para a guarda permanente;
- c) Fase permanente ou terceira idade: na qual os documentos já cumpriram as finalidades de sua criação, porém, devem ser preservados em virtude do seu valor probatório e informativo para o Estado e para o cidadão.

O manual ainda explica que a *performance* das atividades arquivísticas da segunda e terceira idades depende do tratamento outorgado aos documentos na idade corrente, como uma reação em cadeia influenciando positiva ou negativamente cada idade subsequente (*idem*).

As três etapas da gestão de documentos: Segundo Rhoads (1989), a gestão de documentos pode ser dividida em três fases: produção, utilização e destinação de documentos de arquivo.

1ª fase - Produção de documentos: leva em consideração variáveis como as características físicas do suporte, formas de registro da informação, materiais e

tecnologias são selecionados como os mais adequados a cada tipo de registro, segundo a linguagem utilizada (textual, sonoro, iconográfico/filmográfico), seu período de guarda (nas fases corrente e intermediária) e sua destinação final (eliminação ou guarda permanente) (MANUAL APM, 2013).

2ª fase - Utilização dos documentos: diz respeito ao “controle, uso e armazenamento de documentos necessários ao desenvolvimento das atividades de uma organização” (*idem*).

3ª fase - Destinação dos documentos: a escolha de quais documentos devem ser preservados permanentemente, além da guarda temporária de documentos administrativos e legais com prazo definido para expurgação (*idem*).

Avaliação e seleção dos documentos: O processo de avaliação leva em conta os valores atribuídos ao documento em razão da atividade que deu origem ao documento e à sua finalidade (denominada de “valor primeiro” de uso), seja ela administrativa, legal ou fiscal. Caso o documento seja usado para outros fins que não aqueles para os quais foi criado, dá-se o nome de “valor secundário”, podendo ser de caráter probatório ou informativo (MANUAL APM, 2013).

Classificação: Classificar documentos é uma atividade básica e dela dependem os outros aspectos da gestão de um arquivo (SCHELLENBERG, 2002). Caso os documentos sejam bem classificados, refletindo a organização e a função original, os princípios arquivísticos podem ser aplicados mais facilmente em instituições arquivísticas de qualquer idade (*idem*). Classificar pode ser entendido, dessa forma, como a construção de uma estrutura informativa e organizacional que preserve o processo e a função que deu origem a um documento ou fundo (CRUZ MUNDED, 2012).

Schellemborg (2002) aponta três elementos essenciais que devem ser levados em consideração no processo de classificação: a) as ações que deram origem a um documento e às quais este se refere; b) a estrutura orgânica da entidade criadora; c) o assunto dos documentos.

Segundo o mesmo autor, existem pelo menos três formas de praticar a classificação utilizando-se dos elementos anteriormente citados, esses tipos seriam: 1) Classificação funcional; 2) Classificação organizacional; 3) Classificação por assunto.

Ordenação: A ordenação complementa a classificação estabelecendo as relações dos elementos de arquivo (documentos, fundos, séries etc.) uns com os outros, por meio de uma metodologia que usa um critério preestabelecido, que pode ser cronológico, alfabético, numérico ou alfanumérico, compondo estruturas codificadas de ordenação.

Codificação (sistema de arquivo): A codificação completa o quadro de classificação definindo a nomeação das séries/unidades de arquivamento. Organizando-se em uma conformação dos elementos que pode ser hierárquica ou sequencial, ambas (codificação e classificação) têm o objetivo de produzir um código, que pode ser alfabético, numérico ou alfanumérico, capaz de proporcionar informação sobre os documentos e sua posição na cadeia de produção onde foram originados (CRUZ MUNDET, 2012).

A descrição: O processo da descrição pode ser definido como a ação de elaborar instrumentos de pesquisa que tornem possíveis a identificação, o rastreamento, a localização e a utilização das informações em potencial contidas nas séries ou unidades documentais, aflorando o seu valor informacional (secundário), de interesse de usuários e pesquisadores após terem cumprido seu valor primário, a finalidade administrativa ou jurídica do ato (BELLOTTO, 2006).

A norma Isad (G): A *International Standard Archival Description (General)*, ou Isad (G), também chamada consensualmente no Brasil de Norma Internacional de Descrição Arquivística, tem como objetivo construir “diretrizes gerais para a preparação de descrições arquivísticas... abarcam a identificação dos documentos que se quer descrever, do contexto, dos caracteres extrínsecos e intrínsecos dos documentos e seus conteúdos” (*ibidem*, p. 182).

Destinação: A etapa em que se determina o prazo de guarda dos documentos de arquivo, por meio de procedimentos de avaliação, seleção e construção da tabela de temporalidade, propondo também seu ciclo de vida, é denominada fase de destinação de documentos (MANUAL APM, 2013).

As atividades relacionadas a organizar documentação de arquivos institucionais e pessoais acima, segundo a CBO 4.0.2 de 2002, podem ser listadas, segundo:

Classificar documentos de arquivo; Codificar documentos de arquivo; Decidir o suporte do registro de informação; Descrever o do documento (Forma e conteúdo); Registrar documentos de arquivo; Elaborar tabelas de temporalidade; Estabelecer critérios de amostragem para guarda de documentos de arquivo; Descartar documentos de arquivo; Classificar documentos por grau de sigilo; Elaborar plano de classificação; Identificar fundos de arquivos; Estabelecer plano de destinação de documentos; Avaliar documentação; Ordenar documentos; Consultar normas internacionais de descrição arquivística; Gerir depósitos de armazenamento; Identificar a produção e o fluxo documental; Identificar competências, funções e atividades dos órgãos produtores de documentos; Levantar a estrutura organizacional dos órgãos produtores de documentos; Realizar pesquisa histórica e administrativa; Transferir documentos para guarda intermediária; Diagnosticar a situação dos arquivos; Recolher documentos para guarda permanente; Definir a tipologia do documento; Acompanhar a eliminação do documento descartado.

2.2.3.2 Dar acesso à informação (serviço de referência)

O acesso à informação no Brasil é definido legalmente pela Lei nº 12.527/2011, que tem o objetivo de garantir o direito fundamental à informação em todas as esferas da Administração Pública. Entretanto, a informação de teor imprescindível à segurança da sociedade ou do Estado, em poder dos órgãos e entidades públicas, deverá ter restrição temporária de acesso público, sendo classificada como ultrassecreta, secreta, confidencial ou reservada, conforme quadro a seguir:

QUADRO 1 – Classificação da informação

CATEGORIAS	CONCEITO	CARACTERÍSTICAS
Ultrassecretos	Documentos que requeiram excepcionais medidas de segurança e cujo teor só deva ser do conhecimento de agentes públicos ligados ao seu estudo e manuseio.	Documentos referentes à soberania e integridade territorial nacionais, planos de guerra e relações internacionais do país, cuja divulgação ponha em risco a segurança da sociedade e do Estado.
Secretos	Documentos que requeiram rigorosas medidas de segurança e cujo teor ou característica possam ser do conhecimento de agentes públicos que, embora sem ligação íntima com seu estudo ou manuseio, sejam autorizados a deles tomarem conhecimento em razão de sua responsabilidade funcional.	Documentos referentes a planos ou detalhes de operações militares, a informações que indiquem instalações estratégicas e aos assuntos diplomáticos que requeiram rigorosas medidas de segurança cuja divulgação ponha em risco a segurança da sociedade e do Estado.
Confidenciais	Documentos cujo conhecimento e divulgação	Aqueles em que o sigilo deva ser mantido por interesse do

	possam ser prejudiciais ao interesse do país.	governo e das partes e cuja divulgação prévia possa vir a frustrar.
Reservados	Documentos que não devam, imediatamente, ser do conhecimento do público em geral.	Aqueles cuja divulgação, quando ainda em trâmite, comprometa as operações ou objetivos neles previstos.

Fonte: JARDIM, 1999b, p. 160.

Segundo Schelleberg (2002, p. 123), “a finalidade de todo o trabalho de arquivo é preservar os documentos de valor e torná-los acessíveis à consulta. Os serviços do arquivista visam este duplo objetivo”.

As atividades relacionadas ao acesso à informação, segundo a CBO 4.0.2 de 2002, podem ser listadas, segundo:

Atender usuários; Formular instrumentos de pesquisa; Prover bancos de dados e/ou sistemas de recuperação de informação; Apoiar as atividades de consulta; Realizar empréstimos de documentos e acervos; Autenticar reprodução de documentos de arquivo; Emitir certidões sobre documentos de arquivo; Fiscalizar a aplicação de legislação de direitos autorais; Fiscalizar a reprodução e divulgação de imagens; Orientar o usuário quanto ao uso dos diferentes equipamentos e bancos de dados; Disponibilizar os instrumentos de pesquisa na rede internacional de comunicação; Fiscalizar empréstimos do acervo e documentos de arquivos; Gerenciar atividades de consulta; Representar a informação.

2.2.3.3 Conservar acervos (preservação de documentos)

A preservação ou conservação de documentos e acervos arquivísticos é um tema central na contemporaneidade em virtude do crescimento dos volumes documentais e da diminuição da durabilidade material (SCHELLEMBERG, 2002).

Os profissionais de arquivo devem atentar para os fatores que afetam a durabilidade do material sob sua custódia, tanto os provocados pelas condições de armazenagem e de uso (fatores externos), quanto os que dizem respeito à própria condição natural dos materiais utilizados na confecção e impressão (fatores internos).

É de responsabilidade do arquivista considerar todos esses fatores causadores de deterioração e promover as alterações físicas necessárias, ambientais, reprográficas ou no próprio documento, para anular ou reduzir os efeitos danosos de qualquer natureza (*idem*).

As atividades relacionadas à conservação de acervos (preservação de documentos, segundo a CBO 4.0.2 de 2002 são:

Diagnosticar o estado de conservação do acervo; Estabelecer procedimentos de segurança do acervo; Higienizar documentos/acervos; Pesquisar materiais de conservação; Monitorar programas de conservação preventiva; Orientar usuários e funcionários quanto aos procedimentos de manuseio do acervo; Monitorar as condições ambientais; Controlar as condições de transporte, embalagem, armazenagem e acondicionamento; Definir especificações de material de acondicionamento e armazenagem; Desenvolver programas de controle preventivo de infestações químicas e biológicas; Acondicionar documentos/acervos; Acompanhar o deslocamento, embalagem, transporte, desembalagem e montagem do acervo; Assessorar o projeto arquitetônico do arquivo; Definir migração para outro tipo de suporte; Supervisionar trabalhos de restauração; Armazenar documentos/acervos.

2.2.3.4 Preparar ações educativas e/ou culturais

É papel do arquivista, ainda que secundário, a preparação de ações editoriais, educativas e culturais em sua comunidade, atribuindo-lhe visibilidade social e reforçando sua função primeira. Deve ser objetivo dessas atividades editoriais/culturais/educativas servir como via de mão dupla entre a instituição arquivística e a sociedade: oferecendo atrativos à comunidade e recebendo o interesse sobre seus conteúdos (BELLOTTO, 2006).

As atividades relacionadas às ações educativas e/ou culturais, segundo a CBO 4.0.2 de 2002, são:

Organizar monitorias; Ministras cursos e palestras; Preparar visitas técnicas; Estabelecer estratégias para o público alvo; Desenvolver ações educativas e/ou culturais; Interagir com o programa curricular nacional; Coordenar ações educativas e/ou culturais; Desenvolver estudos do público-alvo; Preparar material educativo; Participar da formação/capacitação de profissionais de museus/arquivos; Orientar estagiários; Preparar material de divulgação institucional para diferentes mídias; Divulgar o acervo; Sensibilizar gestores e funcionários de entidades públicas e privadas para a importância de arquivos; Participar de palestras, convênios e reuniões científicas; Preparar materiais, atividades e palestras para o público interno; Estabelecer diálogo com usuário; Apresentar trabalhos técnicos e científicos; Manter intercâmbio com profissionais de instituições congêneres; Escrever trabalhos técnicos e científicos.

2.3 Bibliotecas - O que é uma biblioteca?

O surgimento das bibliotecas é muito anterior aos livros e manuscritos, suas constantes mudanças ao longo do tempo demandaram alterações em sua definição (MARTINS, 2001). As mudanças sociais e técnicas exigiram que a biblioteca se adaptasse às necessidades de seus usuários (ORERA ORERA, 2002).

A palavra “biblioteca” tem sua origem do grego *biblíon* (livro) e *teke* (caixa, depósito), portanto um depósito de livros (HOUISS, 2001). Desde a Antiguidade, quando o suporte ainda era mineral com as tabuinhas de argila, até o fim da Idade Média, quando o suporte já eram as peles e o papel, as bibliotecas não se alteraram muito em natureza, finalidade e funcionamento; não se afastando muito da etimologia da palavra biblioteca (MARTINS, 2001, p. 71, 72).

As primeiras bibliotecas do Oriente, como as dos assírios e egípcios, eram de cunho especialmente religioso, de uso reservado aos sacerdotes e oficiais, e sua finalidade se confunde com a de arquivo. Na variação grega, já em Pérgamo e Alexandria, tutelam textos profanos e eram instituições propagadoras do pensamento (*ibidem*, p. 74).

Mesmo as mais famosas bibliotecas da Antiguidade, como a biblioteca de Alexandria, possuindo aproximadamente setecentos mil volumes, não se comparam em número de obras a uma biblioteca pequena moderna. O sistema de volumes não representava o equivalente em títulos de obras: a *Ilíada*, por exemplo, era formada por 24 volumes, e alguns autores, como Tito Lívio, se dizia copiado em rolos que enchiam diversas salas (*ibidem*, p. 75).

As bibliotecas sofreram uma lenta mutação desde as tabuinhas de argila ou posteriormente com os rolos em papiro e peles, sendo que o manuscrito enrolado permanece até o aparecimento do *códex* no século IV; somente a partir do século XV, em 1470, é que surgem os formatos modernos dos pequenos livros; ainda assim, sua finalidade limita-se a atender reis, nobres e clérigos.

Contudo, ainda na Idade Média inicia-se uma revolução cultural que mudaria as estruturas das bibliotecas, a saber: a fundação, o estabelecimento e o desenvolvimento das universidades. O crescimento, já no século XV, dessas universidades, também de estudantes e de textos prescritos para estudo, criou uma demanda de livros jamais vista, mas ainda restrita, a biblioteca desse período é uma

coleção de livros com caráter infrassocial, ou seja, não público; sem um perfil profissional de área definido (*ibidem*, p. 91).

Ainda segundo Martins (2001), a história da biblioteca a partir do século XVI segue um processo gradativo e contínuo de 1) laicização, 2) democratização, 3) especialização e 4) socialização, que irá transformar essa instituição. A partir da Renascença, a biblioteca acompanhou o desenvolvimento cultural com a perda de força das monarquias e da Igreja, o surgimento de sistemas democráticos com conseqüente laicização. A produção de conteúdo para diversos públicos leitores forçou sua especialização e todas essas características a conduziram para um movimento de socialização; passando a usufruir do *status* de instituição “leiga e civil, pública e aberta, tendo o seu fim em si mesma e respondendo a necessidades inteiramente novas” (*ibidem*, p. 324).

Deste ponto em diante, a biblioteca não é somente um depósito de livros, progride para uma instituição ativa e pública, cada vez mais preocupada com o interesse dos usuários. Mesmo que alguns autores como Orera Orera (2002) apontem que no século XVII já havia bibliotecas abertas ao público em horários definidos, seus fundos não contemplavam os interesses e necessidades da maioria dos seus usuários. Essa realidade começa a mudar na Inglaterra ainda no século XVIII, com a criação de bibliotecas originadas por associações e pela iniciativa privada, com finalidade moral, filantrópica e religiosa. Contudo, as primeiras bibliotecas públicas inglesas surgiram oficialmente a partir de 1850, com a promulgação de lei específica (NUNES, 1996).

No século XIX, inicia-se um movimento, também na Inglaterra, de popularização da educação, influenciado pelos ideais iluministas, que rejeita a segregação de qualquer espécie promovendo o progresso por meio do conhecimento. Tal iniciativa ressalta a importância de uma biblioteca verdadeiramente pública e a relevância do livro como ferramenta fundamental desse processo (ORERA ORERA, 2002, p. 164, 165).

Apresenta-se, nesse momento, uma nova definição de biblioteca (pública), a de uma instituição laica e livre, tutelando uma coleção organizada de livros, com profissionais especialistas prestando serviços correspondentes para prover e facilitar o uso de tais materiais, segundo requerem as necessidades de informação, investigação, educação e lazer dos usuários (ORERA ORERA, 2002). Conquanto as

possibilidades de suporte, especialização e serviços na instituição tenha se expandido, essencialmente a definição permanece a mesma desde então.

A International Federation of Library Associations – IFLA (Federação Internacional das Associações de Bibliotecários e de Bibliotecas), fundada em 1927, e que se autodeclara o principal organismo internacional que representa os interesses dos utilizadores de serviços de biblioteca e documentação, assegura que “as bibliotecas proporcionam acesso à informação, às ideias e às obras da imaginação. Servem como portas de acesso ao conhecimento, ao pensamento e à cultura. [...] Têm a responsabilidade de garantir e facilitar o acesso às expressões do conhecimento e da atividade intelectual. Com este fim, as bibliotecas devem adquirir, preservar e disponibilizar a mais ampla variedade de documentos, refletindo a pluralidade” (IFLA, 1999).

A definição de biblioteca feita pela UNESCO sustenta que essa instituição “consiste em uma coleção organizada de livros, impressos e revistas, ou de qualquer classe de materiais gráficos e audiovisuais; e seus serviços correspondentes para prover e facilitar o uso de tais materiais, segundo requerem as necessidades de informação, investigação, educação e lazer dos usuários” (ORERA ORERA, 2002, p. 63).

A *American Library Association* – ALA, fundada em 06 de outubro de 1876, tem como missão proporcionar desenvolvimento, promoção e melhoria da biblioteca e serviços de informação e da profissão de bibliotecário; define a biblioteca como uma “coleção de material de informação organizada para que possa conectar-se a ela um grupo de usuários. Possui profissionais encarregados dos serviços e programas relacionados com as necessidades de informação dos leitores” (*idem*, p. 63).

É possível identificar um consenso nas definições de biblioteca feitas pelas principais instituições internacionais e nacionais e também por autores do campo, não havendo debates ou variações conceituais que mereçam consideração.

2.3.1 Atuação profissional em bibliotecas

Nos primórdios da história da biblioteca, o bibliotecário, ou seu equivalente histórico em cada cultura e tempo, era o erudito, o escriba, o sacerdote, o monge, o letrado, possuidores de uma extensa cultura e sabedoria. Contudo, desde Ebla a

2000 a.C, passando por Nínive, Alexandria, Atenas ou Roma; aos mosteiros beneditinos do século XV da nossa era, o perfil desse profissional pouco se alterou, sendo essencialmente um custodiador e conservador de “tesouros do conhecimento” (LASSO DE LA VEGA, 1952, p. 422).

A transição da fase de custódia e tutela para uma organizadora e técnica se dá efetivamente depois da queda das monarquias absolutas, com o Renascimento; e com o advento dos regimes nacionalistas, democráticos e constitucionais pós-iluministas, quando as bibliotecas abrem suas portas a todos os cidadãos, de forma livre e laica, e os livros e a própria educação se popularizam, ampliando o percentual de leitores. O crescimento do número de bibliotecas produz uma maior demanda por bibliotecários, que, na exigência de serviços que requerem uma formação complicada e erudita, se viram no conflito de organizar tecnicamente sua profissão (*idem*).

A partir do século XIX, foram surgindo e se estruturando várias associações profissionais na busca de sua identidade profissional; é o caso da biblioteconomia. É desse período a fundação da ALA e dos primeiros cursos de Biblioteconomia (RUSSO, 2010). Em 1873, na França, foi criado na École de Chartes o primeiro curso de Biblioteconomia com enfoque humanista. Na América do Sul, os primeiros cursos de formação bibliotecária surgem na Argentina em 1903, fundados pelo Conselho de Mulheres Argentinas, e, no Brasil, em 1911, pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (CASTRO, 2000).

Ao final do século XIX e início do XX, os bibliotecários estavam focados no papel educativo da biblioteca, negligenciando os serviços de informação que foram assumidos e aperfeiçoados por uma outra classe profissional (e posteriormente teórica) denominada documentalistas (bibliografia), até então inseparáveis. Paul Otlet e Henri La Fontaine sistematizaram a Documentação como disciplina científica e campo de saber, e esta cisão foi responsável, inclusive, pela criação de associações próprias, como o Instituto Internacional de Bibliografia (IIB – 1895), que teve seu nome alterado para Instituto Internacional de Documentação (IID – 1931) e para Federação Internacional de Documentação (FID – 1938), que, desde 1986, recebe a denominação de Federação Internacional de Informação e Documentação permanecendo a sigla original; e também a American Documentation Institute, criada em 1937, e atualmente denominada American Society for Information Science and Technology – ASIS&T (ORTEGA, 2004).

Timidamente após a Primeira Guerra, mas mais intensamente durante e depois da Segunda Grande Guerra, o interesse pela eletrônica e demais possibilidades tecnológicas dividiu e separou um grupo dentro e fora da biblioteconomia, preocupado em conduzir os avanços tecnológicos para resolver problemas informacionais e velhos problemas da biblioteca, já que os profissionais desse campo não possuíam experiência e competência, nos Estados Unidos, neste momento, pois a linha dominante de pesquisa da Escola de Chicago estava mais voltada para as Ciências Sociais. A essa nova área de interesse tecnológico foi dado o nome Ciência da Informação, logo, a CI “tem suas raízes na bifurcação da Documentação/Bibliografia e da Recuperação da Informação (Information Retrieval)” (*ibidem*, p. 7-10).

No Brasil, Mariza Russo (2000), esquematiza o perfil profissional do bibliotecário brasileiro em sete momentos, conforme a seguir:

1911 – o bibliotecário Erudito, formação fortemente humanista, ligado à cultura e às artes – aspecto que norteou a criação do primeiro curso de Biblioteconomia no país – O da Biblioteca Nacional;

1930 – o bibliotecário de formação técnica, ligado a atividades de tratamento e organização de documentos – que inspirou os primeiros cursos em São Paulo;

1960 – o bibliotecário ligado às entidades profissionais, influenciado pelo reconhecimento oficial da profissão como de nível superior e a criação de órgãos de classe;

1970 – o bibliotecário pesquisador, atuante nos cursos de pós-graduação e acompanhando o surgimento dos primeiros periódicos científicos da área;

1980 – o bibliotecário como agente cultural, um novo profissional diante da reformulação curricular dos cursos de Biblioteconomia;

1990 – o **PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO**, uma nova terminologia, que concebia um profissional de formação mais abrangente, envolvendo o trabalho com documentos e/ou informação, em vários contextos e com uso das TICs;

2000 – os bibliotecários autônomos, formados para atuar como consultores (analistas, arquitetos e gestores da informação) no ambiente flexível das organizações.

Ainda que a CBO 4.0.2 de 2002 agrupe em uma mesma família de profissões os bibliotecários, documentalistas e profissionais da informação, a presente pesquisa entende as diferenças históricas próprias de cada perfil profissional,

entretanto, propõe-se a estudar exclusivamente o perfil do bibliotecário, por usar como objeto empírico uma instituição biblioteca.

2.3.2 Atividade profissional do bibliotecário

A CBO 4.0.2 de 2002 define o profissional bibliotecário pelas suas atribuições, como a seguir:

Disponibilizam informação em qualquer suporte; gerenciam unidades como bibliotecas, centros de documentação, centros de informação e correlatos, além de redes e sistemas de informação. Tratam tecnicamente e desenvolvem recursos informacionais; disseminam informação com o objetivo de facilitar o acesso e geração do conhecimento; desenvolvem estudos e pesquisas; realizam difusão cultural; desenvolvem ações educativas. Podem prestar serviços de assessoria e consultoria.

Nos profissionais descritos nessa família (2612) em que estão incluídos os bibliotecários são também listados pela CBO 4.0.2 de 2002:

Bibliotecário: Biblioteconomista, Bibliógrafo, Cientista de informação, Consultor de informação, Especialista de informação, Gerente de informação, Gestor de informação.

Documentalista: Analista de documentação, Especialista de documentação, Gerente de documentação, Supervisor de controle de processos documentais, Supervisor de controle documental, Técnico de documentação, Técnico em suporte de documentação

Analista de informações (pesquisador de informações de rede): Pesquisador de informações de rede.

Em seguida, serão descritas as principais atividades profissionais do bibliotecário; para fins de organização da descrição, os tópicos serão subdivididos conforme o Relatório tabela de atividades da CBO 4.0.2 de 2002, intentando a realização de relações futuras com as atividades do arquivista e do museólogo.

2.3.2.1 Disponibilizar informação em qualquer suporte

Serviço de referência: A utilização da biblioteca como instituição complementar de formação e democratização da educação e cultura está aliada a

outras características, como o crescimento do público leitor, inclusão de métodos de pesquisa científica no currículo dos bibliotecários e a gradual secularização do conhecimento (ORERA ORERA, 2002). Tais características recentes da história das bibliotecas possibilitaram o estabelecimento de um novo modo de proceder em relação aos usuários em torno de três aspectos básicos: 1) assistência personalizada em consultas específicas ou gerais; 2) orientação e ajuda para que os usuários obtenham informações por si mesmos; 3) ensinar aos usuários sobre os recursos informacionais disponibilizados pela biblioteca/unidade de informação. A essa tarefa foi dado o nome de “Serviço de Referência” (ORERA ORERA, 2002).

As atividades relacionadas à disponibilização de informação em qualquer suporte, segundo a CBO 4.0.2 de 2002, são:

Localizar informações; Recuperar informações; Prestar atendimento personalizado; Elaborar estratégias de buscas avançadas; Intercambiar informações e documentos; Controlar circulação de recursos informacionais; Prestar serviços de informação on-line; Normalizar trabalhos técnico-científicos;

2.3.2.2 Gerenciar unidades, redes e sistemas de informação

O princípio básico da administração de qualquer atividade, em qualquer área, é atingir algum fim utilizando algum recurso; nesse ínterim, variam os métodos e as técnicas de planejamento e gestão e sua complexidade. No caso das bibliotecas, existe um caráter ambíguo em sua organização por se tratar, simultaneamente, de uma unidade prestadora de serviços culturais, educacionais, de acesso à informação e também de depósito de materiais físicos e virtuais para a realização desse serviço, o que torna essa instituição um organismo complexo (ORERA ORERA, 2002).

Além disso, as bibliotecas precisam levar em consideração as condições econômicas, políticas, sociais e tecnológicas em que estão inseridas; o que torna sua gestão ainda mais complicada. Contudo, o atingimento dos objetivos de uma gestão pode ser alcançado desde que haja um completo planejamento que leve em consideração:

1) O conhecimento de um conjunto de técnicas para reflexão e análise dos problemas e necessidades de produção de serviços para bibliotecas;

2) Um processo de atuação que contemple o conjunto global das atividades da biblioteca. Para isso é imperativo manter uma visão integradora que concilie os objetivos propostos com a realidade da instituição e sua capacidade de execução, além de considerar as possibilidades e oportunidades que se apresentem cotidianamente (ORERA ORERA, 2002, p. 298).

Orera Orera ainda afirma que, a partir do planejamento, o gestor deve manter em foco cinco principais objetivos, que são:

Potencializar as capacidades de atuação de cada biblioteca em função das oportunidades de atuação que se lhe apresentem;

Flexibilizar a prestação de seus serviços e a realização de suas atividades, para permitir uma maior facilidade de adaptação dos usuários à instituição;

Avaliar seu funcionamento, valorizando o nível de atingimento dos seus objetivo em relação às metas traçadas;

Racionalizar os processos de tomada de decisão, concentrando ações, funções, estratégias, etc.;

Motivar as pessoas que participam das atividades na biblioteca, incentivando seu trabalho e avaliando objetivamente o desempenho de suas funções.

As atividades relacionadas ao gerenciamento de unidades, redes e sistemas de informação, segundo a CBO 4.0.2 de 2002, são:

Elaborar programas e projetos de ação; Projetar custos de serviços e produtos; Implementar atividades cooperativas entre instituições; Administrar o compartilhamento de recursos informacionais; Desenvolver planos de divulgação e marketing; Desenvolver políticas de informação; Projetar unidades, redes e sistemas de informação; Automatizar unidades de informação; Desenvolver padrões de qualidade gerencial; Controlar a execução dos planos de atividades; Elaborar políticas de funcionamento de unidades, redes e sistemas de informação; Controlar segurança patrimonial da unidade, rede e sistema de informação; Controlar conservação do patrimônio físico da unidade, rede e sistema de informação; Avaliar serviços e produtos de unidades, redes e sistema de informação; Avaliar desempenho de pessoas em unidades, redes e sistema de informação; Desenvolver planos de segurança ambiental; Controlar a aplicação do plano de segurança ambiental; Elaborar relatórios; Buscar patrocínios e parcerias; Contratar assessorias; Elaborar manuais de serviços e procedimentos; Participar da elaboração de planos e carreiras; Analisar tecnologias de informação e comunicação; Administrar consórcios de unidades, redes e sistemas de informação; Administrar recursos orçamentários; Implantar unidades, redes e sistemas de informação;

2.3.2.3 Tratar tecnicamente recursos informacionais

Os processos técnicos e administrativos são aquelas atividades que permitem o cumprimento dos objetivos de uma biblioteca ou unidade de informação (MAGÁN WALSH, 2004). A formação, manutenção e organização de uma coleção são tarefas essenciais em uma biblioteca e materializam-se nas práticas de “Seleção” e “Aquisição” – “Classificação/Indexação” e “Catalogação”.

2.3.2.4 Seleção e Aquisição

A Seleção é um trabalho intelectual que requer uma forte bagagem cultural além de um papel coordenador dos interesses gerais da biblioteca e dos seus usuários. É impossível que uma biblioteca consiga reunir em um só acervo todo conhecimento existente, sendo assim, a Seleção tem papel importante para satisfazer as necessidades e interesses culturais, educativos, informacionais e recreativos da comunidade a que serve (MAGÁN WALSH, 2004).

A Seleção pode seguir princípios qualitativos e quantitativos de constituição de acervo, além do expurgo. Por exemplo, o Manifesto da UNESCO sobre a Biblioteca Pública de 1972 sugere: 2/3 livros por habitantes de uma localidade, 60 horas semanais de funcionamento, 10% do total de obras do acervo na forma de obras de referência e aumento anual de 250 livros para cada 1.000 habitantes (*ibidem*, p. 174, 175).

Depois de ser feita a seleção das obras seguem-se as tarefas e rotinas de aquisição para concretizar a obtenção e incorporação da obra ao acervo. A Aquisição pode se dar de pelo menos quatro formas: depósito legal, troca, doação e compra.

2.3.2.5 Classificação/Indexação e Catalogação

Denominadas de processamento técnico, as atividades de classificação e catalogação são atividades organizativas de identificação dos elementos inerentes a cada documento/obra com o objetivo de construir ferramentas que facilitem a recuperação da informação. Esse tratamento documental consiste em uma atividade de análise de um grupo de documentos baseada em técnicas específicas com o fim

de torná-lo organizado e utilizável, englobando tanto a análise formal (descrição bibliográfica e catalogação) como a análise interna (indexação e resumo) (ORERA ORERA, 2002).

Classificação/Indexação: A classificação é uma operação técnica complexa e que, segundo a UNESCO, pode ser definida sob duas perspectivas: como processo e como finalidade. Como processo, traduz-se em descrever e caracterizar um documento com a ajuda de representações dos conceitos contidos no dito documento. Sua finalidade é a de permitir uma busca eficaz das informações contidas em um fundo documental, acervo ou coleção. Nesse sentido, podem-se entender as duas perspectivas como sendo duas fases inter-relacionadas: a primeira equivale à transformação da informação dos documentos para seu armazenamento organizado; a segunda, como elaboração de estratégias e métodos de busca para recuperar as informações descritas dos documentos na primeira fase (ORERA ORERA, 2002; MAGÁN WALSH, 2004).

Linguagens Documentais: A classificação é feita mediante Linguagens Documentais, que são sistemas que permitem representar o conteúdo dos documentos para posterior recuperação e com a finalidade de melhorar a qualidade da análise e dos resultados da recuperação (ORERA ORERA, 2002, p. 123).

Geralmente, as linguagens documentais são classificadas em dois tipos: 1) Linguagem natural; 2) Linguagem documentária, ou linguagem controlada, linguagem de indexação, linguagem descritora e codificação documentária.

A Linguagem documentária se subdivide em: Linguagem pré-coordenada – Escolha dos termos durante a indexação, pode ser classificatória (sistemas de classificação) e alfabética (cabeçalho de assunto, glossários e dicionários); e Linguagem pós-coordenada – Utiliza termos predefinidos em vocabulários controlados, tesouro, taxonomias, ontologias (VIEIRA, 2014).

Classificação/Indexação Alfabética (por palavras-chave e descritores): Utilização de termos que melhor representem o conteúdo dos documentos valendo-se de uma lista ordenada alfabeticamente por cabeçalho de assunto, aplicando-se mais frequentemente (em bibliotecas) um vocabulário controlado (tesouro) e como linguagem documentária (ORERA ORERA, 2002, p. 125). Pode-se utilizar também a linguagem natural, sem o emprego de nenhum vocabulário controlado, apenas palavras-chave de relevância semântica (MAGÁN WALSH, 2004, p. 206).

Classificação/Indexação por Unitermos: Técnica idealizada por Mortimer Taube em 1955, usando unidades mínimas de significado, uma palavra como único termo. Ainda que tenha sido de grande importância na história da Classificação/Indexação, a técnica do Unitermo caiu em desuso (MAGÁN WALSH, 2004).

Classificação/Indexação automática: Esta técnica teve início ainda nos anos 1960, com a informática, e ainda hoje tem obtido avanços; programas que antes apenas faziam estatísticas de frequência das palavras passaram a tratamento de textos que comparam vocábulos de um texto a um dicionário ou tesauro; outros conseguem atribuir a termos previamente selecionados sua sintaxe correspondente em um dado contexto (*ibidem*, p. 207).

Classificação/Indexação contextual ou vetorial: O incremento da informática documental, de sistemas especializados e princípios da inteligência artificial, juntamente com bancos de dados cada vez maiores e disponibilidade cada vez maior de conteúdo na internet, novos sistemas de classificação e busca possibilitam a interconexão não apenas de termos, mas de textos completos, imagens e sons (*ibidem*, p. 208).

2.3.2.6 Sistemas de Classificação

São essencialmente instrumentos linguístico-documentais de descrição de conteúdo para efetiva recuperação. Serão tratados a seguir os principais Sistemas Enciclopédicos, que tem como característica principal, pretender abarcar a totalidade do conhecimento. Serão descritos: CDD, CDU, Cutter, Brown, Bliss, Ranganathan e Library of Congress.

CDD – Classificação Decimal de Dewey: Influenciado pelo sistema de W.T. Harris, Mervil Dewey desenvolveu seu próprio sistema de números decimais, publicado em 1876 anonimamente (só levou seu nome na 16ª edição). As classes principais são divisões do conhecimento: Generalidades; Filosofia e disciplinas relacionadas; Religião; Ciências sociais; Filologia; Ciências puras; Tecnologia; Artes, recreação e artes cênicas; Literatura; História; Biografia; Geografia. As atualizações são feitas a cada sete anos (VIEIRA, 2014, p. 77-84).

CDU – Classificação Decimal Universal: Criada em 1892 por Paul Otlet e Henri La Fontaine, com o objetivo de organizar uma biblioteca universal com todo

conhecimento humano. O controle é feito por assunto com notação mista. Foi inspirada na CDD e é muito utilizada no Brasil, possuindo versão impressa em português (VIEIRA, 2014, p. 85-91).

Classificação de Cutter ou Expansiva: Criada por Charles Ammi Cutter no final do século XIX, é dividida em sete tabelas que vão do geral ao específico. Não há uma justificativa para a organização das classes principais, sendo que a mais específica, a 7ª tabela, não foi completada, em razão da sua morte. Está em desuso por falta de atualização (*ibidem*, p. 92-95).

Classificação de Brown ou Subject Classification: Criada em 1894 por James Duff Brown e John Henry Quinn, a Quinn-Brown System foi considerada inflexível tendo que sofrer alterações sendo lançada novamente em 1906. Também caiu em desuso por falta de atualização (*ibidem*, p. 95-99).

Classificação de Bliss: Sistema dividido em quatro grandes classes, o sistema criado por Henry Evelyn Bliss, editado entre 1940-1953, baseia-se em três princípios para ordenação dessas classes:

- 1) *Collocation* – colocalização, onde a localização dos assuntos fica próximo aos assuntos com que se relaciona.
- 2) *Gadation in especialization* – gradação por especialização, onde a localização está ligada à dependência.
- 3) *Decreasing extension* – extensão decrescente, onde a classificação está ligada à subordinação do geral ao específico (VIEIRA, 2014, p. 99).

O sistema permite a classificação do mesmo assunto em diversas classes (*alternative locations*); é atualizado pela *Bliss Classification Association*.

Classificação de Ranganathan: Também chamada de classificação dos dois pontos (*Colon Classification*) por possibilitar a relação de assuntos diferentes, criada pelo matemático indiano Shiyali Ramanrita Ranganathan, esse sistema analítico-sintético promoveu mudanças nos estudos sobre classificação. Formado por 41 classes representativas do conhecimento humano, utiliza notação mista com 70 caracteres e indicadores especiais de faceta, o primeiro a utilizar esse artifício (VIEIRA, 2014, p. 101-106).

Classificação da Biblioteca do Congresso (Library of Congress): Baseado na Classificação de Cutter, o sistema da biblioteca do Congresso conta com 20 classes principais e cada uma delas traz seu próprio índice. Criado por James Hanson e Charles Martel, o sistema é atualizado constantemente por bibliotecários

classificadores e publicado quadrimestralmente no *L. C. Classification: Additions and changes* (*ibidem*, p. 106-108).

2.3.2.7 Catalogação

A Representação Descritiva ou Catalogação é uma atividade central na rotina da biblioteca e do bibliotecário baseada na descrição dos documentos/obras. Seu objetivo é “a representação do conhecimento a partir do exame e da extração de informações de um documento, descritas conforme regras fixas... tornando-o acessível aos usuários” (VIEIRA, 2014, p. 110).

Além da catalogação convencional, existem outros conceitos coletivos com o objetivo de economizar tempo e recursos, a saber: **1) Catalogação cooperativa:** catalogação informatizada com compartilhamento de banco de dados para cooperados ou clientes. **2) Catalogação na fonte e catalogação na publicação:** consiste essencialmente na catalogação da obra antes da publicação. No Brasil, desde 2003, tornou-se lei que exige obrigatoriedade da ficha catalográfica e ISBN (*International Standard Book Number*).

Representações Descritivas ou Bibliográficas: Diferentemente das outras técnicas biblioteconômicas, que tiveram seu desenvolvimento gradual e progressivo, a catalogação é uma técnica tão antiga quanto a biblioteca e a expertise dos antigos bibliotecários tão grande quanto a dos de hoje, variando meramente os métodos utilizados e o enfoque, que tem passado de uma espécie de inventário para a informação contida nos documentos e o interesse dos usuários (MAGÁN WALSH, 2004).

MARC 21: MARC – *Machine Readable Catalog* (Catalogação legível por máquina) é o formato eletrônico da Biblioteca do Congresso dos EUA para “organizar e disseminar os dados bibliográficos” (VIEIRA, 2014, p. 116).

AACR2: O Código de Catalogação Anglo-Americano (*Anglo-American Cataloguing Rules*) é também um formato eletrônico de representação bibliográfica que no Brasil é dividida em dois volumes.

CBU: O Controle Bibliográfico Universal tinha o objetivo, na década de 1970, de reunir em um único catálogo a produção bibliográfica mundial. Atualmente se encontra vinculado ao projeto MARC, com o nome *Universal Bibliographic Control and Information Marc* (UBCIM). O instrumento utilizado internacionalmente é a ISBD

(*International Standard Bibliographic Description*), ambos sob o controle da IFLA (*International Federation of Library Associations and Institutions*) (ORERA ORERA, 2002).

As atividades relacionadas ao tratamento técnico de recursos informacionais, segundo a CBO 4.0.2 de 2002, são:

Registrar recursos informacionais; Classificar recursos informacionais; Catalogar recursos informacionais; Elaborar linguagens documentárias; Elaborar resenhas e resumos; Desenvolver bases de dados; Efetuar manutenção de bases de dados; Gerenciar qualidade e conteúdo de fontes de informação; Gerar fontes de informação; Reformatar suportes; Migrar dados; Desenvolver metodologias para geração de documentos digitais ou eletrônicos;

2.3.2.8 Desenvolver recursos informacionais

As bibliotecas têm assimilado tecnicamente os desenvolvimentos tecnológicos e se tornado verdadeiras unidades de informação, proporcionando aos usuários, além de informações bibliográficas, acesso aos conteúdos pelos quais eles realmente se interessam e dos quais necessitam. As tecnologias de digitalização e armazenamento de conteúdo e banco de dados têm possibilitado o compartilhamento de acervos dos mais variados suportes, nos meios eletrônicos.

Esse desenvolvimento tem impacto direto sobre as técnicas e métodos de conservação de acervos que, além dos processos físicos de intervenção, ainda se ocupam em preservar e conservar esses acervos em meios digitais de forma perene (MAGÁN WALSH, 2004; VIEIRA, 2002).

As atividades relacionadas a desenvolvimento de recursos informacionais, segundo a CBO 4.0.2 de 2002, são:

Elaborar políticas de desenvolvimento de recursos informacionais; Selecionar recursos informacionais; Adquirir recursos informacionais; Armazenar recursos informacionais; Avaliar acervos; Inventariar acervos; Desenvolver interfaces de serviços informatizados; Descartar recursos informacionais; Conservar acervos; Preservar acervos; Desenvolver bibliotecas virtuais e digitais; Desenvolver planos de conservação preventiva;

2.3.2.9 Disseminar informação

Nas bibliotecas, a disseminação da informação depende de dois pormenores: “a capacidade das bibliotecas de selecionar, adquirir, organizar e prestar serviços referentes à uma coleção física de documentos (disponibilidade documentária)”, e criar efetivos serviços de busca para atender aos seus usuários (acessibilidade documentária) (VIEIRA, 2014, p. 199).

As atividades relacionadas à disseminação de informação, segundo a CBO 4.0.2 de 2002, são:

Disseminar seletivamente a informação; Compilar sumários correntes; Compilar bibliografia; Elaborar clipping de informações; Elaborar alerta bibliográfico; Elaborar boletim bibliográfico;

2.3.2.10 Desenvolver estudos e pesquisas

A mudança de foco dos acervos para a educação, o conhecimento, a informação e o usuário tem convertido as bibliotecas em verdadeiras unidades de informação, especialmente bibliográfica, mas também cultural. A redução dos custos da construção e manutenção de base de dados, de comunicação, de sistemas informatizados permite o compartilhamento de acesso de instituições e usuários aos serviços de informação prestados pela biblioteca. Tais enfoques e tecnologias possibilitaram também conhecer mais sobre os usuários, seus interesses e necessidades; e aos pesquisadores forneceram enormes fontes de investigação (MAGÁN WALSH, 2002).

As atividades relacionadas ao desenvolvimento de estudos e pesquisas, segundo a CBO 4.0.2 de 2002, são:

Fazer sondagens sob demanda informacional; Coletar informações para memória institucional; Elaborar dossiês de informações; Elaborar pesquisas temáticas; Elaborar levantamento bibliográfico; Acessar bases de dados e outras fontes em meios eletrônicos; Realizar estudos cientométricos, bibliométricos e infométricos; Elaborar trabalhos técnico-científicos; Analisar dados estatísticos; Coletar dados estatísticos; Elaborar estudos de perfil de usuário e comunidade; Desenvolver critérios de controle de qualidade e conteúdo de fontes de informação; Analisar fluxos de informações; Elaborar diagnóstico de unidades de serviço;

2.3.2.11 Prestar serviços de assessoria e consultoria

O serviço de consultoria na função de bibliotecário está mais diretamente relacionado às atividades técnicas e de gestão da informação, fornecendo diagnósticos e soluções sobre determinados assuntos especializados (VIEIRA, 2014, p. 282-284).

As atividades relacionadas à prestação de assessoria e consultoria, segundo a CBO 4.0.2 de 2002, são:

Prestar assessoria técnica a publicações; Subsidiar informações para tomada de decisões; Assessorar no planejamento de espaço físico da unidade de informação; Participar de comissões de normatização; Realizar perícias; Elaborar laudos técnicos; Realizar visitas técnicas; Assessorar a validação de cursos; Participar de atividades de biblioterapia; Preparar provas para concursos; Participar de bancas de concursos;

2.3.2.12 Realizar difusão cultural e ações educativas

As atividades culturais nas bibliotecas, especialmente as públicas, são uma forma de atrair e formar novos públicos usuários; servindo como instituição receptora da comunidade circundante. Os objetivos são o de criar uma consciência coletiva do valor e da importância da biblioteca como recurso informativo, documental e cultural (aumentar o prestígio da biblioteca perante a comunidade); criar vínculos com a comunidade; reduzir as desigualdades culturais e educativas da população, facilitando o acesso aos bens culturais (ORERA ORERA, 2002).

As atividades relacionadas à realização de difusão cultural, segundo a CBO 4.0.2 de 2002, são:

Promover ação cultural; Promover atividades de fomento à leitura; Promover eventos culturais; Promover atividades para usuários especiais; Organizar atividades para a terceira idade; Divulgar informações através de meios de comunicação formais e informais; Organizar bibliotecas itinerantes; Promover atividades infanto-juvenis;

E as atividades relacionadas a desenvolvimento de ações educativas, segundo a CBO 4.0.2 de 2002, são:

Capacitar o usuário; Capacitar recursos humanos; Orientar estágios; Elaborar serviços de apoio para educação presencial e à distância; Ministrar palestras; Realizar atividades de ensino; Participar de bancas acadêmicas.

2.4 Museus - O que é um Museu?

A abrangência de instituições e estabelecimentos com características semelhantes ao Templo das musas e seu equivalente do Renascimento pode ser considerada um fenômeno humano de proporções globais, antes mesmo de o museu ser definido como o é hoje (SCHEINER, 2007). Contudo, assim como arquivos e bibliotecas, o formato, as funções, a administração e as atividades do museu se transformaram e diversificaram consideravelmente ao longo tempo (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013).

Ainda que o *Museion* grego sirva de referência terminológica e institucional desde aproximadamente o século V a.C, o termo *museum*, utilizado com sentido semântico semelhante ao atual, ou seja, referindo-se às coleções e ao edifício que as abriga, foi usado pela primeira vez no século XVI por Paolo Giovio (1483-1552), médico, historiador, biógrafo e prelado italiano. Esse humanista do Renascimento construiu um dos primeiros edifícios com a finalidade de expor estátuas, baixos relevos e bustos, no Palazzo de Giardino de Sabbioneta (HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, 1998). Todavia, a concepção de museu em Giovio e dos séculos XV e XVI é de uma coleção (de nobreza) grandiosa e admirável, organizada em um ambiente específico (*scrittoio*) para visitantes seletos (GAHTAN, 2014).

Mais comumente, a literatura do campo trata o século XVIII como marco do surgimento de museus tais quais os conhecemos, contudo, já no século XVI, Samuel Quiccheberg publica em 1565 um tratado intitulado *Inscriptiones vel tituli theatri Amplissimi* (o título do tratado já demonstra que sua essência é um sistema de classificação que propõe descrever todas as maravilhas do universo), propondo pioneiramente um método de classificação, catalogação, organização e exposição de coleções. Além do pioneirismo na elaboração de um tratado sobre o tema, Quiccheberg também refletiu sobre assuntos atuais como “patrimônio imaterial” e “gestão do conhecimento” (MAIRESSE, 2004; RENAULT, 2015).

Quiccheberg define um museu como um lugar em que coisas espetaculares e extraordinárias são organizadas em toda a sua abundância e diversidade, e esse lugar é, em seu tempo, o gabinete de curiosidades. Além disso, seu texto acrescenta

como diretiva para o profissional dessa área que esses objetos devem ser acessíveis, para fins de estudo, sendo essa a razão que torna nobres profissionais e objetos (PEARCE, 1994).

Com o Iluminismo, o declínio das monarquias absolutistas, as revoluções burguesas e o processo de consolidação da ciência, ao longo dos séculos XVII e XVIII, conseqüentemente o campo das humanidades teve sua oportunidade de contribuir na produção legítima de conhecimento (ARAÚJO, 2014). O colecionismo privado ganha proporções mundiais e dá-se início à criação de instituições de caráter público, como o Ashmolean Museum em 1683, e à criação dos grandes museus nacionais, como o Museu do Louvre em 1793 (HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, 1998).

Nesse contexto, desponta como marco na construção e consolidação dos saberes em museus e da atuação profissional o tratado de Caspar Frid Neickelio (Neickel ou Neickelius) de 1727. Também considerado o primeiro manual onde se encontra impresso o termo “Museographia” ou Museografia, ainda que não seja definido em sua obra no mesmo sentido que é usado hoje (AQUILINA, 2011).

O texto de Neickel pode ser considerado tanto um documento normativo quanto descritivo. Nele são encontrados conselhos sobre como se deve organizar e apresentar os objetos dentro de um gabinete, bem como sugestões sobre como organizar uma biblioteca, algo que, segundo o autor, é indispensável para que um museu esteja completo.

O conceito de museu de Neickel está explícito em seu texto como uma *câmara de tesouros – raridades – objetos da natureza – da arte e da razão*, cujo público já incluía colecionadores, apreciadores e acadêmicos – os educados, a elite rica burguesa. Neste momento ainda há pouca preocupação com a massa, que era considerada sem importância, boçal, e até mesmo revolucionária e perigosa. É verdade, no entanto, que, por esse século XVIII, a preocupação com essa classe já estava começando a aparecer (ALEXANDER, 1983).

Durante o século XIX, o padrão de ciência praticado pelas disciplinas científicas exatas e naturais, o positivismo, caracterizado pela busca de padrões, definição de leis, ideais matemáticos e intervenção por meio de ferramentas e processos técnicos e tecnológicos, estendeu-se às disciplinas dos campos das ciências sociais e humanas, inclusive as que fundamentavam o trabalho em museus (ARAÚJO, 2014).

Viu-se também, especialmente na Europa nesse período, uma expansão deste tipo de instituição e trabalhos intelectuais sobre o tema, definindo o museu como um fenômeno natural humano de preservação. Tal interesse não se restringe mais às raridades, como foi o caso da Idade Média, Renascimento, Barroco; mas inclui agora coletas sistemáticas de fenômenos cotidianos que definiram o desenvolvimento da natureza (MAROEVIĆ, 1998).

O termo “Museologia” é usado pela primeira vez por Phillip Leopold Martin em sua obra *Praxis der Naturgeschichte* de 1869, tratada como a disciplina encarregada pela exposição e manutenção de coleções naturais, consideradas também as tarefas museológicas essenciais. E, em 1883, J. G. Th. Von Graesse publica seu *Die Museologie Fachwissenschaft* (Museologia como uma ciência profissional), essa é a primeira vez em que a Museologia é citada como disciplina científica própria do tema museu (*idem*).

Ao final do século XIX e início do XX, os estudos de caráter técnico intensificam-se e o museu torna-se uma instituição também a serviço da ciência e da educação. Após a Primeira Guerra Mundial, surgem iniciativas de cooperação internacional na área de museus, promovidas pelo Instituto de Cooperação Intelectual da Liga das Nações com a criação da Secretaria Internacional de Museus e a publicação do periódico internacional *Museion*. Logo após a Segunda Guerra Mundial, é fundado o Conselho Internacional de Museus (ICOM), em 1946, para tratar internacionalmente da administração, gestão, classificação, restauração e outros assuntos relacionados ao campo (SERRANO, 2000).

Diferentemente da arquivologia e da biblioteconomia, a área de museus aceita quase consensualmente as definições do ICOM sobre os conceitos de museu e museologia, além das normatizações do campo. Provavelmente isso se deve, entre outros motivos, ao desenvolvimento do conceito de patrimônio e sua universalização após a Segunda Guerra Mundial, ampliado pelo conceito de responsabilidade universal, também decorrente da segunda grande guerra e substanciado na Organização das Nações Unidas (ONU) e suas agências especializadas (LABANDEIRA, 2008).

Ainda que seja uma instituição relativamente nova, o ICOM já produziu algumas variações sobre o conceito de museu ao longo do tempo:

Em 1946: o termo “museu” inclui todas as coleções abertas ao público, de material artístico, técnico, científico, histórico ou arqueológico, incluindo zoológicos e

jardins botânicos, exceto biblioteca, a menos que mantivessem salas de exposição permanente.

Em 1956: com algumas importantes alterações, museus englobam qualquer estabelecimento administrado em prol do interesse geral, com o objetivo de conservar, estudar e expor ao público para seu deleite e instrução, conjuntos de objetos e espécimes de valor cultural, coleções artísticas, históricas, científicas e tecnológicas, bem como aquários, jardins botânicos e zoológicos. Bibliotecas e arquivos que mantivessem exposições permanentes também eram considerados museus.

Em 1974: surge uma definição ampla e abrangente que enfatiza e coloca a função de pesquisa como princípio dessa instituição: “Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, e que realiza pesquisas sobre os testemunhos materiais do homem e seu meio, que ele adquire, conserva, investiga, comunica e expõe, com fins de estudo, educação e deleite” (CARVALHO, 2008, p. 22).

Vale ressaltar que, **em 1989**, acrescenta-se a ideia de que tal definição se aplicará a qualquer instituição, independentemente da natureza de um governo, do caráter territorial, da estrutura funcional ou orientação dos colecionadores ou da instituição em questão.

Em 2007, a definição de 1974 sofre algumas alterações aparentemente pouco significativas, mas que se traduzem em conceitos e posicionamentos muito importantes, como uma referência ao patrimônio imaterial e o distanciamento das atividades de pesquisa como parte central para se tornar uma função geral dos museus. A nova definição de 2007 ficou assim: “Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio, com fins de estudo, educação e deleite” (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 64).

Ainda que a definição do ICOM seja predominantemente normativa, a visão científica de alguns autores mantém a centralidade da produção de conhecimento a partir dos museus. Schärer (2007, *apud* DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 66), por exemplo, propõe a definição de museu como “um lugar em que as coisas e os valores que se ligam a elas são salvaguardados e estudados, bem como comunicados enquanto signos para interpretar fatos ausentes”; para Van Mensch

(1992, *apud* DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 66), o conceito lato de museu estaria ligado ao de “uma instituição museal permanente, que preserva as coleções de ‘documentos físicos’ e produz conhecimento a partir deles”.

2.4.1 Princípios museológicos

A museologia não apresenta postulados que direcionam a prática profissional e rotina institucional como na arquivologia, entretanto, algumas definições podem ser consideradas tão essenciais a ponto de serem caracterizadas como princípios.

A seguir, serão descritos alguns desses princípios museológicos, a fim de ampliar a compreensão sobre os objetos de estudo da museologia que contribuem na definição do campo.

Coleção: Diferentemente do conceito de fundo, onde praticamente não existe uma seleção dos documentos e raramente há intenção de se constituir um conjunto de valores e significados coerentes para além do exercício de suas atividades, uma coleção, de modo geral, é um conjunto de objetos materiais ou imateriais (incluindo livros e documentos arquivísticos) que um indivíduo ou uma instituição se dedicou a reunir, classificar e conservar formando um conjunto (relativamente) coerente e significativo (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013).

A definição clássica de Krysztof Pomian sobre coleção ressalta seu valor simbólico, onde o objeto perde sua função primeira e se torna um “semióforo”, um objeto portador de significados. Para esse autor, uma coleção seria “todo conjunto de objetos naturais ou artificiais, mantidos temporariamente ou definitivamente fora do circuito de atividades econômicas, submetido a uma proteção especial em um lugar fechado, mantido com este propósito, e exposto ao olhar” (POMIAN, 1987).

Independentemente do caráter material ou imaterial de uma coleção, sua centralidade na museologia a faz um princípio e é em sua função que o ICOM define a missão da instituição museológica: “A missão de um museu é a de adquirir, preservar e valorizar suas coleções com o objetivo de contribuir para a salvaguarda do patrimônio natural, cultural e científico” (CÓDIGO DE ÉTICA DO ICOM, 2006, p. 12).

O princípio exposto na missão dos museus, expressa pelo do ICOM no seu Código de Ética, é uma diretriz já evidenciada por Louis Réau no início do século XX: “Compreendemos que os museus são feitos para as coleções e que é preciso

construí-los, por assim dizer, de dentro para fora, modelando aquilo que contém a partir do conteúdo” (RÉAU, 1908, *apud* DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 33).

Educação museal: Em museu, a educação se dá em função de outros conceitos fundamentais, como comunicação, mediação e pesquisa em museus; todos relacionados com o compromisso dessa instituição com o desenvolvimento da sociedade e seus indivíduos.

Para atingir esse objetivo de transmitir conhecimento de forma eficiente e livre, as instituições museais utilizam linguagens de comunicação convencionais e outras que lhes são próprias, especialmente não verbais, o museu discursa por meio da exposição de seus objetos e fenômenos observáveis em um contexto de liberdade intelectual e de autoinstrução (SCHOUTEN, 1987; CAMERON, 1968).

Esse movimento dialético e reflexivo é promovido pela mediação em museus, em que o encontro com objetos e fenômenos estimula uma subjetividade tal que consiga produzir um conhecimento de si e da realidade como um todo em cada visitante (PAUL RICOEUR, 1986, 1995); é por esse movimento de mediação que cada indivíduo, independentemente da formação, da idade e da origem social, percebe e compreende o mundo e sua própria identidade (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013).

Tais reflexões também produzem novos conhecimentos, inovações e metodologias sobre as coleções e as atividades museais. Por meio das pesquisas em museus, outras disciplinas científicas puderam contribuir para melhoria do campo e de suas próprias áreas de conhecimento, como Física, Química, Ciências da comunicação, Ciência da informação etc., desenvolvendo ferramentas museográficas como materiais e normas de conservação, de estudo ou de restauração, pesquisas de públicos, métodos de gestão etc., além de produzir reflexões sobre a própria museologia (DAVALLON, 1995).

Memória e patrimônio: Os museus são espaços de guarda da memória e do patrimônio cultural de um povo ou até mesmo da humanidade; essa afirmação é quase tão antiga quanto a própria instituição. As ideias de memória e de patrimônio estão fortemente enraizadas ao conceito de perda (risco potencial de desaparecer/ser esquecido), e conseqüentemente ao de preservação, e por isso são conceitos fundamentais para a museologia (BABELON; CHASTEL, 1980).

Em museus, o conceito de memória está ligado ao debate sobre (re)construção social, na elaboração de um discurso que se comprometa com a

mudança social, como parte de um processo que pode ser consciente ou inconsciente, permitindo que os indivíduos reflitam e reconheçam a realidade circundante, fazendo desse conceito um princípio que orienta o compromisso dessas instituições com o humano (FIGURELLI, 2013).

A memória que se decide preservar e o que deve ser esquecido é campo de exercício político conflituoso, presente em todo o processo museológico. A esse respeito Figurelli escreve:

Por ser a memória e o esquecimento dois conceitos intrínsecos, os atos de valorizar e desvalorizar decorrem do ato de selecionar, que por sua vez nunca é neutro. Fruto de seleções, o museu é portanto um espaço de exercício político, e como tal, o uso do poder faz-se presente em todo o processo museológico, a começar na composição das memórias, na escolha do patrimônio institucionalizado, no discurso expográfico. Trabalhar para que o público tenha consciência desta dinâmica (do exercício político), colabora para que o indivíduo não tenha uma postura passiva e contemplativa durante a visita a um museu. Para que não aceite como verdade absoluta tudo que o museu comunica e divulga, para que reflita e questione a serviço de quem estão estas memórias e representações sociais, para que construa os seus próprios referenciais, consciente de que o museu é uma possibilidade e que as memórias por ele retratadas são seleções marcadas por intenções e interesses (FIGURELLI, 2013, p. 100).

Ao se relacionar o conceito de patrimônio ao campo da museologia, percebe-se que durante o século XIX, especialmente a partir da Revolução Francesa, o conceito de “patrimônio” designou o patrimônio histórico, mais especificamente os conjuntos arquitetônicos e monumentos históricos da França.

Contudo, durante a segunda metade do século XX, pós-Segunda Grande Guerra, o conceito de patrimônio estendeu-se para todo o conjunto de testemunhos materiais e imateriais da humanidade. Incorporando ao termo outros conceitos, como patrimônio cultural, patrimônio científico, entre outros; sendo recentemente definido como “todo o objeto ou conjunto, material ou imaterial, reconhecido e apropriado coletivamente por seu valor de testemunho e de memória histórica e que deve ser protegido, conservado e valorizado” (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 74).

2.4.2 Atuação profissional em museus

Peculiarmente à museologia, existem várias atividades relacionadas ao campo profissional pelas quais uma pessoa pode ser reconhecida e definida como

um profissional de museu. Tal peculiaridade compeliu o campo, especialmente a partir do século XIX, a selecionar profissionais com perfis cada vez mais específicos. Atualmente, o Comitê Internacional do ICOM de Formação Profissional (ICTOP) identificou pelo menos vinte perfis profissionais diferentes com necessidades de conhecimento igualmente distintas (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013).

O primeiro perfil profissional específico na museologia pode ser considerado o *conservateur*, cujo termo não tem tradução direta para o português, já que “conservador” não corresponderia a todas as suas atividades, podendo ser equiparado ao curador, desde que esse agregue a função de pesquisador de coleções às suas atividades à frente de uma instituição museológica.

A principal atividade do *conservateur* é o estudo das coleções e a preservação e comunicação dos objetos de uma coleção (modelo PPC, da Reinwardt Academie). Na França existe formação específica pelo *Institut National du Patrimoine*, o que não ocorre no restante do continente europeu. O *conservateur*, por seu caráter de especialista, distingue-se do museólogo ou do *muséographe*.

O termo “museólogo” tende a ser aplicado no contexto internacional mais diretamente ao pesquisador teórico e acadêmico, cujo trabalho não se restringe ao espaço do museu, podendo atuar também em universidades e centros de pesquisa, estudando as relações do homem e a realidade em suas ações de documentação do real no campo museal (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013).

No Brasil, além do contexto de pesquisa, o termo “museólogo” nomeia uma profissão reconhecida por instrumento legal: Lei nº 7.287 “de 18 de dezembro de 1984, que dispõe sobre a profissão de Museólogo”, regulamentada pelo Decreto nº 91.775, de 15 de outubro de 1985, que “dispõe sobre a profissão de Museólogo e autoriza a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Museologia”. A Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984, ainda estende a prática profissional e o título de museólogo aos que possuem diploma de mestrado e doutorado em Museologia, ainda que possuam bacharelado em outra formação acadêmica (COSTA; LIMA, 2013).

Por essa peculiaridade, ainda que a base para a construção do termo profissional “museólogo”, das condutas e competências profissionais e do desenho dessa profissão seja o campo da Museologia nos planos teórico e prático, o instrumento legislativo tende a definir um perfil profissional tão abrangente quanto o modelo teórico e prático do campo, sendo cada especialista museólogo em seu

próprio domínio (*idem*). E, ainda que o campo esteja fortemente institucionalizado e a profissão seja regulamentada, “a prática museal [...] [ainda não está] necessariamente reconhecida pelo contexto social” (BRUNO; COUTINHO; ARAÚJO, 2010, v. 1, p. 245).

O perfil do *muséographe* surge nas décadas de 1960 e 1970 como suporte às atividades do curador (*conservateur*) (BRULON SOARES, 2009), especialmente as competências técnicas, como um especialista no funcionamento de um museu, especialmente as atividades que dizem respeito ao objeto museológico, como: aquisição, pesquisa, preservação e comunicação; tendo autonomia para gerir baseado em cadernos de diretrizes e referências. No Brasil, não há essa denominação, sendo o conjunto de suas atividades equivalente ao conceito mais atual de *curador* (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013).

Ainda no contexto internacional, existe outra importante definição de perfil profissional da área de museus: o do *expographe*, equivalente a um “cenógrafo de exposição” (ou *designer* de exposição), responsável por idealizar as exposições. Esse perfil é geralmente desempenhado por arquitetos ou *designers*, o que não implica que todos os profissionais dessas áreas possam cumprir os requisitos dessa função (*idem*).

Outras profissões essenciais no campo da museologia no Brasil e no mundo, ainda que não estejam vinculadas à formação acadêmica específica, podem ser destacadas, como o “restaurador”, com formação específica para restauração e conservação de objetos museológicos; para o pessoal que trabalha com coleções museológicas e sítios musealizados. O termo assim indicado representa o conceito do campo da Museologia para o exercício das práticas museológicas nos espaços denominados museus e instituições de igual ou semelhante função.

Também se destaca a função de “educador/animador/mediador”, responsável por acompanhar os visitantes, especialmente em grupos, proporcionando informações sobre objetos e exposições, instigando o público a despertar interesse por um conteúdo, além de ministrar e organizar oficinas, ateliês e outras experiências educativas instrutivas coordenadas (*idem*).

2.4.3 Atuação profissional do museólogo

A CBO 4.0.2 de 2002 define o profissional museólogo pelas suas atribuições, como a seguir:

[...] criam projetos de museus e exposições, organizam acervos museológicos públicos e privados. Dão acesso à informação, conservam acervos. Preparam ações educativas ou culturais, planejam e realizam atividades técnico-administrativas, orientam implantação das atividades técnicas. Participam da política de criação e implantação de museus [...].

Nos profissionais descritos nessa família (2613) em que estão incluídos os museólogos, são também listados pela CBO 4.0.2 de 2002:

Arquivista: Administrador de arquivos, Encarregado de serviço de arquivo médico e estatística, Especialista em documentação arquivística, Especialista em organização de arquivos, Gestor de documentos;

Museólogo: Auxiliar de museus, Conservador de museu, Especialista em conservação de acervos, Especialista em documentação museológica, Especialista em educação em museus, Especialista em museografia de exposição.

Em seguida serão descritas as principais atividades profissionais do museólogo; para fins de organização da descrição, os tópicos serão subdivididos conforme o Relatório tabela de atividades da CBO 4.0.2 de 2002, intentando a realização de relações futuras com as atividades do arquivista e do bibliotecário.

2.4.3.1 Criar projetos de museus e exposições

A criação de estratégias de desenvolvimento de museus e exposições, ainda que envolvam todos os profissionais de museus, parece estar mais ligada (tuteladamente) ao conceito de curadoria e sua sistemática. A curadoria, entendida por Sanjad e Brandão (2008) como um conjunto de ações articuladas relativas a todo ciclo dos acervos museológicos: orientação desde a formação e desenvolvimento de coleções; política de acervos; conservação física das coleções; soluções de armazenamento; manutenção e restauro; estudo e documentação; acessibilidade; divulgação e circulação do patrimônio e do conhecimento produzido

com finalidade científica, educacional ou profissional. Tal conceito demonstra o papel crucial do profissional curador no processo de formação e desenvolvimento de museus e exposições, já que é o curador que, a partir da história, das características dos acervos e de sua política curatorial estabelece os discursos institucionais para as exposições.

As atividades relacionadas à criação de projetos de museus e exposições, segundo a CBO 4.0.2 de 2002, são:

Criar estratégias de desenvolvimento de museus e exposições; Organizar museus; Criar projeto museológico de museus e exposições; Determinar conceitos e metodologias de museus e exposições; Realizar pesquisas relativas ao tema e acervo para a produção de exposições; Selecionar documentos para exposição; Criar o projeto museográfico e detalhamento técnico; Coordenar a montagem da exposição; Contatar outras instituições e/ou colecionadores para empréstimos; Contatar instituições para sediar exposições; Coordenar exposições; Determinar discurso expositivo; Assessorar o projeto arquitetônico do museu;

2.4.3.2 Organizar acervos museológicos públicos e privados

Segundo Hernández Hernández (1998), os três principais elementos que constituem um museu são: o edifício, o conteúdo das coleções e o público; define ainda por “coleção” os objetos e testemunhos materiais do homem e a informação que estes contêm. Por sua vez, Cândido (2002, p. 30) ressalta que os objetos museológicos possuem marcas peculiares de memória, “reveladoras da vida de seus produtores e usuários originais”, e que para torná-los *semióforos* “é necessário trazê-lo[s] para o campo do conhecimento histórico e investi-lo[s] de significados”. Tais características estabelecem como pressuposto que objetos são suportes de informação e que é preciso “interrogá-los e qualificá-los, decodificando seus atributos físicos, emocionais e simbólicos” (*idem*).

2.4.3.3 Sistema de documentação museológica

A documentação de objetos, coleções e acervos exige uma série de instrumentos de coleta de dados estruturados e inter-relacionados, que possam ser posteriormente recuperados e utilizados tanto por profissionais quanto pelos usuários dos museus. Tal coleta se configura em um inventário que visa reunir o

máximo de informações sobre cada objeto e coleção por meio de uma metodologia predefinida segundo critérios consolidados em um manual (HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, 1998; CÂNDIDO, 2002).

Cândido (2002) define sete critérios/etapas de um projeto de inventário museológico, conforme a seguir:

1. **Identificação e registro dos objetos:** Cada objeto deve ser tomado como item único. Sugere-se a codificação por registro binário sequencial. Deve ser produzido, paralelamente, um instrumento de pesquisa com base em um thesaurus, como um inventário do acervo.
2. **Classificação dos objetos:** Sugere o *Thesaurus para Acervos Museológicos* (FERREZ; BIANCHINI, 1987). A Superintendência de Museus de MG adota um sistema de classificação que reconhece conceitos – termos, classes e subclasses do referido manual. Fundamenta a classificação no critério “função”.
3. **Definição de categorias de acervo:** “As categorias de acervo ou subdivisões tipológicas podem atender a critérios diversos” (CÂNDIDO, 2006, p. 43) e estabelecem relações documentais ou simbólicas com elementos semelhantes.
4. **Arranjo do acervo em coleções:**

Grande parte dos museus brasileiros adotam o critério da procedência... Esse critério de organização permite recuperar a história de formação de um acervo, elucidando contexto, formas e políticas de aquisição que balizaram as incorporações dos objetos, além de favorecer as análises de possíveis processos que institucionalizaram memórias e identidades sociais dentro desses espaços... (CÂNDIDO, 2002, p. 40)

5. **Pesquisa arquivística e bibliográfica:** “Tem o objetivo de desenvolver uma ampla pesquisa sobre o acervo, a partir de uma abordagem individual de cada objeto” (CÂNDIDO, 2006 p. 43).
6. **Reprodução fotográfica do acervo:** Informação iconográfica e banco de dados de imagens do acervo.
7. **Informatização do projeto de inventário (banco de dados):** Informatização do banco de dados do inventário para facilitar a disponibilização, uniformização, recuperação e utilização de informações do acervo.

As atividades relacionadas à organização de acervos museológicos públicos e privados, segundo a CBO 4.0.2 de 2002, são:

Providenciar o tombamento de acervos; Inventariar acervo; Administrar processos de aquisição e baixa do acervo; Catalogar documentos/acervos; Providenciar avaliação financeira do acervo; Descrever as características dos acervos; Identificar documentos e acervos; Compor dossiê de coleções/acervos; Gerenciar a reserva técnica; Gerenciar empréstimo de acervo;

2.4.3.4 Conservar acervos

A conservação e preservação de acervos museológicos é uma atividade primordial na prática profissional, complementando as atividades de comunicação e pesquisa em museus. A compreensão de que cada objeto precisa ser salvaguardado e protegido produz, por consequência, a criação de normas e políticas de conservação, construindo leis, métodos e técnicas que garantam a vida útil dos objetos. Para tanto, é preciso conhecer a estrutura física, os métodos empregados na sua confecção e os fatores de degradação, pois estes elementos definirão os processos de conservação (DRUMOND, 2006; HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, 1998).

São considerados como principais fatores de degradação: 1) Agentes físicos: luz, temperatura e umidade; 2) Agentes biológicos: insetos xilófagos, fungos, bactérias, traças, baratas e roedores; 3) Agentes químicos: poluentes e poeira; 4) Agentes mecânicos: vandalismo (DRUMOND, 2006).

As atividades relacionadas à conservação de acervos, segundo a CBO 4.0.2 de 2002, são:

Desenvolver projeto museográfico da reserva técnica; Diagnosticar o estado de conservação do acervo; Estabelecer procedimentos de segurança do acervo; Higienizar documentos/acervos; Pesquisar materiais de conservação; Monitorar programas de conservação preventiva; Orientar usuários e funcionários quanto aos procedimentos de manuseio do acervo; Monitorar as condições ambientais; Controlar as condições de transporte, embalagem, armazenagem e acondicionamento; Definir especificações de material de acondicionamento e armazenagem; Desenvolver programas de controle preventivo de infestações químicas e biológicas; Acondicionar documentos/acervos; Acompanhar o deslocamento, embalagem, transporte, desembalagem e montagem do acervo; Definir migração para outro tipo de suporte; Supervisionar trabalhos de restauração; Armazenar documentos/acervos;

2.4.3.5 Preparar ações educativas e/ou culturais

A partir do momento em que os espaços museais se tornam também espaços públicos, coincidindo com os novos nacionalismos, as ações educativas/culturais em museus passam a contribuir na construção de um sentimento nacionalista, além de se tornarem importante instrumento de complementação da educação formal e como meio de aproximação do grande público com a instituição (CABRAL; RANGEL, 2008; HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, 1998).

As ações educativas vão além do desenvolvimento de materiais ou da mediação entre público e exposição, mas também dizem respeito ao processo de avaliação desse público para a proposição de ações mais efetivas (CABRAL; RANGEL, 2008, p. 167, 168).

As atividades relacionadas a ações educativas e/ou culturais, segundo a CBO 4.0.2 de 2002, são:

Organizar monitorias; Ministras cursos e palestras; Preparar visitas técnicas; Estabelecer estratégias para o público alvo; Desenvolver ações educativas e/ou culturais; Interagir com o programa curricular nacional; Coordenar ações educativas e/ou culturais; Desenvolver estudos do público-alvo; Preparar material educativo; Participar da formação/capacitação de profissionais de museus/arquivos; Orientar estagiários.

2.5 Interinstitucionalidade profissional e teórica entre Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia

2.5.1 Arquivos, Bibliotecas e Museus – Fatores de integração

A Cultura é um subproduto da memória. Não existe cultura sem memória, por isso o homem é portador de cultura; ele a cria, a possui e a transmite. Os animais e vegetais a desconhecem porque vivem num eterno presente (CRIPPA, 2007). A memória, a cultura, e o conhecimento, em todas as suas dimensões, geram um complexo conjunto de elementos, inter-relacionados e interdependentes, que funcionam em harmonia na sociedade (TYLOR, 1871). São os hábitos, ideias, técnicas, conhecimentos, crenças, artes, moral, leis, costumes e quaisquer outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade, estabelecendo-se como suporte e personificando-as em suportes.

A memória, a cultura e o conhecimento exigiram lugares para serem abrigados, nasceram nobres e sagrados, são filhos de deuses e reis; em templos e palácios se institucionalizaram. Mas, assim como os deuses e os reis, que só exercem seu poder na presença de devotos e súditos, os arquivos, bibliotecas, museus, associações histórico-culturais, jardins botânicos, jardins zoológicos, apenas justificam sua existência em função do seu público, dos usuários. Superar os isolamentos, as separações e insularismos, as distâncias entre esses três campos, entender o pertencimento a um metacampo ainda maior que conceitos como memória, cultura, conhecimento ou informação não é exclusividade de uma área, sendo a apropriação desses conceitos convergente e uma oportunidade de aprender a partir dos registros e objetos, teorias e práticas da outra área em um compromisso mútuo de criar fontes verdadeiramente abertas para a sociedade e os pares; essa é a real nobreza de ABMs (CARR, 2000).

A interdependência de Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia (e podemos incluir a Ciência da Informação) tem sido discutida em muitas ocasiões, desde o advento da CI. Podemos dizer que essa complementaridade e sua inserção na CI tem sido, não consensualmente, aceita por ABMs, com base em suas semelhanças de objeto de estudo (informação ou conhecimento registrado) e os processos de mediação, gestão e uso desses objetos de estudo (FALETAR; BOSANČIĆ, 2005).

De acordo com Carr (2000), ABMs compartilham searas em comum:

- Eles compartilham um horizonte, atendendo ao desenvolvimento cognitivo, educativo e ampliando possibilidades intelectuais por mais tempo e para além dos currículos das instituições de ensino. Por meio de uma estrutura configurada para ser aberta, ABMs evocam as continuidades naturais de experiência cognitiva.
- Eles têm lógica e padrões de organização similar. Ainda que existam desafios informacionais na utilização dos serviços de ABMs, e a configuração desses serviços coloque os usuários como utilizadores/observadores independentes, esse cenário é construído para a inserção direta dos usuários, por meio de narrativas ou processos com instruções articuladas, lógicas e coerentes; com o mínimo de intervenção e o máximo de instrução. Além disso, o perfil profissional nessas instituições contempla as características de instrutor e mediador de informação,

auxiliando e facilitando a aprendizagem do usuário em suas experiências individuais.

- Em razão dos documentos que abrigam e sua relevância, ABMs são uma espécie de laboratório e uma “sala do tesouro”. Além de serem essencial fonte de pesquisa, essas instituições oferecem experiências cognitivas que suscitam questionamentos que promovem novos conhecimentos. ABMs estão envolvidos na organização, preservação e promoção de um conjunto complexo de conhecimento que provavelmente não teria sobrevivido para além de suas paredes.
- ABMs integram tempo e espaço, consubstanciando-os para o usuário. Quase que exclusivamente, Arquivos, Bibliotecas e Museus oferecem ao usuário a possibilidade de viajar em diversas dimensões de tempo e de espaço. O livro, o documento ou o objeto de museu é um portal para terras e épocas além da realidade imediata de quem o utiliza, evocando uma história, um lugar e um conhecimento que não se limitam ao aqui e ao agora.
- ABMs são instituições que tratam da preservação, manipulação e transmissão de informação e conhecimento.

2.5.1.1 Autores que tratam da conexão entre ABMs

Nesse tópico serão expostos os posicionamentos de autores que tratam da possibilidade de conexão e colaboração entre ABMs, começando com Peter Homulus.

Em sua apresentação para a IFLA, em 1989, do artigo pioneiro que serviu de referência a outros autores que debatem o tema de cooperação entre ABMs, intitulado “Museums to libraries: a family of collecting institutions”, Peter Homulus concorda que ABMs compartilham várias características, entre elas, coletam e protegem uma parte do patrimônio cultural e têm de gerenciar e dar acesso a essas coleções; por isso esse autor afirma que as fronteiras dessas instituições têm se tornado turvas e que essa tendência é progressiva, na medida em que o foco desse debate se concentra na informação.

O autor sugere uma analogia didática da imagem de um mesmo espectro para exemplificar seu ponto de vista sobre a relação das três instituições; em uma

extremidade estaria a biblioteca, ao meio o arquivo e na outra extremidade o museu. Ele enumera quatro razões para isso:

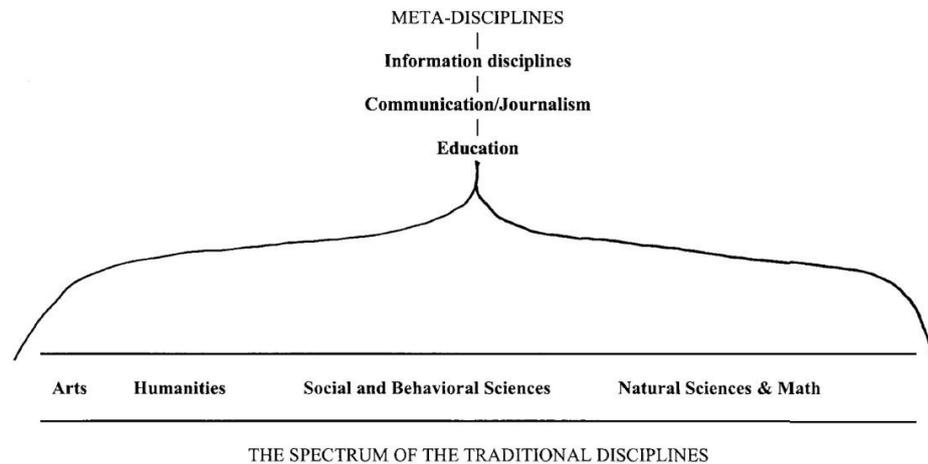
1. Natureza das coleções – De uma extremidade do espectro à outra, a singularidade das obras varia. Em uma extremidade as bibliotecas possuem obras que na maioria das vezes estão duplicadas ou têm caráter múltiplo; e na outra extremidade museus possuem obras únicas.
2. Conteúdo informacional – De uma extremidade do espectro à outra, o conteúdo informacional dos objetos varia. Em uma extremidade as bibliotecas classificam e catalogam suas obras com informações gerais para recuperação de buscas; e na outra extremidade museus atribuem informações contextuais individuais dos objetos.
3. Automação – Bibliotecas estão mais propensas a se tornarem automatizadas e informatizadas do que museus.
4. Público – A interação do público com a biblioteca e seus objetos é mais funcional, enquanto no museu ela é mais lúdica.

Contudo, Homulos entende que ABMs possuem particularidades que devem ser consideradas, como: a natureza das coleções, o propósito das instituições e o tipo de serviço que prestam ao público; mas acredita que no futuro a cooperação prevalecerá sobre as diferenças.

Para o autor, existe uma dicotomia no ponto de intercessão dessas áreas que tem limitado as possibilidades de cooperação. Ao gerirem informação, ABMs podem se comportar de duas formas principais: como meros repositório de itens ou como contribuidores no processo de despertar novos conhecimentos. Então, seria nesta seara que essas instituições poderiam desenvolver a cooperação mútua, criando melhores métodos para gerenciar informação como um recurso.

Em um artigo de 1999, “The Invisible Substrate of Information Science”, Márcia Bates argumenta que a Ciência da Informação deve ser vista como um tipo diferente de campo científico em comparação com a gama habitual de disciplinas. A autora afirma que, normalmente, as disciplinas acadêmicas são pensadas como estando em um espectro, que se inicia a partir do estudo de Artes em uma extremidade, atravessando das Ciências Humanas às Ciências Sociais para Ciências Biológicas, da terra, Ciências Físicas e da Matemática na outra extremidade.

FIGURA 2 – Espectro das disciplinas tradicionais



Fonte: BATES, 1999.

Entretanto, existem alguns campos que perpassam todo o caminho através do espectro; eles lidam com todos os assuntos tradicionais, mas o fazem a partir de uma perspectiva particular. Estes campos organizam-se em torno de um propósito ou interesse social, e então se tornam uma lente através da qual os diversos campos de saber podem fazer considerações tanto teóricas quanto de cunho prático/profissional. Tais campos Bates (1999) chama de “metadisciplinas”, apontando como exemplo os campos de Comunicação, Educação e Informação (BATES, 2007).

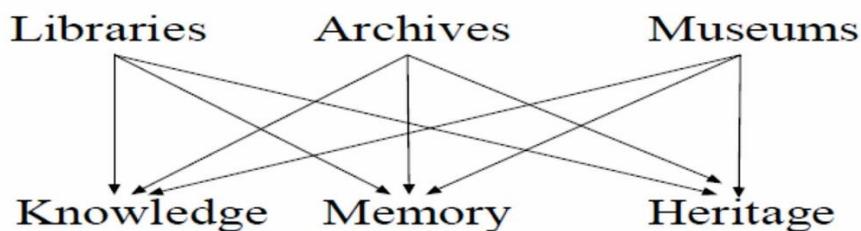
Para a autora (1999, 2005, 2006, 2007 e 2010), ABMs lidam com informação e conhecimento, e o fazem a partir de uma determinada orientação ou perspectiva necessária para realizar o trabalho e as teorizações da sua área. O processo informacional e o propósito social disciplinam as atividades de coleta, organização, recuperação e disseminação da informação em ABMs.

Segundo Bates, as disciplinas informacionais, especialmente as desenvolvidas pela CI, que regem essas atividades (coleta, organização, recuperação e disseminação), podem ser utilizadas como a lente através da qual ABMs podem ver mais claramente o conteúdo das suas disciplinas tradicionais e a estrutura para o trabalho em cada área; uma vez que estão sendo modeladas sob objetivos sociais muito semelhantes, por meio de teorias e atividades profissionais que envolvem uma “metadisciplina” que trata da preservação, manipulação e transmissão de informação e conhecimento (BATES, 1999).

Em seu artigo “The Information Professions: Knowledge, Memory, Heritage” (BATES, 2012), a autora defende que o universo da documentação é o foco de várias disciplinas orientadas à informação, como Biblioteconomia, Ciência da Informação, Arquivologia, Informática etc. Além de possuir parentesco muito próximo com a Museologia também. Isso porque essas instituições [do conhecimento] armazenam os registros da civilização humana. Inclui os museus, pois, segundo Bates, a ênfase informacional nessa instituição está nas informações multidimensionais incorporadas pelos documentos/objetos museológicos.

Nesse sentido, constrói o argumento de que Arquivos, Bibliotecas e Museus refletem o caráter informacional dos registros que armazenam, a saber: Memória, conhecimento e patrimônio (em todas as suas dimensões).

FIGURA 3 – Caráter informacional dos registros



Fonte: BATES, 2012.

A autora também elenca cinco motivos pelos quais ABMs têm se mantido afastados na contemporaneidade. São eles:

- 1) **Confusão entre os conceitos de “Disciplina” e “Profissão”** – Explica que todas as profissões exigem o domínio de um corpo de teoria geral e compreensão, que o praticante, em seguida, aplica-o seletivamente, conforme for necessário, a uma série de problemas da vida real. No coração do trabalho de informação, existem os serviços e funções que os profissionais realizam a fim de alcançar os objetivos dos campos. Estas incluem uma ou outra forma de avaliação, coleta, organização, armazenamento, recuperação, divulgação e trabalho com usuários das informações registradas (ou incorporadas) a serem geridas. Afirma que estas ações têm muitos nomes

nas diversas profissões da informação, mas em todos os casos há alguma similaridade em uma forma ou outra dessas funções.

Assim, cada profissão tem, necessariamente, um corpo de conhecimento geral, que consiste em teoria, pesquisa, princípios básicos de boas práticas, e na longa experiência e reflexão de seus praticantes. Algumas dessas teorias e pesquisas abordam questões de interesse acadêmico, em geral relacionadas com as questões importantes da profissão.

Ao mesmo tempo, o crescimento no entendimento que é produzido sobre as pessoas e a informação também contribui para as ciências sociais em geral e outras áreas acadêmicas.

Ao longo dos séculos, o equilíbrio entre estas atividades mudou; existe um foco cada vez maior quanto a compreender e trabalhar com as pessoas que acessam a informação; essa tem sido a grande contribuição dos séculos XX e XXI ao cânon profissional; e a pesquisa em comportamento informacional, feita nas últimas décadas, tem sido uma das principais contribuições para as ciências sociais.

2) O subaproveitamento da metainformação

Uma segunda faceta importante é que há informação em todas as coisas e por isso ela está no coração de tudo o que fazem as profissões da informação. A autora exemplifica que, hoje, todos estão interessados em informações e na busca de informação; o Google permite fazer pesquisas sobre qualquer assunto tão facilmente que os usuários tendem a se achar experts em qualquer assunto. Mas, de fato, existem metainformações, informações em si e por si, em objetos, documentos ou quaisquer outros registros que estão além do alcance do usuário. Extrair essas camadas de informação (históricas, sociais, técnicas etc.) e disponibilizá-las para o usuário exige um conhecimento que o profissional da informação deve ter e que as instituições devem compartilhar. Ainda que algumas áreas como a CI e a Biblioteconomia já tenham obtido algum avançado nesse campo, outras áreas pouco se desenvolveram até agora.

3) A Institucionalização

As instituições que armazenam os recursos informacionais/culturais/patrimoniais – ABMs – tornaram-se grandes e importantes instituições física, social e administrativamente na sociedade. Contudo, ainda que se reconheçam como instituições informacionais de referência para alguns profissionais da informação, não seriam para outras. Bates cita que algumas disciplinas dos profissionais da informação, tais como gestão de documentos ou gestão do conhecimento, enfatizam funções ou outros aspectos do seu trabalho, e pensam em si mesmos como sendo parte independente de uma instituição específica.

4) Resistência à tecnologia

Uma quarta faceta importante é a tecnologia da informação para organizar, armazenar e recuperar a informação. Hoje, pensamos inteiramente em termos de computadores e dispositivos eletrônicos como *smartphones* e *tablets*. Mas encontrar uma boa tecnologia para armazenamento tem estado no coração dos profissionais da informação por milênios. A transição do códice para o livro, por exemplo, foi um aperfeiçoamento técnico crucial no acesso à informação, assim como foi o desenvolvimento do arquivo vertical para substituir as caixas para armazenamento no século XIX. Parte do processo de profissionalização das profissões de informação consistiu no desenvolvimento de uma melhor abordagem física e conceitual para a realização do trabalho por meio da padronização e otimização de funções, com o auxílio de novas tecnologias.

5) Gestão e política

Em qualquer atividade em que se têm grandes instalações físicas, grandes massas de informações, e muitas pessoas trabalhando, devem-se também desenvolver políticas, incluindo os princípios éticos em nível de sociedade e local, e encontrar maneiras de gerenciar tanto os acervos quanto as pessoas que trabalham nessas instituições. Segundo a autora, os profissionais da informação têm relegado o conhecimento gerencial e o envolvimento na construção de políticas em seus campos de atuação.

Bates salienta que assim como as ciências sociais foram marginalizadas durante o século XIX e assumiram gradualmente um papel de destaque a partir do século XX, em função, entre outros fatores, da união de seus pesquisadores e

profissionais para esclarecer à sociedade seu papel e sua importância; assim também seria tempo de todos os profissionais da informação se unirem para deixarem claro seu papel e sua importância na sociedade, fazendo com que as disciplinas e profissionais de informação, que foram marginalizados no século XX, tenham a capacidade de entrar no século XXI fazendo a sociedade reconhecer o seu verdadeiro poder e importância.

Já Araújo (2014), em seus artigos e especialmente em seu livro *Arquivologia, Biblioteconomia Museologia e Ciência da Informação: o diálogo possível*, diz que o desenvolvimento histórico de ABMs (e Ciência da Informação), notadamente as reflexões científicas desses campos no decorrer do século XX, “se deu de maneira transversal... em vários pontos e aspectos, em vez de um reforço da construção de fronteiras e limites entre elas” (ARAÚJO, 2014, p. 152).

Araújo também apoia seu enfoque em um movimento mundial de convergência de esforços para aproximar ABMs e tornar as atividades profissionais e acadêmicas desses campos mais proveitosas. Nas palavras do autor:

Essa aproximação não significa, como algumas vezes é entendido, uma redução das três áreas à Ciência da Informação, com o apagamento de suas especificidades. Ela pode significar, isso sim, que as teorias, conceitos e instrumentos de cada uma das três áreas pode incrementar o referencial das demais, e que esse processo pode ser potencializado a partir de um olhar informacional, que possibilitaria a construção de uma zona de produção de conhecimento científico marcada pela cooperação entre as três áreas (*ibidem*, p. 9)

Nesse contexto, o autor ainda exemplifica as possibilidades que têm surgido na literatura que trata do assunto de cooperação dessas áreas, como: possibilidades de formação profissional convergente; curadoria e desenvolvimento de coleções em comum; oferecimento de serviços comuns; complementaridade entre si na criação de comunidades de conhecimento; convergência em ambientes digitais; convergência entre suas missões; colaboração entre profissionais das três áreas como intercâmbio de ‘boas práticas’.

Para Araújo, o principal ponto de intercessão entre as três áreas seria a ação humana de “in-formar (dar forma, existência material, a um pensamento ou ideia) e “se in-formar” (utilizar os registros materiais do conhecimento para construir suas ideias e pensamentos)” (*ibidem*, p. 154). O autor ainda complementa que: “É porque os seres humanos são seres de cultura que ocorrem essas práticas, e é porque elas

ocorrem que foram criadas intervenções específicas sobre elas (a criação de instituições e técnicas arquivísticas, biblioteconômicas e museológicas)” (*idem*).

Ainda segundo Araújo, sua pesquisa sobre as possibilidades de cooperação mútua entre ABMs não implicaria uma separação dicotômica entre conceitos como patrimônio/informação, custodial/pós-custodial, técnica/ciência; um conceito não invalida o outro. Além disso, exemplifica outros temores desnecessários dos campos ao discutir as possibilidades de cooperação: “pensar em informação não significa descartar a função de salvaguarda do patrimônio promovida pelos ABMs”; “promover a reflexão no nível científico não é romper com a dimensão técnica, profissional”; “propor o diálogo entre as áreas implicaria a fusão delas no escopo da CI [...] que viraria um escopo único [...] ABMs não precisam e nem devem ‘se tornar’ CI”; “Ciência da Informação deveria ser o tronco único destas áreas [...] não se sustenta: uma parte imensa destas áreas (sobretudo museologia) encontra-se além da dimensão informacional...o estoque de conhecimento de cada uma não cabe no escopo da CI” (*ibidem*, p. 158).

Portanto, o cerne do argumento de Araújo é a existência de um vínculo fenomenológico informacional (mas que só se torna concreto quando é levado em conta o homem em seu contexto histórico e social) que é próprio das ações humanas no mundo que, no contexto atual, sugere condições propícias para a aproximação e o diálogo entre ABMs, rompendo as antinomias (humanistas x tecnicistas) e promovendo benefícios mútuos pelo processo de cooperação.

Joana W. Smit (2000) também reconhece ABMs como instituições autônomas assim como seus profissionais; ressalta que existem diferenças peculiares, entretanto, aponta algumas semelhanças que viabilizariam espaços de contribuição mútua. Ressalta também que os profissionais dessas áreas, no Brasil (arquivistas, bibliotecários e museólogos), não refletem a distribuição internacional, que, por exemplo, em grande parte da Europa, subdivide bibliotecários e documentalistas (e cientistas da informação) e, nos EUA, subdivide arquivistas e *Record managers*. Contudo, argumenta que as profissões nas três áreas já estão sedimentadas e que tal sedimentação tem separado estas categorias profissionais, “ênfatizando desta maneira as diferenças, ou especificidades ignorando, conseqüentemente, suas semelhanças”.

Para a autora essa cristalização das práticas profissionais se dá em razão de dois fatores distintos: as práticas profissionais ainda estão muito ancoradas no

paradigma do acervo; o afastamento dessas instituições entre si em virtude da função social que exercem (coletam, estocam e disponibilizam informações). Por esses motivos, os profissionais de ABMs tornam-se “mais competentes na denominação das diferenças do que na identificação das semelhanças” (SMIT, 2002, p. 28).

Essas diferenças estariam firmadas em dois pilares: os acervos e as instituições que os abrigam. Segundo a autora:

No imaginário profissional coletivo estocam-se livros e periódicos em bibliotecas, objetos em museus e documentos gerados pelas administrações em arquivos. Simplifica, pois, de forma caricata o imaginário, pretendendo resumi-lo ao essencial. Em outros termos, a diferenciação se apoia na distinção de tipos e suportes documentais, metodologias de organização decorrentes desta distinção e, finalmente, supõe o trabalho de organização da informação sempre adequado aos objetivos institucionais, fechando o círculo vicioso (SMIT, 2002, p. 28).

Nesse sentido, Smit declara que essa cristalização faz com que cada profissão se isole, “construindo uma bibliografia própria, congressos e associações particulares, obstruindo o fluxo e a troca de informações e, principalmente, impedindo que todos se vejam num contexto maior” (*idem*). Define que os questionamentos sobre esse assunto giram em torno de três termos: documento, informação e função.

Smit ainda afirma que arquivologia, biblioteconomia e documentação, as chamadas “ciências documentais” e posteriormente a museologia, ainda que o conceito de documento em museus não seja consensual, possuem no trabalho com documentos a atividade aglutinadora das práticas profissionais e instituições. Contudo, sublinha que esse debate só poderia ganhar sentido se analisado “de um ponto de vista diacrônico, no qual a ênfase no documento é substituída pela ênfase na informação” (*ibidem*, p. 29).

Essa mudança de eixo só pôde ser alcançada, segundo a autora, porque outra mudança fundamental tem ocorrido: “da ênfase no acervo para a ênfase no usuário; do estoque para a função e para a utilização da informação” (SMIT, 2003, p. 5). Dessa forma, a distinção entre as instituições com base nos documentos deixa de ser razoável, uma vez que ABMs passam a gerenciar conteúdos informacionais.

Entretanto, Smit define três grandes grupos de atividades/processos em que essa nova definição de documentos e gestão em ABMs se daria:

Gestão da memória - seleção, coleta e avaliação de documentos/objetos e estoques informacionais;

Produção de informação documentária - representação da informação estocada e consequente produção de informação documentária (bases de dados, catálogos, resumos etc.);

Mediação da informação - a comunicação de informações objetivando uma efetiva transferência da informação, em função das necessidades informacionais dos usuários (SMIT, 2003, p. 7).

Ainda que cada uma dessas três atividades/processos tenha pesos diferenciados em cada área, possuindo diferenças mais terminológicas do que conceituais nessas atividades/processos, segundo Smit, seria nesses três quesitos que cada instituição poderia contribuir equilibrando e promovendo o desenvolvimento entre si, com a compreensão da CI.

Bellotto parte de um fundamento comum aos ABMs: o documento. Entende a corresponsabilidade dessas três áreas em compartilhar processos como o de recuperação da informação, disseminação cultural e pesquisa. Entretanto, entende que os campos estão completamente definidos e cada um possui, “per si, um espaço social próprio e independente no qual devem agir” (BELLOTTO, 2014, p. 42).

A autora define, de forma ampla e genérica, documento como:

[...] qualquer elemento gráfico, iconográfico, plástico ou fônico pelo qual o homem se expressa. É o livro, o artigo de revista ou jornal, o relatório, o processo, o dossiê, a carta, a legislação, a estampa, a tela, a escultura, a fotografia, o filme, o disco, a fita magnética, o objeto utilitário etc., enfim, tudo o que seja produzido, por motivos funcionais, jurídicos, científicos, técnicos, culturais ou artísticos, pela atividade humana (*ibidem*, p. 35).

Tomando como base essa definição clássica de documento, Bellotto entende que o processo de fornecer informações a partir de um determinado registro estabelece um vínculo comum entre as ciências da informação e as ciências documentárias. Nesse sentido, as atividades de recolher, tratar, transferir, difundir informações seriam um objetivo convergente de ABMs (a autora ainda inclui as áreas de Documentação e CI e as distingue das outras três).

Contudo, ainda que tenham “em comum as finalidades a que se destinam e o papel que ocupam no processo social, cultural e administrativo de uma sociedade”

(BELLOTTO, 2006, p. 37); para alcançar esse objetivo e realizar atividades semelhantes, ABMs usam mecanismos técnicos distintos.

Bellotto argumenta que a “forma/função pela qual o documento é criado é que determina seu uso e seu destino de armazenamento futuro” (*idem*), ou seja, para se dizer se um documento é de Arquivo, Biblioteca ou Museu, mais importante que identificar o suporte em foi que criado, é a razão de sua origem e de seu emprego. Então, essas instituições se diferenciaram pela forma como os acervos são constituídos e as características dos documentos a serem preservados:

pela biblioteca, os impressos ou audiovisuais resultantes de atividade cultural e técnica ou científica, seja ela criação artístico-literária, pesquisa ou divulgação; pelo arquivo, o material de uma gama infinitamente variável (desde uma tabuleta assíria ou um relatório impresso de empresa até as provas-objeto de um processo judiciário), oriundo de atividade funcional ou intelectual de instituições ou pessoas, e produzido no decurso de suas funções; pelo museu, os objetos que tanto podem ter origem artística quanto funcional (*idem*).

Dessa forma, a autora estabelece como fins de bibliotecas e museus os propósitos didáticos, culturais, técnicos ou científicos; e de arquivos, administrativos e jurídicos, e, no longo prazo, “históricos”. “O documento de biblioteca instrui, ensina; o de arquivo, prova” (*ibidem*, p. 39).

Bellotto também argumenta que há uma relação direta entre a origem do documento e a instituição que o abriga:

Biblioteca – os documentos procedem de uma criação artística ou de uma pesquisa; com objetivo de divulgação técnica, científica, humanística, filosófica etc. Têm o propósito de informar para instruir ou ensinar. Ainda que possam ser incluídos suportes variados, até audiovisual, sua forma consagrada é a impressa e múltipla, a mais democrática forma de documento.

Arquivo – Os documentos de arquivo são os produzidos por uma entidade pública ou privada ou por uma família ou pessoa no transcurso das funções que justificam sua existência como tal, guardando esses documentos relações orgânicas entre si. Têm propósitos funcionais administrativos e legais. Podem assumir inúmeros formatos; são geralmente exemplares únicos.

Museu – Os documentos de museu são o resultado da criação artística ou das manifestações materiais de uma cultura. São testemunhos de uma época ou atividade, com função de informar visualmente, educar, científica ou de entretenimento (característica peculiar dessa instituição, segundo a autora). “A característica desses documentos é serem tridimensionais, isto é, serem objetos. Têm os mais variados tipos, naturezas, formas e dimensões” (BELLOTO, 2006, p. 39).

Bibliotecas e museus incorporam documentos, em geral, por compra, doação ou permuta; enquanto arquivos recebem documentos pelo fluxo natural, “dentro do esquema das três idades do documento: da produção à tramitação, desta ao arquivo corrente, deste, por transferência, ao intermediário e daí, por recolhimento, ao permanente” (*idem*).

A autora, com base nessas considerações, demonstra que:

- [...] a biblioteca é órgão colecionador (reúne artificialmente o material que vai surgindo e interessando à sua especialidade), em cujo acervo as unidades estão reunidas pelo conteúdo (assunto); que os objetivos dessa coleção são culturais, técnicos e científicos; e que seus fornecedores são múltiplos (diferentes livrarias, editoras, empresas gráficas, empresas jornalísticas, laboratórios de microfilmes etc.);
- que o arquivo é órgão receptor (recolhe naturalmente o que produz a administração pública ou privada à qual serve) e em seu acervo os conjuntos documentais estão reunidos segundo sua origem e função, isto é, suas divisões correspondem ao organograma da respectiva administração; que os objetivos primários do arquivo são jurídicos, funcionais e administrativos e que os fins secundários serão culturais e de pesquisa histórica, quando estiver ultrapassado o prazo de validade jurídica dos documentos (em outras palavras, quando cessarem as razões por que foram criados); e que a fonte geradora é única, ou seja, é a administração ou é a pessoa à qual o arquivo é ligado;
- que o museu é órgão colecionador, isto é, a coleção é artificial e classificada segundo a natureza do material e a finalidade específica do museu a que pertence; e que seus objetivos finais são educativos e culturais, mesmo custodiando alguns tipos de documentos originariamente de cunho funcional (*ibidem*, p. 40).

Quanto ao processamento técnico, Bellotto assinala as diferenças entre ABMs: enquanto nos arquivos o tratamento técnico é feito às séries documentais, formadas por agrupamentos lógicos e orgânicos de documentos nos fundos, nas bibliotecas e museus esse processamento é feito obra por obra.

Na classificação, entendida assim em bibliotecas e em arquivos correntes, equivale à ordenação (interna dos documentos nas séries) e ao arranjo de séries e fundos, nos arquivos de segunda e terceira idades. Essa é, na visão da autora, a dicotomia básica entre as áreas: “enquanto a biblioteconomia pode ser regida por

normas, a arquivística e, em parte, a museologia fundamentam-se em princípios gerais” (*ibidem*, p. 41); por exemplo, o princípio do *respect des fonds* (respeito aos fundos) e o da proveniência do documento.

Na catalogação em bibliotecas e museus encontra similar nos arquivos permanentes na descrição. “Nos arquivos correntes, a descrição é feita no momento da incorporação do documento ao conjunto do acervo do arquivo” (*idem*).

Para a autora, o público de ABMs também possui suas especificidades: enquanto o público dos arquivos correntes e intermediários é formado por administradores, empresários, juristas, pesquisadores administrativos e cidadãos em busca de seus direitos; no permanente pesquisadores, historiadores, jornalistas, sociólogos, cientistas políticos, o cidadão (ou outro profissional/acadêmico) em busca de informações históricas.

Finalmente a autora constata que arquivos, bibliotecas e museus possuem fronteiras bem definidas, espaço social próprio e independente e “não devem ser confundidos nem quanto à documentação que guardam, nem quanto ao trabalho técnico que desenvolvem a fim de organizar seus acervos e de transferir e disseminar informação” (*ibidem*, p. 42).

Todavia, em seu artigo sobre a especificidade da “informação arquivística”, Bellotto declara que a chegada da informática tem produzido profundas transformações na prática arquivística, e, ainda que os usos dessas tecnologias tenham causado algum incômodo, soluções satisfatórias para atender os princípios arquivísticos vêm sendo encontradas (BELLOTTO, 2014).

Bellotto alerta que reforços na formação e uma mudança de mentalidade são necessários e urgentes diante das novas possibilidades de manipulação e da imaterialidade dos documentos eletrônicos, da dependência de sistemas, *hardwares* e *softwares* computacionais e para garantir a efetividade dessas possibilidades em função dos princípios arquivísticos e dos documentos de arquivo se faz necessário repensar a profissão, desenvolvendo a interdisciplinaridade e a cooperação entre áreas afins; dessa forma, arquivistas poderão “contribuir para um melhor entendimento social e por uma busca de excelência da qualidade de vida do cidadão – objetivos, aliás, almejados por todas as áreas e segmentos da sociedade” (DURANTI *apud* BELLOTTO, 2014, p. 303, 304).

2.5.1.2 A CBO 4.0.2 de 2002

A CBO – Classificação Brasileira de Ocupações, que é o registro de normatização das ocupações do mercado de trabalho no Brasil, com o propósito de classificar e reconhecer (para fins dessa classificação, o que não implica regulamentação), nomear e codificar os títulos e conteúdos das agregações de empregos ou situações de trabalho similares quanto às atividades realizadas. É simultaneamente uma classificação enumerativa e uma classificação descritiva (BRASIL, 2015).

A classificação enumerativa: codifica empregos e outras situações de trabalho para fins estatísticos de registros administrativos, censos populacionais e outras pesquisas domiciliares, como Relação Anual de Informações Sociais (Rais), Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), Seguro Desemprego, Declaração do Imposto de Renda de Pessoa Física (Dirpf), entre outros. Em pesquisas domiciliares, é utilizada para codificar a ocupação, como, por exemplo, no Censo Demográfico, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e outras pesquisas de institutos de estatísticas, como o IBGE e congêneres nas esferas dos estados e dos municípios. Inclui códigos e títulos ocupacionais e a descrição sumária. Ela também é conhecida pelos nomes de nomenclatura ocupacional e estrutura ocupacional (BRASIL, 2015).

Classificação descritiva: inventaria detalhadamente as atividades realizadas no trabalho, os requisitos de formação e experiência profissionais e as condições de trabalho, como o realizado no Sistema Nacional de Empregos (Sine), na elaboração de currículos e na avaliação de formação profissional, nas atividades educativas das empresas e dos sindicatos, nas escolas, nos serviços de imigração, enfim, em atividades em que informações do conteúdo do trabalho sejam requeridas.

Para os fins desta pesquisa, a CBO 4.0.2 de 2002, versão atual da CBO, será utilizada como referência, por meio de seus instrumentos de classificação descritiva, especialmente os Relatórios de Família (RF) e tabelas de atividades das ocupações: 2612 - Profissionais da informação e 2613 - Arquivistas e Museólogos; com o propósito de relacionar as atividades realizadas em trabalho, dessas três áreas, e as possíveis intercessões de contribuição mútua entre ABMs.

É importante ressaltar que até 2002, quando a nova versão da CBO foi concluída, a versão anterior – CBO 1994 – incluía, sob a mesma família, as

ocupações de arquivistas, bibliotecários e museólogos. Na atual CBO, permanecem agrupadas as ocupações Arquivistas e Museólogos em uma mesma família, e os bibliotecários foram incorporados à família denominada Profissionais da Informação, que engloba, além dos bibliotecários, os documentalistas e analistas de informação (pesquisador de informações de rede).

O Relatório de família 2612 – Profissionais da informação, no qual estão inseridos os bibliotecários, foi construído sob a coordenação da Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP (FUNCAMP), com o auxílio de profissionais liberais em atividade, a Academia, ONGs, Instituições Públicas e Privadas, são elas: Arquivo do Estado de São Paulo; Associação Paulista de Bibliotecários; Biblioteca Mário de Andrade; Conselho Federal de Biblioteconomia; Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicação e Artes (Eca-USP); Faculdade de Odontologia da USP; Faculdades Integradas Teresa Dávila; Instituto de Geociências da USP; Organização Panamericana da Saúde (Bireme-OPAS-OMS); Prefeitura Municipal de Campinas; Sindicato dos Bibliotecários no Estado de São Paulo; Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo; Sociedade Civil Irmãos da Santa Cruz - Colégio Santa Maria; The Boston Consulting Group; Total Com Comunicação e Participações S.A.; Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP); Universidade de São Paulo (USP); Universidade do Sagrado Coração (USC-BAURU-SP); Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); Universidade Estadual de Ponta Grossa; Universidade Estadual Paulista - Biblioteca (Campus de Rio Claro); Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O Relatório de família 2613 – Arquivistas e Museólogos, também sob a coordenação da FUNCAMP, semelhantemente, contou com o auxílio de profissionais e entidades representativas de todos os setores da sociedade, são eles: Arquivo do Estado de São Paulo; Arquivo Edgard Leuenroth - CpdS – Unicamp; Arquivo Nacional; Central Única dos Trabalhadores; Conselho Regional de Museologia - 4ª Região; Fundação Patrimônio Histórico da Energia de SP; Instituto de Estudos Brasileiros da Usp; Museu de Arqueologia e Etnologia da Usp; Museu de Santo André; Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Museu Paulista; Phoenix Ateliê de História e Cultura Ltda.; Secretaria de Estado da Cultura; Universidade de Brasília.

A riqueza de informações e a confiabilidade da CBO 4.0.2 de 2002 e desses dois relatórios e sua abrangência constitui elemento fundamental na construção dos resultados desta pesquisa.

2.5.1.3 Os manuais de área

A amplitude e a relevância de todos os aspectos abrangidos pelas áreas examinadas nesta pesquisa exigiram que se traçasse um panorama geral e auxiliar sobre os assuntos descritos nas atividades profissionais listadas pelos relatórios da CBO, por meio de uma referência que os contemplasse em sua totalidade ou maioria, mantendo equilíbrio entre as questões técnicas e humanísticas de cada área; por esta razão a escolha de manuais de área na construção de categorias para comparar as variáveis deste estudo.

Para a escolha dos manuais e dos autores, foi levado em conta se a instituição analisada possuía suas próprias diretrizes publicadas e com quais autores essas obras dialogavam. Foi o caso do APM e do MM, que possuem manuais próprios. O Arquivo faz referência especialmente aos trabalhos de Bellotto e Schellenberg, entre outros, e por isso esses autores e seus trabalhos foram especialmente usados como referência; bem como Hernández Hernández e Desvallées e Mairesse (Icom), no caso do Museu. O critério usado para a escolha das obras de referência para a Biblioteca difere dos anteriores por não haver manual próprio da instituição, por isso, foram utilizados especialmente, os trabalhos de Orera Orera, Pérez e Vieira; seguindo como parâmetro a amplitude e a relevância do conteúdo, além da acessibilidade das obras para consulta.

Salienta-se que estas obras citadas não se restringem como únicas referências, sendo utilizados os demais autores que se enquadraram no mesmo critério de abrangência do conteúdo e da relevância para a área e para o presente estudo.

2.5.1.4 Modelo de Colaboração Contínua em ABMs

Da mesma forma que as histórias das três áreas se deram em um *continuum*, os processos e comportamentos de colaboração interinstitucional devem se dar igualmente de forma sucessiva (ZORICH; WAIBEL; ERWAY, 2008).

Segundo Zorich, Waibel e Erway (2008), a 'Colaboração em *Continuum*' se inicia com a comunicação/contato, na interação simples, quando os campos se dispõem a estabelecer um canal de diálogo e explorar pontos em comum nas atividades e necessidades. Nenhum esforço ou projetos conjuntos tendem a surgir nesta fase, mas há discussões e investigação sobre possíveis atividades; além de promover, pela própria natureza desse contato, o desenvolvimento de relações interpessoais e interinstitucionais.

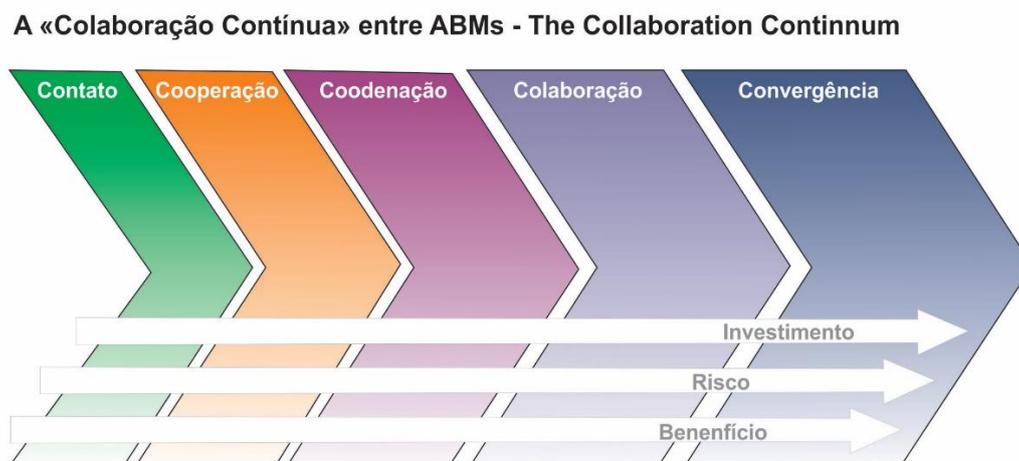
A fase seguinte é a Cooperação. Nesta fase, ABMs concordam em trabalhar informalmente em uma atividade ou esforço conjunto que oferece algum benefício mútuo tangível, ainda que pequeno. Muitas vezes, esse benefício não é nada mais do que o compartilhamento de informações, ou realizar uma atividade em parceria com a outra instituição.

A Coordenação marca o próximo passo dessa colaboração continuada, quando as atividades de cooperação progridem para um momento em que extrapolam a participação *ad hoc* e faz-se necessária a organização de um grupo de trabalho que garanta aos envolvidos saber quem faz o quê, quando e onde. Eficiência torna-se um fator crítico e as atividades devem ser planejadas em conjunto com horários e disponibilidade de pessoal, a fim de prosseguirem sem problemas.

O próximo ponto no *continuum*, Colaboração, projeta-se para além de acordos de coordenação. É um processo de criação compartilhada: dois ou mais [grupos] interagindo para criar uma compreensão compartilhada que nenhum possuía anteriormente ou que não poderia ter advindo de seus próprios entendimentos. A informação não é apenas trocada, mas é usada para criar algo novo, que não estava lá antes. Esse algo não é apenas uma ideia nova, mas uma ação transformadora para as instituições colaboradoras, já que produzem, necessariamente, mudanças nas instituições, nas metodologias, teorias, práticas e profissionais.

O ponto culminante dessa colaboração contínua é a Convergência, um estado no qual a colaboração em torno de uma atividade, processo, metodologia, teoria ou uma ideia tenha se tornado tão extensa, enraizada e comunitária que pode ser usada em qualquer um dos colaboradores como se lhe fosse própria. Em ABMs, seria a construção unificada de paradigmas.

FIGURA 4 – Modelo de colaboração continuada



Fonte: Adaptado de Zorich, Waibel e Erway (2008).

Esse modelo de colaboração continuada foi desenvolvido a partir do debate proposto pelo OCLC a cinco instituições, a saber: University of Edinburgh; Princeton University; Smithsonian Institution; Victoria e Albert Museum; Yale University. Depois de discutirem sua visão sobre um ambiente de informação ideal, cada uma das instituições propôs uma longa lista de possíveis projetos que as ajudaria a se mover em direção a um processo de colaboração. Essas listas incluíam projetos tão diversos como a criação de um centro de produção de mídia digital, até uma assessoria consistente sobre os direitos de reutilização de materiais das coleções. A partir de suas listas, cada instituição selecionou de 1-3 projetos que gostaria de tomar a frente e organizou a gestão desses projetos, desde os passos essenciais (como a identificação de líder do projeto, tarefas, marcos e prazos).

Durante todo o processo, até a implementação dos projetos, uma equipe de pesquisadores sistematizou todas as etapas de colaboração, consubstanciando-as no presente modelo.

QUADRO 2 - Resumo dos conceitos propostos pelo Modelo de Colaboração Contínua – *The Collaboration Continuum*

Comunicação/Contato	Cooperação	Coordenação	Colaboração	Convergência
---------------------	------------	-------------	-------------	--------------

<p>Quando estabelecem um canal permanente e sistemático para diálogo e explorar pontos em comum nas atividades e necessidades – Interação simples. Ex.:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Uso de espaço expositivo da outra instituição para realizar a sua própria; - Uso do acervo da instituição parceira para criar exposições; - Uso de equipamento tecnológico (digitalização em grande escala, espaço em servidores, máquinas fotográficas ou filmadoras, por exemplo); - Compartilhamento de arquitetura informacional ou <i>software</i> de uma instituição parceira (conhecimento ou boas práticas na construção de acervos digitais, <i>software</i> integrado de biblioteca ou controle de acervo, por exemplo); - Compartilhamento de notícias e divulgação das instituições pares em seus canais de comunicação (<i>sites</i>, periódicos, jornais, circulares internos etc.); - Uso do cadastro de fornecedores de produtos ou serviços; - Uso da rede de colaboradores, parceiros e amigos. 	<p>Nesta fase, ABMs concordam em trabalhar informalmente em uma atividade ou esforço conjunto que oferece algum benefício mútuo tangível, ainda que pequeno. Ex.:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Orientações básicas sobre atividades técnicas específicas de uma área (<i>workshops</i> sobre princípios de exposição, conservação de acervos, entre outros, por exemplo); - Instrução sobre o uso de equipamentos ou prestação desse serviço para instituição parceira; - Exposições conjuntas com acervos compartilhados; - Instrução sobre gestão e uso de unidades, arquitetura e sistemas de informação (<i>workshops</i> ou mesa-redondas sobre gestão informatizada de acervos, digitalização, mediação e democratização do acesso à informação); 	<p>Quando as atividades de cooperação progredem para um momento em que extrapolam a participação <i>ad hoc</i> e faz-se necessária a organização de um grupo de trabalho que garanta aos envolvidos saber quem faz o quê, quando e onde – Interações se tornam mais complexas. Ex.:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Participação conjunta no planejamento institucional anual (desenvolvimento de um Plano Estratégico que identifique prioridades, objetivos e metas em comum); - Planejamento conjunto de compartilhamento de acervos (Identificação de acervos que podem ser compartilhados fisicamente ou digitalmente); - Planejamento conjunto de arquitetura de informação (Base de dados compartilhada de informações sobre acervos, coleções e documentos. Uso de <i>software</i> em comum, estrutura <i>web</i> comum, construção de um grupo de trabalho <i>web</i> em comum, na forma de intranet); - Desenvolvimento de projetos educacionais/culturais conjuntos. 	<p>É um processo de criação compartilhada: dois ou mais [grupos] interagindo para criar uma compreensão compartilhada que nenhum possuía anteriormente ou que não poderia ter advindo de seus próprios entendimentos. Ex.:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Criação de novos métodos para realizar atividades compartilhadas (preservação de acervos, gerir unidades, arquitetura e sistemas de informação, entre outros); - Desenvolver estudos e pesquisas que envolvam as três áreas; - Construção de conhecimento sobre os usuários; - Desenvolvimento de novas tecnologias para democratização e acesso à informação, acervos, coleções e documentos. 	<p>É um estado no qual a colaboração em torno de uma atividade, processo, metodologia, teoria ou uma ideia tenha se tornado tão extensa, enraizada e comunitária que pode ser usada em qualquer um dos colaboradores como se lhe fosse própria. Ex.:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Uniformidade em algumas disciplinas curriculares; - Repositórios virtuais de acervos e coleções; - Políticas de acesso à informação, mediação e gestão de ativos informacionais; - Preservação cultural e patrimonial; - Ações educativas/culturais.
--	--	---	---	--

Fonte: Adaptado de Zorich, Waibel e Erway (2008).

3 UNIVERSO DA PESQUISA: O ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, A BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL LUIZ DE BESSA E O MUSEU MINEIRO

Antes de tratarmos do Arquivo Público Mineiro, da Biblioteca Pública Estadual Luis de Bessa e do Museu Mineiro, faz-se imperioso contextualizá-los em uma ordem hierárquica administrativa ainda maior em que estão inseridos e sujeitados, o Sistema Estadual de Cultura/Secretaria Estadual de Cultura – SEC/MG, criada em 1983, estruturada pela Lei nº 12.221, de 1º de julho de 1996, e regulamentada pelo Decreto nº 39.641, de 15 de junho de 1998, com os seguintes pressupostos:

MISSÃO: Identificar, preservar e valorizar os bens culturais; promover a qualificação e a inovação da produção cultural do Estado; fomentar as diversas etapas da cadeia produtiva da cultura; democratizar e popularizar o acesso à cultura.

VISÃO: Cultura é desenvolvimento: humano, social e econômico, que deve colaborar com o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais.

VALORES:

- Identidade e diversidade cultural;
- Preservação;
- Patrimônio;
- Inclusão social;
- Fomento;
- Experimentação;
- Inovação;
- Parceria.

A Secretaria de Estado de Cultura tem entre suas principais ações o fomento das diversas fases da cadeia produtiva cultural, desde a identificação, preservação e valorização dos bens culturais produzidos em Minas até a capacitação dos agentes culturais (PLANO ESTADUAL DE CULTURA DE MG, 2014).

Além do SEC/MG, o APM, a BPELB e o MM estão inseridos no projeto de parceria público-privada conhecida como Circuito Cultural Praça da Liberdade, ou apenas Circuito Liberdade – CL, ambos também serão detalhados a seguir.

3.1 Sistema Estadual de Cultura de Minas Gerais

Atualmente, as instituições investigadas no presente trabalho estão vinculadas ao SEC-MG, estabelecendo uma hierarquia organizacional e seguindo

uma política que é determinante para estabelecer as responsabilidades, os limites das atividades profissionais e as possibilidades de cooperação institucionais. Segundo a Lei Delegada nº 180 de 20/01/2011, em seu artigo 111, sua finalidade é:

[...] planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, controlar e avaliar as ações setoriais, a cargo do Estado, relativas ao incentivo, à produção, à valorização e à difusão das manifestações culturais da sociedade mineira, assegurada a preservação da diversidade cultural, a democratização do acesso à cultura e o oferecimento de oportunidades para o exercício do direito à identidade cultural, competindo-lhe:

I - fomentar e divulgar a cultura mineira em todas as suas expressões e diversidade regional, promovendo a difusão da identidade e da memória do Estado, a divulgação institucional por rádio e televisão públicos e por meios eletrônicos, bem como garantir o acesso a bens culturais, em consonância com as diretrizes definidas pelo Conselho Estadual de Política Cultural;

II - criar e gerenciar sistema de dados e informações sobre manifestações culturais e desenvolver planos, programas e projetos de pesquisa, documentação e divulgação;

III - promover a preservação do patrimônio cultural, histórico e artístico do Estado, material e imaterial, incentivando sua fruição pela comunidade;

IV - promover ações que visem a estimular o desenvolvimento de vocações artísticas e a formação, o aperfeiçoamento e a qualificação de técnicos e agentes culturais;

V - estimular a pesquisa e a criação artísticas;

VI - apoiar e promover a instalação de bibliotecas, museus, teatros, centros e equipamentos congêneres;

VII - articular-se com órgãos, entidades oficiais e agentes da comunidade, bem como relacionar-se com instituições nacionais e estrangeiras, com vistas ao intercâmbio e à cooperação culturais;

VIII - elaborar, articular e implementar políticas públicas que promovam a inclusão cultural e a interação da cultura com as demais áreas sociais;

IX - incentivar a aplicação de recursos públicos e privados em atividades culturais, promovendo e coordenando sua captação e aplicação;

X - colaborar na criação e no aperfeiçoamento dos instrumentos legais de financiamento e fomento das atividades culturais;

XI - aprovar projetos culturais cujos recursos sejam provenientes da concessão de incentivos fiscais ou de outras formas de apoio ou fomento, observado o disposto no art. 9º da Lei nº 12.733, de 30 de dezembro de 1997;

XII - incentivar a formação de sistemas setoriais nas diversas áreas da cultura;

XIII - exercer a supervisão das atividades das entidades de sua área de competência;

XIV - promover e ampliar o acesso da população aos bens culturais materiais e imateriais por meio da interiorização, da descentralização e do fomento das cadeias produtivas de cultura dos Municípios;

XV - apoiar a construção de redes culturais no Estado;

XVI – estabelecer as diretrizes da política estadual de telecomunicações; (Inciso acrescentado pelo art. 8º da Lei nº 21.077, de 27/12/2013.)

XVII – exercer o poder de polícia no âmbito de sua competência; (Inciso renumerado pelo art. 8º da Lei nº 21.077, de 27/12/2013.)

XVIII – exercer atividades correlatas.

(Inciso renumerado pelo art. 8º da Lei nº 21.077, de 27/12/2013.).

O SEC-MG opera em três frentes: Administração Indireta, Administração Direta e Órgãos Colegiados, coordenados pela Secretaria de Estado de Cultura (SEC).

Os **Órgãos Colegiados** são formados:

I - por subordinação administrativa, os seguintes Conselhos:

- a) Conselho Estadual de Política Cultural;
- b) Conselho Estadual de Arquivo;
- c) Conselho Estadual de Patrimônio Cultural - CONEP; e

A Administração Indireta é composta:

II - por vinculação:

- a) a Fundação Clóvis Salgado - FCS;
- b) a Fundação de Arte de Ouro Preto - FAOP;
- c) a Fundação TV Minas - Cultural e Educativa - TV MINAS;
- d) a Fundação Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHAMG;
- e) a Rádio Inconfidência Ltda.; e
- f) Departamento Estadual de Telecomunicações de Minas Gerais – Detel-MG.

Em seu artigo 112, da Lei Delegada nº 180, de 20 de janeiro de 2011, a Secretaria de Estado de Cultura estabelece a seguinte estrutura orgânica básica para **A Administração Direta**:

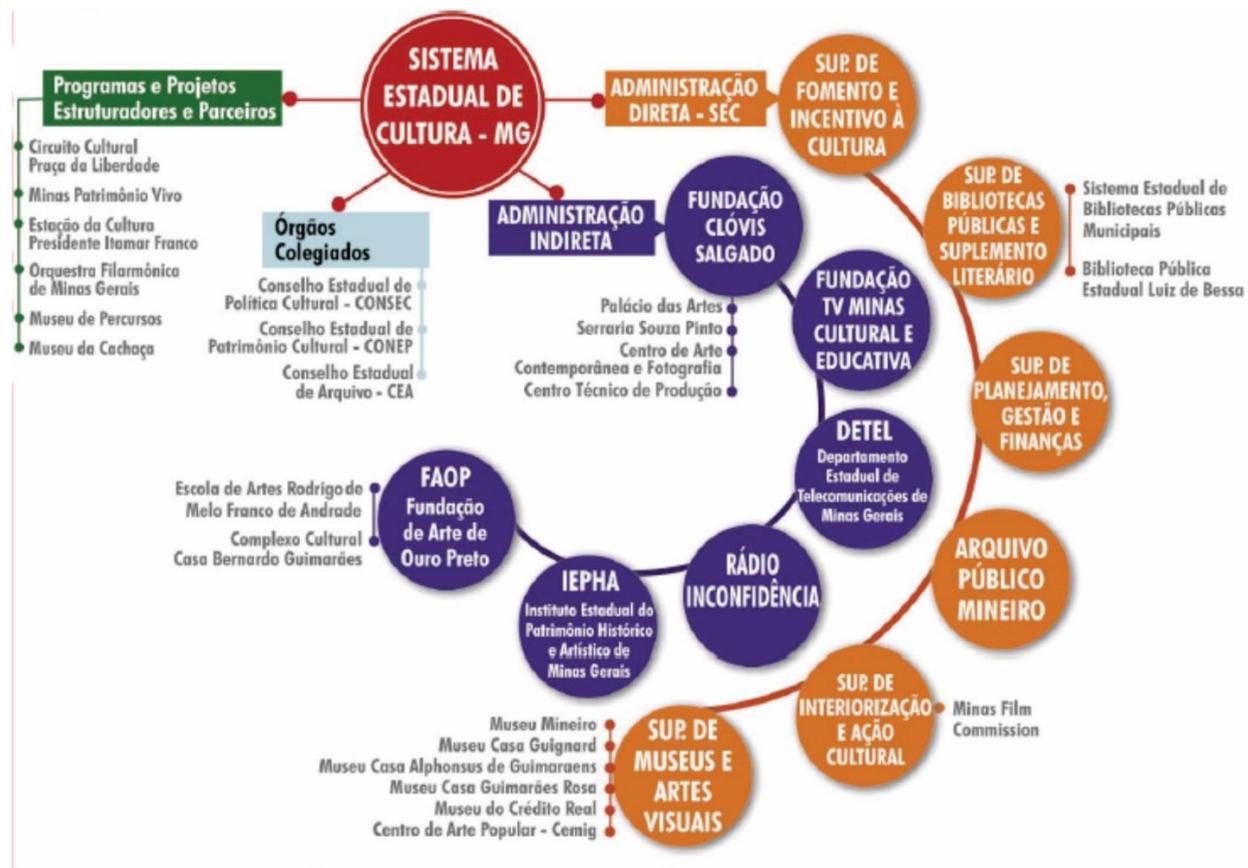
- I – Gabinete;
 - II – Auditoria Setorial;
 - III – Assessoria Jurídica;
 - IV – Assessoria de Comunicação Social;
 - V – Assessoria de Gestão Estratégica e Inovação;
 - VI – Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças;
 - VII – Superintendência de Interiorização e Ação Cultural;
 - VIII – Superintendência de Bibliotecas Públicas e Suplemento Literário;
 - IX – Superintendência de Fomento e Incentivo à Cultura;
 - X – Superintendência de Museus e Artes Visuais;
 - XI – Arquivo Público Mineiro.
- (Artigo com redação dada pelo art. 9º da Lei nº 21.077, de 27/12/2013.)

Também estão vinculados à SEC **Programas e Projetos Estruturadores e Parceiros**:

- I) Circuito Cultural Praça da Liberdade;
- II) Minas Patrimônio Vivo;
- III) Estação Cultural Presidente Itamar Franco;
- IV) Orquestra Filarmônica de Minas Gerais;
- V) Museu de Percursos;
- VI) Museu da Cachaça.

A estrutura do Sistema Estadual de Cultura MG pode ser melhor entendida por meio do Organograma do Sistema Estadual de Cultura de Minas Gerais – SEC-MG, a seguir:

FIGURA 5 - Plano Estadual de Cultura



Fonte: Secretaria Estadual de Cultura MG. Minas Gerais, maio de 2014.

3.2 O Circuito Cultural Praça da Liberdade

As três instituições, o Arquivo Público Mineiro, a Biblioteca Pública Estadual Luis de Bessa e o Museu Mineiro, além de estarem sujeitas à administração direta do Sistema Estadual de Cultura – Secretaria de Estado de Cultura, também se inserem no conjunto integrado de cultura da Praça da Liberdade – Circuito Liberdade (CL); uma parceria público/privada que transformou prédios da antiga administração do entorno da Praça da Liberdade em Belo Horizonte, que pretende se estabelecer como referência internacional em cultura e informação.

Em 1993, uma notícia com o título “Liberdade pode virar um Centro de Cultura” publicada no jornal *Estado de Minas*, em 4 de março, encontra-se talvez a mais antiga referência pública da proposta de refuncionalização dos prédios do entorno da Praça da Liberdade. A reportagem cita o “Movimento Minas Presente” e as entidades que o compunham como responsáveis pela ideia. Já centrado no conceito de parceria público/privada e de ser referência em cultura regional e nacional, o projeto carecia ainda da transferência dos órgãos públicos ali presentes para outras dependências (RESENDE, 2013).

Contudo, foi em 1997, com o centenário da cidade de Belo Horizonte, que o Senador Francelino Pereira, ex-Governador de Minas Gerais, apresentou um projeto de lei propondo a nova destinação para os prédios da Praça da Liberdade. O anúncio do projeto de retirada das sedes administrativas, Secretarias e do Poder Executivo da região da Praça da Liberdade para um centro administrativo foi feito em 2003, ainda sem lugar definido, embora o processo de descentralização administrativa do entorno da Praça da Liberdade, especialmente a transferência das Secretarias e da Chefia de Governo, estivesse em transcurso desde a década de 1950.

O Circuito Cultural Praça da Liberdade foi anunciado em 17 março de 2005, em solenidade oficial na própria praça, finalmente, em 2010, o Circuito Cultural Praça da Liberdade foi inaugurado “com o objetivo de explorar a diversidade cultural – com opções interativas e abertas ao público – em uma área de enorme valor simbólico, histórico e arquitetônico de Belo Horizonte” (CL). Em release institucional, o projeto afirma:

A proposta, segundo a gerente executiva do Circuito, Cristiana Kumaira, é garantir que o público conheça Minas Gerais em seus diversos aspectos por

meio de uma programação diversificada e múltiplas experiências. “Temos atraído cada vez mais visitantes do Brasil e do mundo e a tendência é que esse número cresça cada vez mais. Além da abertura de novos espaços e atrações, o Circuito Cultural Praça da Liberdade permite ao público contemplar a arquitetura dos prédios históricos, degustar a culinária mineira nos cafés e restaurantes dos próprios museus, e descobrir a história e curiosidades de Minas Gerais de forma lúdica e interativa. O grande diferencial do Circuito, além de tudo isso, é poder usufruir desta diversidade em uma mesma região da Capital”, ressalta.

O Circuito Cultural Praça da Liberdade é co-gerido pelo Instituto Sérgio Magnani desde junho de 2012, por meio de parceria firmada com o Governo de Minas Gerais. Alguns dos museus/espços são administrados por empresas privadas, que realizam investimentos para a preservação do patrimônio histórico e artístico e na manutenção dos prédios. O modelo de gestão compartilhada entre o estado e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips) já é adotado pelo governo em outros projetos da área cultural e tem demonstrado ser uma iniciativa de sucesso. “Fazemos a co-gestão, comunicação e programação cultural e educativa coletiva do Circuito Cultural Praça da Liberdade. Temos metas a cumprir e passamos por avaliações periódicas de resultados e auditorias, o que garante a qualidade e efetividade das ações”, destaca Cristiana Kumaira. Sobre a parceria com empresas privadas, a gerente executiva avalia: “a parceria possibilita que grandes empresas participem e contribuam efetivamente com o avanço cultural da cidade. Mais que realizarem suas atividades fins, os parceiros investem na implantação e manutenção de museus, espaços de aprendizagem, salas de exposições e espetáculos, além de centros de memória que consolidam a história de Minas Gerais, apresentando-as ao público de forma gratuita”. (CL, 2016)

Os espaços que integram o Circuito Liberdade são: *Arquivo Público Mineiro*, *Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa*, Casa Fiat de Cultura, Centro Cultural Banco do Brasil, Centro de Arte Popular Cemig, Centro de Formação Artística – Cefar Liberdade; Espaço do Conhecimento UFMG, Horizonte Sebrae – Casa da Economia Criativa, Memorial Minas Gerais Vale, MM Gerdau – Museu das Minas e do Metal, *Museu Mineiro*, Palácio da Liberdade e BDMG Cultural.

A Escola de Design da UEMG, a Casa do Automóvel, o Centro Cultural Oi Futuro, o Centro de Ensaios Abertos – Cena e um centro de referência da música também estão na lista de novos espaços do Circuito Cultural Praça da Liberdade.

3.3 O APM, a BPELB e o MM

Ainda que ABMs sejam instituições milenares e universais, no Brasil, essas instituições ganham força a partir do período republicano. Foi mesmo a imprescindibilidade de construir um sentimento de unidade, utilizando-se da “homogeneização de mitos e símbolos” e preservação dos bens históricos e

culturais, elaborando-se discursos que legitimassem o processo de formação da ideia de nacionalidade do país; foi essa necessidade que, em um primeiro momento, impeliu a criação, legitimação e desenvolvimento de ABMs (CARVALHO, 1998; JULIÃO, 2002).

O período colonial parece ter contribuído pouco na constituição dessas instituições já que, na prática, quase não havia uma centralização político-administrativa da metrópole portuguesa. As capitanias formavam um conjunto abambalhado com fraca presença metropolitana (a figura do vice-rei era quase nominal), o controle local estava nas mãos das câmaras e capitães com forte poder privado mas oligárquico (SILVA, 2006).

Com a emancipação política proporcionada pela vinda da família real portuguesa para o Brasil, começa a tomar forma um sentimento nacional independente. Instituições culturais foram fundadas ainda no ano de 1808 por D. João VI, como a Imprensa Régia, a Livraria (futura Biblioteca Nacional), o Real Horto e o Museu Nacional. D. Pedro I e D. Pedro II continuaram com a política de criação e apoio às instituições culturais, históricas e do saber como o Arquivo Público do Império (hoje Arquivo Nacional) e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), ambos em 1838.

Com a Proclamação da República, percebeu-se que a maior dificuldade de se implantar um sistema federalista que assegurasse o direito à liberdade era a falta de unidade nacional, de sentimento de comunidade, de identidade coletiva, que já existia, por exemplo, entre os colonos ingleses nos EUA antes de 1776. Foi nesse contexto, da inexpressividade de um sentimento nacionalista coesivo, que se aprofundou a valorização da memória histórica, da cultura e do saber, por meio da promoção de ABMs regionais que viessem a colaborar com o projeto de identidade nacional (SILVA, 2006, p. 58-60).

3.3.1 O Arquivo Público Mineiro

Considerada a mais antiga instituição cultural de Minas Gerais, o Arquivo Público Mineiro foi criado pela Lei nº 126, de 11 de julho de 1895, na então capital mineira Ouro Preto, tendo como primeiro diretor o político e jornalista José Pedro Xavier da Veiga, que ceder a parte térrea de sua casa com o propósito de abrigar o Arquivo. A instituição foi criada com a função de

receber e conservar os documentos concernentes ao direito público, à legislação, à administração, à história e à geografia, ao movimento científico, literário e artístico do Estado, inclusive com o recolhimento de documentos pertencentes a outros Estados, que fizessem referência à história de Minas. (Lei nº 126, de 11 de julho de 1895, artigo primeiro)

A *Revista do Archivo Público Mineiro* nº 21, de 1927, afirma que o projeto da criação de um arquivo público foi apresentado à Câmara dos Deputados pelo então deputado estadual Levindo Ferreira Lopes, em 1894, e aprovado como lei no ano seguinte, regulamentado pelo Decreto nº 860, de 19 de setembro do mesmo ano.

A Lei nº 126, de 11 de junho de 1895, em seu artigo 2º, e o Decreto nº 860, de 19 de setembro de 1895, no artigo 7º, também preveem o recolhimento, a guarda e a classificação de

quadros e estátuas, mobílias, gravuras, estofos, bordados, rendas, armas, objetos de ourivesaria, baixos relevos, medalhas, moedas, esmaltes, obras de cerâmica, cópias de inscrições e miniaturas de monumentos e quaisquer manifestações de arte no estado, desde que tenha valor propriamente artístico ou histórico. Bem como figurinos ou desenhos representativos do trajar e uso da população civilizada ou selvagem do estado de Minas Gerais em qualquer época, quer das vestimentas e fardas dos funcionários civis ou militares, antigos e modernos.

Esse recolhimento se daria por conta do APM até a criação de um museu em sala para essa finalidade.

Já no artigo 8º do referido Decreto nº 860, os livros, opúsculos, mapas, periódicos e demais impressos indicados pelos arts. 4º, 5º e 6º, deveriam ser organizados em sala especial para constituição de uma “Biblioteca Mineira, convenientemente catalogada... sistematicamente classificados, catalogados e conservados em boa ordem”.

No artigo 8º da Lei nº 126, a criação de uma revista periódica, “editada na Imprensa Oficial, a qual publicará não só os trabalhos históricos, biográficos, topográficos, estatísticos, etc., que escrever acerca dos acontecimentos, homens e coisas notáveis de Minas Gerais, como também documentos, composições literárias e memórias interessantes sobre os mesmos assuntos, inéditas ou não vulgarizadas”. A revista do APM teve seu primeiro exemplar publicado em 1896 e circulou até 1913, “ficando paralisada por 7 anos, voltou a circular em 1921, 1924, 1927 a 1933 e 1937. Após mais de 30 anos de paralisação, em 1975 voltou a ser editada até 1995”. Ainda sobre a Revista do APM, a instituição explica em seu *site* oficial:

Já em 1965, o APM deu início a uma série de publicações independentes da RAPM, com o objetivo de divulgar os documentos do seu acervo e contribuir para a elucidação de fatos relativos à história e à cultura mineira. Entre elas estão o caderno *Esclavidão em Minas Gerais*, publicado em 1988, *História da Música nas Irmandades de Vila Rica*, em 1979 e *João Pinheiro – Documentário sobre sua vida*, em 1966.

Em 2005, após 10 anos de ausência, a RAPM voltou a ser editada, com novo projeto gráfico e considerável transformação editorial. Tais alterações foram necessárias para o alinhamento da revista aos padrões atuais de publicação acadêmico-científica.

Em atividade desde 1896, a Revista do Arquivo Público Mineiro já publicou 50 volumes de conteúdos de grande valor acadêmico e histórico-cultural. Outras publicações foram produzidas pelo APM, especialmente com o apoio da Secretaria de Estado da Cultura, que em 2007 lançou a coleção *Tesouros do Arquivo*, com reedição de clássicos da historiografia mineira e edição de conjuntos documentais pouco conhecidos.

Segundo o próprio APM, em seu *site*:

O Arquivo Público Mineiro tem sob sua guarda a documentação pública proveniente de órgãos do Poder Executivo da Capitania, Província e Estado e do Legislativo Provincial e Estadual até 1935. Com a reabertura da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais em 1947, após o período ditatorial, o APM, deixa então de recolher os documentos produzidos pelo Legislativo Estadual.

Entre 1994 e 2011, as ações do poder público relacionadas com a atividade arquivística ficaram inseridas no âmbito da política estadual de cultura. Em 11 de janeiro de 2011, com a promulgação da Lei 19.420, o Estado de Minas Gerais passou a contar com uma lei específica, que estabeleceu a política estadual de arquivos. Essa política compreende as ações do Estado relacionadas com a produção, a classificação, o uso a destinação, o acesso e a preservação de arquivos públicos e privados considerados de interesse público e social. O Arquivo Público Mineiro é responsável pela implementação e acompanhamento da política estadual de arquivos no âmbito do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais.

O acervo do Arquivo Público Mineiro é constituído de documentos manuscritos, impressos, mapas, plantas, fotografias, gravuras, filmes, livros, folhetos e periódicos. São documentos de origem pública referentes à Administração Pública de Minas Gerais produzidos desde o século XVIII, período colonial brasileiro até o século XXI e de documentos de origem privada de interesse público e social.

O conteúdo histórico dos períodos colonial, imperial e parte do republicano (especialmente o colonial), além dos acervos privados, tornam o acervo do APM certamente o mais rico de Minas Gerais e um dos mais ricos do país em fonte documental para pesquisa histórica (GOMES, 1994).

O APM possui um Guia de Fundos e Coleções, um instrumento com base na Norma Internacional de Descrição Arquivística – ISAD, que fornece informações sobre o acervo tendo grande parte dos documentos já digitalizados e disponíveis para o acesso público via portal da instituição por meio do SIAAPM – Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro.

Esse sistema integrado tem o objetivo de tornar o acesso ao acervo mais democrático, amplo e fácil para o pesquisador e para o público em geral, disponibilizando para consulta informatizada via *web* e na própria sede, mediante instrumentos de pesquisa *on-line*, “milhares de documentos (manuscritos, iconográficos, cartográficos, filmográficos), a coleção da centenária Revista do Arquivo Público Mineiro e milhares de fichas catalográficas dentro da Plataforma Hélio Gravatá, entre outros”.¹³

Desde 1999 o APM vem implementando projetos de digitalização do acervo, inserindo esse objetivo em seu plano diretor por meio de um programa voltado para informatização dos processos de descrição arquivística e acesso. Em 2013, o Arquivo já contava com 5% de seu acervo digitalizado, oferecendo acesso a mais de 1.000.000 de imagens.

Alguns fundos e coleções ganharam destaque em razão de sua importância histórica e sociocultural na forma de projetos de digitalização para acesso informatizado, como: Acervo iconográfico, Assembleia Legislativa Provincial e Congresso Mineiro, Câmara de Caeté, Câmara de Mariana, Câmara de Ouro Preto, Câmara de Sabará, Câmara Municipal de Paracatu, Casa dos Contos, Documentos Cartográficos, Dops/MG, Imagens em Movimento, Imigrantes, Jornais Mineiros, Leis Mineiras, Mapas de População, Repartição Especial das Terras Públicas, Secretaria de Governo da Capitania, Secretaria de Governo da Província.

Além das atividades próprias de um arquivo permanente histórico, o APM é quem coordena o programa de gestão de documentos junto aos órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, por meio da sua Diretoria de Gestão de Documentos, criando, inclusive, instrumentos de gestão de documentos (Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos dos órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais), as orientações sobre o recolhimento e a eliminação de documentos, publicações; também servindo

¹³ Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>>. Acesso em: 25 fev. 2016.

de apoio aos municípios mineiros, no processo de elaboração e implementação das políticas municipais de gestão de documentos.

Para esse fim, publicou em 2007 e atualizou em 2013 um Manual de Gestão de Documentos que versa sobre o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo e ainda trata da Gestão de Documentos Digitais de Caráter Arquivístico, incluindo o e-ARQ Brasil: Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos.

3.3.2 A Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa

O sistema de governo republicano federalista brasileiro, recém-estabelecido em 1889, calcado no modelo americano, ligava-se necessariamente aos conceitos de democracia e educação como instrumentos para o desenvolvimento da cidadania e como projeto para o progresso do país, resguardado pelas leis que impunham ordem ao comportamento da população. Esses ideais produziram o fervor ideológico necessário para a construção de uma unidade nacional em prol do desenvolvimento. Nesse contexto, a criação de uma biblioteca pública teria papel fundamental e a experiência do modelo americano já havia demonstrado isso (BRETTAS, 2009).

A própria concepção do projeto de uma nova capital para Minas Gerais orientou-se por esses fundamentos, e é a partir da própria comissão de engenheiros e responsáveis pela construção de Belo Horizonte que surge o desígnio de fundar uma “Sociedade Literaria Bello Horizonte”, com a intenção de estabelecer uma biblioteca pública e um museu (SILVEIRA, 2014).

Assim descreve Abílio Barreto sobre os objetivos da “Sociedade Literaria Bello Horizonte”, de acordo com ofício apresentado pela comissão em 27 de agosto de 1894, mesmo período em que o deputado estadual e renomado advogado Levindo Ferreira Lopes apresenta projeto de lei que criaria o Arquivo Público Mineiro, também com a intenção de instituir em momento oportuno uma “biblioteca mineira” e um museu; segundo Barreto:

A honrosa missão de que fostes incumbido pelo Governo de Minas Geraes, de construir a nova Capital e que vae sendo por nós desempenhada com tamanha proficiência e acerto, para que se complete, com toda a louçania e

brilhanismo de que é digna, necessario é, parece-nos, ao lado dos edificios que se levantam, dos templos que se projectam, das avenidas que se rasgam, dos parques que se povoam de frondosas arvores, se vão, ao mesmo tempo, na modestia dos esforços individuaes e particulares, creando os núcleos das instituições scientificas e literarias, que lhes serão as glorias do futuro, e o maior estímulo para o seu povoamento no presente. Neste elevado pensamento, temos proposto aos companheiros de trabalho a colligação de todos nós no honroso proposito de fundar aqui uma modesta bibliotheca, inicio e prodromo da futura e rica bibliotheca da Capital deste grande Estado, concorrendo cada um com o numero de volumes que possa dispensar de suas estantes e, ao mesmo tempo, com pequena mensalidade para a aquisição de outras e de jornaes scientificos, sendo complemento da projectada criação um museu ... (BARRETO, 1935, p. 5)

A influência modernizante americana e europeia pode ser sentida na constituição do acervo inicial da biblioteca, que teve sua primeira sede em uma modesta casa no Largo da Matriz de Boa Viagem, a maioria das obras e periódicos, cerca de “58%, era de origem francesa, 25% eram escritos em idioma inglês, e 12,5% em idioma alemão, e apenas um periódico estava escrito em idioma português” (BRETTAS, 2009, p. 3).

Os estatutos da biblioteca, então “Sociedade Literaria Bello Horizonte”, foram aprovados em 10 de janeiro de 1897 e nesse mesmo ano a instituição tem todo seu acervo doado e incorporado pela Prefeitura Municipal, que o transfere para o então Conselho Deliberativo (Câmara Municipal) em 1899, em um prédio ainda precário, na esquina da Rua da Bahia com a então Avenida Paraopeba (atual Augusto de Lima); em 1904, devido à precariedade do prédio, o acervo foi transferido para a sede do Senado Mineiro, onde permanece por dez anos, e então volta para o novo Palácio do Conselho Deliberativo, o edifício neogótico manuelino que abriga hoje o Centro Cultural de Belo Horizonte, onde permaneceu até 1963 (*ibidem*, p. 4).

No início da organização do acervo em 1925, foi escolhido o método de classificação decimal de Dewey, já popular a essa época e coerente com o objetivo de ressaltar a função educativa da biblioteca. Nesse período, já contava com um número expressivo de visitantes, especialmente estudantes, interessados nos mais diversos assuntos, além dos jornais e periódicos. Na segunda metade da década de 1925 surgem as primeiras grandes universidades públicas, entre elas a UFMG em 1927 (*idem*).

Também segundo Brettas (2009, p. 6), desde o Decreto Municipal nº 16, de 12 de maio de 1927 – que regulamentava os serviços da Prefeitura –, a atividade de preservação do acervo já estava associada ao profissional bibliotecário, e o decreto

Municipal nº 64 – de 07 de março de 1930 – “regulamentou e deu mais autonomia à Biblioteca, subordinando-a diretamente à Prefeitura. Além disso, definiu o quadro de funcionários: um bibliotecário, um ajudante, três encarregados, seis fiscais da leitura e dois porteiros-serventes; e regimentou as competências de cada profissional quanto à administração-geral da instituição, atendimento, conservação e organização do acervo”.

Segundo Menegale (1932, p. 26-28), bibliotecário da instituição por 15 anos e que realizou uma classificação em sua gestão baseada no modelo da Biblioteca do Congresso, em seu relatório apresentado para o prefeito Luiz Penna, as atividades na biblioteca exigiram um perfil profissional específico:

Casa de educação, a biblioteca requer pessoal preparado e predisposto e não alfabetos e leigos, pelo menos para determinados encargos. Em primeiro lugar, o funcionário deve ter certas qualidades naturais, como a afabilidade do trato e alguma agilidade de espírito, para cativar e orientar o leitor. Uma boa vontade excepcional vem a suprir, em parte, tais predicados que, na prática, nem sempre se podem exigir. Sobretudo o bibliotecário, desenvolve uma atividade verdadeiramente magisterial, se se compenetra da finalidade do estabelecimento e da nobreza do seu cargo ... convem deferir-lhe no cargo toda a autonomia. A esse proposito, é oportuno citar a seguinte passagem de uma obra autorizada: „A tendencia que se vem acusando nas bibliotecas públicas, o espirito de intenso humanismo que as tem impregnado, fazem do bibliotecário, da sua personalidade, da sua atitude para com os livros e com o público, a base do exito ou a causa do fracasso da instituição“. Por isso os resultados mais satisfatórios se obtêm quando esse funcionário gosa da prerrogativa de nomear os seus empregados, escolher os livros, comprar o material necessário, fazer os regulamentos, determinar o método que se há de seguir na catalogação, classificação e circulação; em suma, quando governa o estabelecimento.

Fica evidente nesse trecho que as atividades do bibliotecário não se restringiam ao acervo, mas que também cabia ao bibliotecário: a criação de métodos para melhores práticas da profissão, além de gerenciar a instituição, desempenhar um papel educacional e produzir estudos dos seus usuários.

O Decreto Municipal nº 63, de 06 de março de 1930, autorizara a criação de uma seção especial denominada “Biblioteca de Autores Mineiros”, que tinha por objetivo recolher as obras e a documentação da Literatura, História e Geografia de Minas Gerais; projeto já previsto no Decreto Estadual nº 860, de 19 de setembro de 1894, que estabelece a criação do Arquivo Público Mineiro; no artigo 8º, que antevê a criação de uma “Biblioteca Mineira...”. E em 1936, em um novo regulamento, o Decreto Municipal nº 67, de 11 de fevereiro, cria uma seção em “Braille”, com livros dedicados aos deficientes visuais (BRETTAS, 2009).

Existem poucos registros sobre as atividades da biblioteca na década de 1940, mas foi nessa década que passou a estar subordinada à Secretaria de Educação e Cultura, cooperando também com a Secretaria de Turismo e Recreação.

No início da década de 1950, a Câmara dos Vereadores da capital se mobilizou para criar gabinetes para os parlamentares e a Biblioteca Pública de Belo Horizonte foi considerada um empecilho para esse projeto por ocupar o espaço considerado ideal. Além disso, no final do ano de 1953, Juscelino Kubitschek de Oliveira, então Governador de Minas Gerais, pediu mobilização para a criação da Biblioteca Pública Estadual, e em 1954, a Lei Estadual nº 1.087, de 02 de junho criou, enfim, a Biblioteca Pública de Minas Gerais (BRETTAS, 2009, p. 16).

Nesse período até a década de 1960, a BPMBH foi perdendo progressivamente seu prestígio e apoio da prefeitura até ser extinta em 1963. Foram 68 anos de inestimáveis préstimos à sociedade e cidade de Belo Horizonte, fazendo parte de sua história. Infelizmente, seu acervo diluiu-se por outras instituições perdendo sua unidade e identidade histórica, fazendo com que a própria cidade perdesse parte de sua história. Ainda assim, a biblioteca estadual incorporou a seção “Biblioteca de autores Mineiros” que pertencia à BPMBH, criada na década de 1930 pelo Decreto nº 64, de 1930, e pelo Decreto nº 67, de 1936 (*idem*).

Contudo, o projeto da Biblioteca Estadual idealizado por JK era grandioso. O governador incumbiu dessa tarefa Eduardo Frieiro, Hélio Gravatá, Etelvina Lima e Cacilda Basílio de Sousa Reis, para fundarem uma instituição “grande, moderna, dinâmica, condizente com o adiantamento da cidade que caminhava célere para o seu primeiro milhão de habitantes” (CESARINO, 2006, p. 21, *apud* SILVEIRA, 2014).

Juscelino queria que a biblioteca tivesse um papel exemplar quanto ao “incentivo à leitura, à educação e à salvaguarda da memória local e regional” e por isso solicitou a seu amigo arquiteto Oscar Niemeyer que planejasse uma sede digna de suas pretensões, a qual foi terminada em 1961, depois de inúmeros contratempos e cortes de orçamento. Nesse mesmo ano, a instituição ganhou seu nome oficial “Luiz de Bessa”, em homenagem ao jornalista (redator-chefe do *Estado de Minas* e da *Folha de Minas*) escritor e funcionário público Antônio Luiz de Bessa, nascido em Portugal em 1894 e falecido em Belo Horizonte em 1967 (SILVEIRA, 2014, p. 134, 135).

Durante a década de 1960, a BPELB expandiu e avigorou sua imagem por meio de projetos de extensão e segmentação de usuários; é o caso do carro-biblioteca, que ainda hoje tem o objetivo de levar informação e cultura a pessoas menos favorecidas para além das paredes da biblioteca, e que conta hoje com um acervo de aproximadamente 3.500 obras entre livros, dicionários, enciclopédias, jornais e revistas (*ibidem*, p. 136).

Outro importante projeto, ainda da década de 1960, é a divisão infanto-juvenil, hoje espaço Lúcia Machado da Biblioteca Infanto-Juvenil (BIJU). Com acervo de aproximadamente 25.000 obras para consulta local e empréstimo domiciliar, além de um teatro de arena com capacidade para 200 pessoas, a BIJU coordena atividades educativo culturais, como: canto de leitura; oficinas; exposições temáticas e literárias; palestras; bate-papo com escritores; roda de leitura; apresentações teatrais; contações de histórias e oficinas ao ar livre (*ibidem*, p. 138).

Ainda em meados da década de 1960, o Setor em Braille se estabeleceu a partir do fundo bibliográfico de uma coleção de livros que fazia parte da biblioteca da antiga Feira Permanente de Amostras da capital; no final da década, já contava com copistas e leitores voluntários.

Atualmente, o acervo tem 1.600 obras impressas em Braille, 6.100 volumes e 2.000 áudio-livros de literatura brasileira e estrangeira, além de 200 exemplares voltados para a área de direito; o setor também disponibiliza acesso à internet por meio de computadores acessíveis a cegos e pessoas com deficiência visual grave; possui seu próprio estúdio para gravações de áudio-livros, atendendo mais de 400 leitores cadastrados, que podem utilizar os serviços de empréstimo domiciliar e de leitura mediada.

Também do ativo período da década de 1960, a BPELB inaugurou a Coleção Mineiriana: um acervo de obras que contemplasse o tema Minas Gerais, sua história, arte, cultura e ciência; também seus autores, mas não exclusivamente; da qual se destacam obras raras, como: a primeira edição de *Alguma Poesia*, de Carlos Drummond de Andrade; de Alvarenga Peixoto, Basílio da Gama, Bernardo Guimarães; de *Ephemerides Mineiras*, de Xavier da Veiga; da coleção completa do *Recreador Mineiro*, de 1845; *O amanuense Belmiro*, de Cyro dos Anjos; de *Corpo de Baile*, de Guimarães Rosa, com dedicatória a Oscar Mendes; de *História do Brasil*, de Murilo Mendes.

Apesar de ter sido oficializada pelo Decreto-Lei nº 11.996, de 05 de agosto de 1969, a ideia de uma Coleção Mineiriana estava prevista no Decreto nº 860, de 19 de setembro de 1895, que estabelecia o APM em seu artigo 8º (“os livros, opúsculos, mapas, periódicos e demais impressos indicados pelos arts. 4º, 5º e 6º, deveriam ser organizados em sala especial para constituição de uma Biblioteca Mineira, convenientemente catalogada... sistematicamente classificados, catalogados e conservados em boa ordem”).

Em 1982, foi concebida a galeria de arte Paulo Campos Guimarães, com objetivo de divulgar e incentivar a produção de novos artistas, ainda que também exponha trabalhos de grandes nomes de artistas mineiros. Além dessas funções, hoje a galeria expõe mostras e exposições itinerantes sobre temas literários e em homenagem aos escritores.

Em 1994, a Lei nº 11.726 tornou a BPELB a sede do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais, dividido atualmente em cinco diretorias: Diretoria da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa; Diretoria da Extensão e Ação Regionalizada; Diretoria de Formação e Processamento Técnico de Acervos; Diretoria do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais de MG; Diretoria do Suplemento Literário.

A biblioteca conta também com um riquíssimo acervo de periódicos históricos, de grande relevância para o patrimônio cultural de Minas Gerais e do país. São mais de 1.200 títulos de jornais e quase 600 títulos de revistas que datam desde o século XIX, que compõem a Hemeroteca Histórica. Além dessa coleção especial, a BPELB possui outras:

Coleção Rita Adelaide e Coleção José Alcino Bicalho

Formadas a partir de acervos privados, as Coleções Rita Adelaide e José Alcino Bicalho refletem os interesses dos colecionadores que as cultivaram. Incluem obras com diferentes encadernações, formatos inusitados, iluminuras, douramentos e ilustrações, e assim sublinham o trabalho primoroso de artífices renomados que fizeram dos livros verdadeiras obras de arte.

Coleção de obras raras

A coleção abarca obras publicadas entre o século XVII e a primeira metade do século XX, com destaque para obras de referência, Literatura e História de Portugal, além de publicações do período do Iluminismo.

Coleção sobre artes

As inúmeras manifestações da Arte, da pintura rupestre até as intervenções digitais, estão contempladas nesta coleção. Artes plásticas, cinema, teatro, música, dança, fotografia, e tantas outras vertentes e linguagens podem ser encontradas aqui.

Coleção Memória Infantil

Um pouquinho da infância de nossos pais e avós está preservado nesta coleção, que inclui títulos importantes da literatura e educação infantis até a primeira metade do século XX. As mais belas histórias, A Bonequinha Preta e Os contos do Cônego Schmid são alguns dos destaques desta coleção, tão carregada de memórias afetivas.

Coleção Patrimonial

Obras de grande impacto histórico em todas as áreas do conhecimento são o foco desta coleção, que abarca títulos de renomados autores, publicados no Brasil e no exterior. Um dos destaques da Coleção Patrimonial é a Coleção Brasileira: editada originalmente pela Companhia Editora Nacional no período de 1931 a 1993, seus mais de 300 volumes registram a história e a formação do Brasil, sua gente e seus fazeres.¹⁴

A biblioteca conta também com um anexo, localizado à Rua da Bahia, entre a Avenida Bias Fortes e a Rua Gonçalves Dias, com a finalidade de atendimento a pesquisas gerais e de suprir as necessidades informacionais da população. Lá funcionam o setor de Empréstimo Domiciliar, com mais de 260.000 livros, e o Setor de Referências e Estudo, com cerca de 25.000 volumes para consulta local com apoio de serviço de xerox e computadores com acesso à internet.

3.3.3 O Museu Mineiro

Como dito anteriormente, a Lei nº 126, de 11 de junho de 1895, em seu artigo 2º, e o Decreto nº 860, de 19 de setembro de 1895, em seu artigo 7º, que regulamentam a criação do APM, também preveem o recolhimento, a guarda e a classificação de

quadros e estátuas, mobílias, gravuras, estofos, bordados, rendas, armas, objetos de ourivesaria, baixos relevos, medalhas, moedas, esmaltes, obras de cerâmica, cópias de inscrições e miniaturas de monumentos e quaisquer manifestações de arte no estado, desde que tenha valor propriamente artístico ou histórico. Bem como figurinos ou desenhos representativos do trajar e uso da população civilizada ou selvagem do estado de Minas Gerais em qualquer época, quer das vestimentas e fardas dos funcionários civis ou militares, antigos e modernos.

¹⁴ Disponível em: <<http://www.bibliotecapublica.mg.gov.br/index.php/pt-br/>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

Entretanto, já em 1873, há registros de haver um museu em Ouro Preto, em que o Diretor-Geral de Obras da Província dizia ter o objetivo de apresentar as riquezas do solo mineiro, contudo se apresentava em estado precário, aquém de seu potencial (JULIÃO,¹⁵ 2002).

Apesar disso, o assunto da criação do Museu só voltaria a ser discutido pelo Senado Mineiro em 1908, em razão da apresentação de um projeto de lei do parlamentar Nelson Coelho de Senna, também professor e escritor amante da história de Minas. Os ideais republicanos e a reafirmação do Estado Mineiro na federação potencializavam o discurso da necessidade de se criar em Minas uma instituição que fosse o bastião da sua tradição, além de servir como instrumento educacional para a população (JULIÃO, 2002, p. 27, 28).

Assim como outros museus brasileiros do século XIX, o Museu Paraense, do Ipiranga e o Nacional, que além de serem salva-guardas da cultura nacional e local, com características enciclopédicas, também eram centros de produção intelectual e prática das ciências naturais, tendo como paradigma a teoria da evolução; o Museu deveria seguir a mesma linha de pensamento e trabalho, além de produzir uma publicação anual para divulgação das pesquisas. Tudo isso para impedir a evasão do acervo e de pesquisadores mineiros para outros estados e instituições (*idem*).

O Museu Mineiro foi criado pela Lei nº 528, de 20 de setembro de 1910, contudo sua instalação só viria a se realizar 72 anos depois, em 1982. Durante todo esse tempo, o APM cumpriu sua atribuição legal de receber e preservar indistintamente objetos que retratassem a cultura mineira, ainda que não tenha mapeado a origem e a procedência da maioria desses objetos, quando a atuação do Arquivo ainda era pouco especializada. Todavia, desde seus primeiros anos, o APM recebeu doações de objetos sendo grande parte da coleção formada ainda nas primeiras décadas do século XX (*ibidem*, p. 32).

Durante a década de 1920, especialmente no período de 1926 a 1930, quando Antônio Carlos Ribeiro de Andrada governou a presidência do Estado, o ideal civilizatório e de construção de uma nacionalidade tinham na educação a principal ferramenta de uma política inovadora e modernizante que contou com ações importantes, como a fundação da Universidade de Minas Gerais, em 1927, e

¹⁵ Grande parte dos dados históricos que apresentaremos a seguir tem como fonte o texto de Leticia Julião: *Colecionismo Mineiro*, cuja referência completa encontra-se citada na bibliografia que embasa nossa Dissertação.

da Pinacoteca Oficial do Estado, em 1928, como uma seção complementar ao APM (*ibidem*, p. 33).

Com o afinamento do modelo de museu enciclopédico nos anos de 1920 e 1930 em todo o mundo e no Brasil, no qual o MM se espelhava; muitos museus abandonaram sua condição enciclopédica e se reestruturaram ou até desmembraram suas coleções para se especializarem. Ao MM, às reestruturações somam-se as mudanças político-culturais que pretenderam, a partir dos anos 1920, construir uma nacionalidade e uma brasilidade que dessem unidade ao projeto de modernidade no Brasil, ao revelar a tradição e consagrar sua história, imbuindo a população de um sentimento patriota. Nesse sentido o Museu deixa de buscar o ideal enciclopédico para se tornar um museu de história (*idem*).

Durante a década de 1930, a política de preservação do patrimônio cultural é institucionalizada com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico Nacional (SPHAN), em 1937, que em um alinhamento com os estados reforçava o discurso nacionalista do Estado Novo. A história preservada é a “vista sob a ótica exclusiva das elites e do Estado – únicos atores reconhecidos na construção da nação –, privilegiava os grandes fatos e nomes materializados em objetos belos e raros” (*ibidem*, p. 46).

Na década de 1940, o Barroco era tratado pelo agora DPHAN – Diretoria do Patrimônio Histórico Nacional, como a manifestação estética que melhor representava o rico passado do Brasil e a sua legítima expressão cultural. E por mais de trinta anos predominou uma política de valorização desse estilo, ficando em desvantagem as outras manifestações culturais. São desse período o Museu da Inconfidência de Ouro Preto e o Museu do Ouro de Sabará, ambos de iniciativa do SPHAN.

O acervo de objetos do Barroco era quase inexistente no APM nesse período, mas, em 1978, o governo estadual adquiriu a importante coleção do engenheiro Geraldo Parreiras de seus herdeiros, a qual reúne imagens sacras dos séculos XVIII e XIX, de origem mineira e baiana, uma série de crucifixos, um conjunto de imagens luso-brasileiras, peças de prataria litúrgica, colunas torsas e oratórios mineiros. Tal coleção foi incorporada ao acervo do MM, que deste modo transferiu, para o público em geral, o processo de valorização desse estilo apregoado nas últimas três décadas como melhor expressão do passado glorioso de Minas (*ibidem*, p. 45-57).

Outro importante pilar do acervo do Museu Mineiro é a Pinacoteca Oficial do Estado que, apesar de ter sido criada como uma seção complementar ao APM em

1928, só foi inaugurada em 1971, um pouco antes da aquisição da coleção Geraldo Parreiras, no Palácio da Liberdade, por iniciativa de D. Coracy Uchoa Pinheiro, primeira dama de Minas; com acervo conjunto do APM, do Palácio da Liberdade e de artistas contemporâneos, sob a coordenação de Murilo Rubião e Márcio Sampaio.

O IEPHA – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, órgão estadual de preservação do patrimônio cultural, foi criado em 1971, e foi este órgão que assumiu o projeto do Museu Mineiro com a ajuda de um grupo de intelectuais e colaboradores composto por “Afonso Ávila, Galileu Reis, Anaildo Baraçal, Celma Franco Baraçal e a historiadora Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira, que, como superintendente de museus, esteve à frente do processo de implantação do Museu Mineiro” (JULIÃO, 2002, p. 65).

A concepção do MM foi alterada pelo menos duas vezes até seu projeto definitivo. Em meados da década de 1970, sua concepção ainda estaria centrada em contar a história de Minas, uma instituição com o objetivo de promover a tradição e o sentimento cívico de brasilidade. Em dezembro de 1980, o anteprojeto elaborado para o Museu, que já seguia orientações das entidades internacionais como o Icom e a Unesco, também incorporava os conceitos da *Nova Museologia* e o definia não mais como um museu da história, mas da cultura mineira. Contudo, o projeto final, de 1981, mudou mais uma vez, tomando como eixo de sua concepção museológica o acervo de arte, especialmente a Coleção Geraldo Parreiras.

Apesar de ter utilizado ideais da *Nova Museologia*, como a necessidade de democratizar o acesso ao patrimônio cultural, em debate desde os anos de 1970, o museu “nascia pelo universo simbólico das elites, pela idéia hierárquica de cultura, pelo critério exclusivamente estético do patrimônio, princípios que marcaram a política do SPHAN, entre as décadas de 1930 e 1960” (*ibidem*, p. 71).

Atualmente, o MM conta com mais de 2.600 peças em seu acervo, entre pinturas, arte sacra, documentos e objetos de importante expressão histórica e artística; reunidas em 36 coleções. Está instalado em Belo Horizonte, à Avenida João Pinheiro, nº 342, no prédio que abrigou anteriormente a residência oficial do secretário de Estado da Agricultura, o antigo Senado Mineiro e a Pagadoria Geral, tombado pelo IEPHA na década de 1970.¹⁶

¹⁶ Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pldPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=salaturista&lang=pt_BR&pg=5342&tax=14973>. Acesso em: 15 mar. 2016.

4 METODOLOGIA

Este capítulo relata o percurso metodológico utilizado para atingir os objetivos da pesquisa. Por questões didáticas, para melhor entendimento dos métodos, dividiu-se o texto em duas partes, são elas: 1 – Caracterização da pesquisa, que descreve os métodos e abordagens estudados em uma discussão entre a metodologia e o universo da pesquisa; 2 – Procedimentos metodológicos, apresentando-se o universo da pesquisa: das intercessões entre ABMs quanto às atividades profissionais que desenvolvem, tendo como razão a CBO e os Manuais de área; das intercessões entre os objetos empíricos, o Arquivo Público Mineiro, a Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa e o Museu Mineiro por meio da análise dos questionários aplicados a estas instituições.

4.1 Caracterização da pesquisa

Em função de responder ao problema de pesquisa e alcançar os objetivos, traçou-se o percurso metodológico fundamentado na intercessão produtiva das três instituições (Arquivo, Biblioteca e Museu) e explicitados nos três objetos empíricos (APM, BPELB e MM), a partir de dois contextos:

- 1 – Da relação de similaridades entre as atividades e perfis profissionais das três áreas (Arquivo, Biblioteca e Museu) listadas na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO 4.0.2 de 2002 e manuais das três áreas.
- 2 – Explicitação da relação de similaridade entre as atividades e perfis profissionais e possibilidades de cooperação mútua das três áreas por meio das instituições investigadas (APM, BPELB e MM).

Tomando por base esses dois contextos, consideram-se os seguintes universos:

- a) Relatórios de família e tabela de atividades por GAC – Grandes áreas de competência, da CBO 4.0.2 de 2002 sobre cada área (ABM); Manuais de área: Arquivo – especialmente os trabalhos de Bellotto, Schellenberg e o Manual do APM; Biblioteca – principalmente os Manuais de Orera Orera, Pérez e Vieira; Museu – o manual de diretrizes Museológicas da Superintendência de Museus de Minas Gerais, os manuais de Hernández

Hernández e Desvallées e Mairesse (Icom); possibilitando comparar e determinar intercessões das práticas e procedimentos das três áreas pesquisadas.

- b) O Arquivo Público Mineiro; a Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa; o Museu Mineiro; autores das três áreas que debatem a cooperação entre ABMs; caracterizando-os e identificando as formas e intensidade com que cooperam mutuamente.

Para examinar as várias fontes de informação que subsidiam a presente pesquisa, foi utilizada uma combinação de métodos e técnicas de natureza quantitativa, qualitativa e interpretativa. Essa estratégia de triangulação metodológica se justifica pela perspectiva que se pretende ter dos dados que foram obtidos (MINAYO, 2005, p. 15). Por um lado, a análise quantitativa possibilita determinar o percentual de intercessão entre as atividades profissionais desenvolvidas pelas três áreas (ABMs) e pelas três instituições investigadas (APM, BPELB e MM), quanto ao que regem as tabelas da CBO 4.0.2 de 2002 e os manuais de área; a qualitativa permite observar a compreensão das instituições sobre o tema pesquisado, quanto aos questionários aplicados e as respostas obtidas que dizem respeito às atividades exercidas e ao potencial de colaboração entre essas instituições. Por outro lado, a abordagem histórico-interpretativa possibilita avaliar como, ao longo do tempo, essas instituições se influenciam, se aproximam ou se afastam.

O presente estudo pode ser definido como do tipo documental e exploratório, tendo três abordagens principais: 1) Quantitativa; 2) Qualitativa; 3) Interpretativa. Nesse sentido, podemos dizer que os universos estudados foram detalhados por meio dos estudos: **Quantitativo** – Análise de Frequências Absolutas e Relativas e respectivos Histogramas baseados nos Relatórios de família e tabela de atividades por GAC – Grandes áreas de competência, da CBO 4.0.2 de 2002 sobre cada área (ABM), Questionários Institucionais e Manuais de área; **Qualitativa** – a Análise de Conteúdo foi usada para relacionar a visão da instituição sobre si mesma e as atividades colaborativas com o Modelo de Colaboração Contínua em ABMs desenvolvido pela Online Computer Library Center – OCLC; e, na interpretativa, situaram-se as três áreas (ABMs) e as três instituições no tempo e no espaço, além do debate sobre as possibilidades de cooperação mútua entre elas.

A classificação deste trabalho como uma pesquisa documental se dá ao utilizar-se de materiais que ainda não receberam tratamento analítico, sob esta perspectiva, tais como: os relatórios de família e tabelas de atividades da CBO 4.0.2 de 2002 e os Manuais de Área. Também pode ser classificada como uma pesquisa exploratória por tornar possível a familiaridade com o problema em foco, ainda pouco explorado, tornando-o mais explícito (GIL, 2008). Nesse sentido, seu planejamento é, portanto, flexível, possibilitando vislumbrar diversos aspectos referentes ao fato estudado (CORREIA, 2012).

Quanto à abordagem quantitativa, ela permite determinar o percentual de intercessão das atividades profissionais exercidas por cada área e cada instituição, entre si; possibilitando compreender quais grupos de atividades possuem mais afinidade entre ABMs e definir essa relação nas instituições exploradas, clarificando em quais situações da praxe dessas profissões a possibilidade de cooperação mútua é maior.

Já na abordagem qualitativa, será utilizada a análise de conteúdo, permitindo, além da interpretação dos dados dos questionários, considerar como essas instituições se veem e se relacionam umas com as outras.

Dessa forma, os seguintes pontos orientaram o desenvolvimento deste trabalho:

- a) o percentual de similaridade das atividades profissionais das três áreas (ABMs) e das atividades desenvolvidas no APM, na BPELB e no MM;
- b) as atividades profissionais desenvolvidas pelas instituições, descritas no questionário institucional;
- c) o desenvolvimento histórico de cada uma das áreas (ABMs);
- d) demais informações institucionais do questionário institucional.

Para a efetivação do primeiro item, fez-se um levantamento das atividades profissionais desenvolvidas por cada área (ABM) descrita pelos manuais de área em relação à tabela da CBO 4.0.2 de 2002 utilizando-se do método estatístico de Análise de Frequências Absolutas e Relativas e respectivos Histogramas.

O mesmo método foi empregado em âmbito institucional, utilizando-se as respostas da descrição do item VII do questionário em que a instituição descreve quais atividades desenvolve para a execução do item b (APÊNDICES em CD-ROM).

No terceiro, foi realizada uma pesquisa bibliográfica histórica para entender os desenvolvimentos de ABMs ao longo do tempo e sua relação de proximidade e

afastamentos. As demais informações do questionário institucional permitiram obter significados quanto ao fenômeno de cooperação entre as áreas e suas possibilidades valendo-se da abordagem interpretativa, especialmente por meio de hermenêutica (MYERS, 2000).

4.2 Procedimentos metodológicos

O presente estudo utilizou como fontes primárias, como citado anteriormente: os Relatórios de família e tabela de atividades por GAC – Grandes áreas de competência, da CBO 4.0.2 de 2002 sobre cada área (ABM); Manuais de área: Arquivo – especialmente os trabalhos de Bellotto, Schellenberg e o Manual do APM; Biblioteca – principalmente os Manuais de Orera Orera, Pérez e Vieira; Museu – o Manual de Diretrizes Museológicas da Superintendência de Museus de Minas Gerais, os manuais de Hernández Hernández e Desvallées e Mairesse (Icom); e as respostas dos questionários respondidos pelas respectivas instituições: APM, BPELB e MM.

Para representar sinteticamente a metodologia empregada, foram criados dois quadros que serão apresentados a seguir. No Quadro 1, estão descritos os procedimentos metodológicos divididos em: universo da pesquisa, fontes de pesquisa, ferramentas utilizadas para extração dos dados, categorias, subcategorias e métodos de análise, no que se refere às áreas envolvidas (ABM). E o Quadro 2 apresenta essa mesma descrição, referindo-se às instituições estudadas.

QUADRO 3 – Procedimentos metodológicos e áreas envolvidas

Universo da Pesquisa	Fontes	Ferramentas	Categorias	Subcategorias	Métodos de Análise	Produtos
Arquivo Biblioteca Museu	CBO 4.0.2 de 2002: CBO 2612 CBO 2613	Software Livre de Análise Estatística R	Atividades Profissionais de: Arquivistas; Bibliotecários; Museólogos;	GAC – Grandes áreas de competência CBO 4.0.2 de 2002	Frequências Absolutas e relativas	Tabelas e Gráficos Estatísticos



Fonte: Elaboração própria.

QUADRO 4 – Procedimentos metodológicos e instituições envolvidas

Universo da Pesquisa	Fontes	Ferramentas	Categorias	Subcategorias	Métodos de Análise	Produtos
APM BPELB MM	Questionários Institucionais	Modelo de Colaboração Contínua. (The Collaboration Continnum)	Comunicação/Contato Cooperação Coordenação Colaboração Convergência		Análise de Conteúdo	Resultados e Apêndices



Fonte: Elaboração própria.

O quadro a seguir explicita o emprego da “Triangulação de métodos” para análise das informações coletadas. A técnica previu dois momentos distintos que se articularam dialeticamente, favorecendo uma percepção de totalidade acerca dos objetos estudados e a unidade entre os aspectos teóricos e empíricos.

Em um primeiro momento, fez-se a preparação dos dados empíricos coletados, mediante construção de tabelas comparativas em anexo, o conteúdo apreendido nos manuais, análise de conteúdo, hermenêutica e análise estatística. Em um segundo momento refletiu-se sobre a percepção que essas áreas e instituições constroem sobre o processo de colaboração entre ABMs e sobre os processos que atravessam as relações estabelecidas no interior dessa estrutura e, para isso, a recorreu-se aos autores que se debruçam sobre a temática trabalhada na pesquisa (MINAYO, 2010).

QUADRO 5 - Interferência entre as variáveis

Categorias	Técnica	Objetivos
1) Atividades profissionais de área descritas pela CBO 4.0.2 de 2002 X Atividades profissionais descritas pelos manuais de área X Atividades descritas pelas instituições nos questionários institucionais X Possibilidades descritas por autores que tratam da colaboração entre as áreas.	<ul style="list-style-type: none"> • Análise de conteúdo; • Análise estatística de frequências absolutas e relativas. 	Verificar a relação de similaridade entre atividades profissionais das três áreas (ABMs) e entre as instituições estudadas (APM, BPELB e MM).
2) Respostas dos questionários institucionais sobre colaboração entre as instituições X Modelo de Colaboração Contínua da OCLC.	<ul style="list-style-type: none"> • Análise de conteúdo; • Modelo de Colaboração Contínua (The Collaboration Continuum) da OCLC. 	Verificar o nível de colaboração entre as instituições estudadas (APM, BPELB e MM).

4.3 Questionários institucionais

O Roteiro institucional foi construído levando em consideração as diretrizes da UNESCO em *Fundamental Principles of Official Statistics* (UNESCO, 2011) e *Basic Facts and Figures: International Statistics relating to Education, Culture and Mass*

Communication (UNESCO, 1958, 1962 e 2006), bem como as do *Sistema de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC* (IBGE, 2015), substanciado nos questionários das publicações *Cultura em Números* (MINC, 2010) e *Museus em Números* (IBRAN, 2011).

Com a intenção de conhecer a instituição, seus acervos, as atividades profissionais que realizam e se existe um sistema de colaboração entre instituições parceiras, especialmente entre o APM, a BPELB e o MM, e em que nível se dá essa colaboração, um pré-teste foi aplicado no Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG - MHNJB, por se tratar de uma instituição que possui em um mesmo espaço físico arquivo, biblioteca e museu. Assim, o questionário institucional foi construído em oito módulos, divididos em dois grandes blocos – informações sobre a instituição e informações sobre as atividades profissionais:

Bloco I – Informações Institucionais

I - Dados Institucionais

II - Características Gerais da Instituição

III – Caracterização Física da Instituição

IV – Acervo (Acervos, Fundos e Coleções)

Bloco II – Atividades Profissionais

V – Atividades

VI – Recursos Humanos

VII – Atividades Técnicas

VIII – Atividades Interinstitucionais

Os questionários foram respondidos de acordo com a estrutura organizacional de cada Instituição. No APM, que tem *status* de superintendência, sua estrutura organizacional é composta por três diretorias executando atividades em frentes de trabalho distintas e complementares (Diretoria de Acesso à Informação e Pesquisa; Diretoria de Conservação de Documentos; Diretoria de Gestão de Documentos), por esta razão, os módulos VII e VIII do questionário foram respondidos por cada diretoria, excluindo-se as atividades redundantes. Com estrutura institucional diferente do APM, a BPELB e o MM compõem, cada um, uma diretoria subordinada a uma superintendência, sendo cada uma responsável pelo preenchimento das respostas do seu respectivo questionário.

4.4 Autores que tratam da colaboração entre ABMs

Com a intenção de fundamentar os debates sobre a relação entre as áreas de ABMs, foram apresentados argumentos de vários autores que representam as intercessões entre os campos por três vertentes principais: os conceitos de documento, informação/conhecimento e função dessas instituições.

Tendo em vista que há autores que afirmam o documento como fator aglutinador dos campos (BELLOTTO, 2014; SMIT, 2000) ou a informação/conhecimento (BATES, 2010; PINHEIRO, 1997) ou proximidade de objetivos entre ABMs (BATES, 2010; BEARMAN, 1993 e 1994; BELLOTTO, 2014; HOMULOS, 1990; LEONHARDT, 1989; MASON, 1990; MULLER, 1984; PINHEIRO, 1997; SMIT, 1993 e 1994; TEES, 1988 e 1991), foram apresentados argumentos de autores que representam essas três vertentes de pensamento.

4.5 Procedimento de coleta/extração e tratamento de dados e informação

A estatística é uma ciência que abarca a coleta, a organização, a descrição, a análise e a interpretação de dados provenientes estes de qualquer área do conhecimento (TRIOLA, 2005). No presente trabalho, os dados oriundos das tabelas de atividades da CBO 4.0.2 foram organizados por área e convertidos em uma “Tabela comparativa das atividades profissionais de ABMs” (APÊNDICE G). Nessa tabela foram listadas separadamente, por áreas e em subgrupos, todas as atividades descritas pelos seus respectivos relatórios de família da CBO 4.0.2 de 2002, então, cada atividade de cada área foi relacionada individualmente com atividades consideradas similares das outras duas áreas. Essa similaridade foi estabelecida com base nas informações descritas nos manuais de área e dos autores utilizados nessa pesquisa.

Essa construção tornou-se uma tabela de referência (Tabela de Referência de Atividades Profissionais Similares – TRAPS). Outra tabela foi criada para descrever as atividades similares realizadas nas instituições estudadas, uma “Tabela comparativa das atividades do APM, da BPELB e do MM”, replicando-se a metodologia utilizada na Tabela de Referência de Atividades Profissionais Similares - TRAPS (APÊNDICE H).

Para relacionar as três áreas de atividades (Arquivista, Museólogo e Bibliotecário), foram utilizadas tabelas de frequências absolutas e relativas e histogramas referentes a essas tabelas. Seguindo o modelo da CBO 2002, as atividades profissionais foram divididas em subgrupos de atividades e neste caso também foram utilizadas tabelas de frequências absolutas e relativas e histogramas justapostos.

O mesmo método utilizado para relacionar as atividades profissionais descritas para as áreas (ABMs) foi utilizado para as instituições (Arquivo Público Mineiro, Museu Mineiro e Biblioteca Pública Estadual Luís Bessa), sendo utilizadas tabelas de frequências absolutas e relativas e histogramas para representar os resultados obtidos.

Para descrever as diferentes atividades entre os três diferentes grupos (Arquivista, Museólogo e Bibliotecário), considerando que atividades com o mesmo nome são similares, foram utilizadas tabelas de frequências absolutas e relativas e gráficos de barras.

O *software* utilizado nas análises foi o R (versão 3.2.4). R é uma linguagem e também um ambiente de desenvolvimento integrado para cálculos estatísticos e gráficos. O código fonte do R e o *software* são construídos de modo colaborativo e estão disponíveis sob a licença GNU GPL; as versões binárias pré-compiladas são fornecidas para Windows, Macintosh e muitos sistemas operacionais Unix/Linux. O R disponibiliza uma ampla variedade de técnicas estatísticas e gráficas, incluindo modelação linear e não linear, testes estatísticos clássicos, análise de séries temporais (*time-series analysis*), classificação, agrupamento e outras.

5 RESULTADOS: DISCUSSÃO DOS DADOS

A discussão dos resultados segue a ordem (do geral para o específico): a análise descritiva por área das atividades profissionais de arquivistas, bibliotecários e museólogos; e quais dessas atividades possuem relação de similaridade entre as três profissões descritas pela TRAPS (APÊNDICE G), construída conforme Relatório de família da CBO 4.0.2 de 2002 divididos pelos subgrupos GACs – Grandes Áreas de Competência, os manuais de área e descrição de possibilidades feitas por autores que tratam da colaboração entre as áreas.

A análise descritiva também foi realizada especificamente para as atividades profissionais realizadas nas instituições estudadas: APM, BPELB e MM; seguindo a mesma metodologia descrita anteriormente.

5.1 Análise descritiva das atividades para arquivista, museólogo e bibliotecário

Para realizar as análises descritivas a seguir, foi construído um banco de dados a partir da Tabela de Referência de Atividades Profissionais Similares - TRAPS (APÊNDICE G), onde foi descrito, por área (ABM), quais atividades profissionais possuem alguma relação de similaridades entre as áreas. O banco de dados foi utilizado pelo *software* R para determinar as frequências absolutas e relativas da correlação entre as atividades profissionais das três áreas e para construir os respectivos histogramas.

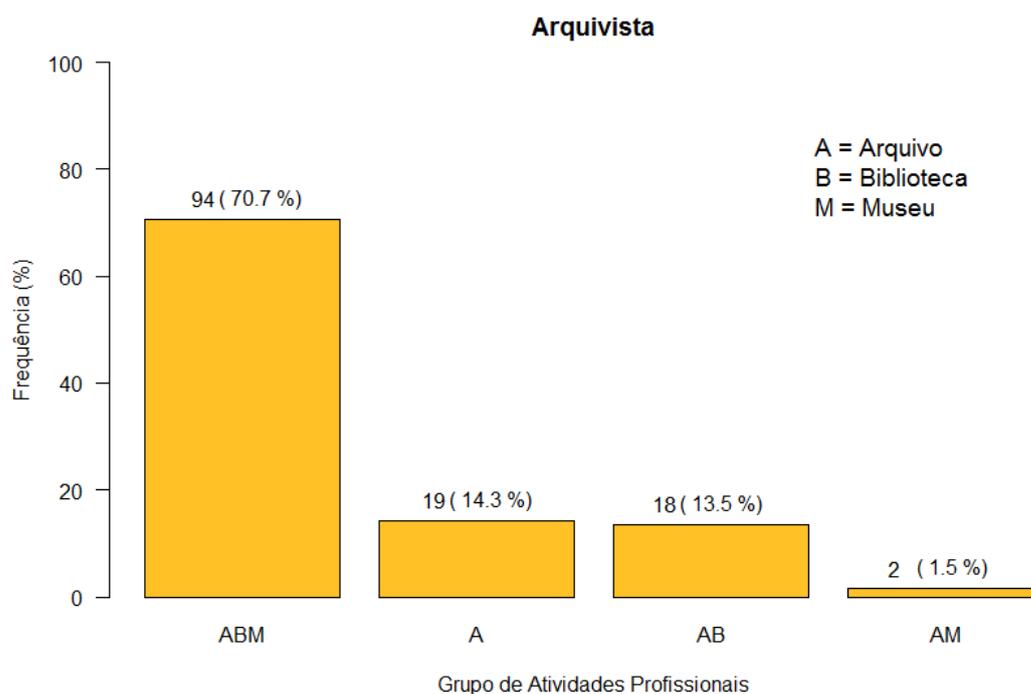
5.1.1 Arquivista

Na tabela a seguir, as atividades do grupo Arquivista foram descritas conforme relação de similaridade. Portanto, pode-se observar que 94 (70,7%) das 133 atividades deste grupo, referidas pela CBO 4.0.2 de 2002 (RF 2613), poderiam ser realizadas similarmente por arquivistas, bibliotecários e museólogos. Algumas atividades 19 (14,3%) poderiam ser realizadas exclusivamente pelo arquivista, outras 18 (13,5%) poderiam ser realizadas tanto pelos arquivistas quanto pelos bibliotecários e exclusivamente 2 (1,5%) poderiam realizadas tanto pelos arquivistas quanto pelos museólogos.

TABELA 1 - Tabela de Frequência das atividades similares realizadas pelos profissionais das três áreas (ABM) tendo como referência o Arquivista - Relatório de Família (RF) 2613 da CBO 4.0.2 de 2002

Arquivista	N	%
Arquivo (A)	19	14,3%
Arquivo e Biblioteca (AB)	18	13,5%
Arquivo e Museu (AM)	2	1,5%
Arquivo, Biblioteca e Museu (ABM)	94	70,7%
Total	133	100%

GRÁFICO 1 - Histograma das atividades similares tendo como referência a CBO 4.0.2 de 2002 (RF-2613) - Arquivista



Na tabela seguinte, as atividades para o grupo Arquivista foram estratificadas entre os subgrupos nela existentes. Dessa forma, pode-se observar:

- As atividades dos subgrupos (“F: Preparar ações educativas e/ou culturais”, “K: Administrar atividades patrocinadas”, “Y: Comunicar-se” e

“Z: Demonstrar competências pessoais”) possuem todas as atividades comuns às três profissões (arquivista, bibliotecário e museólogo).

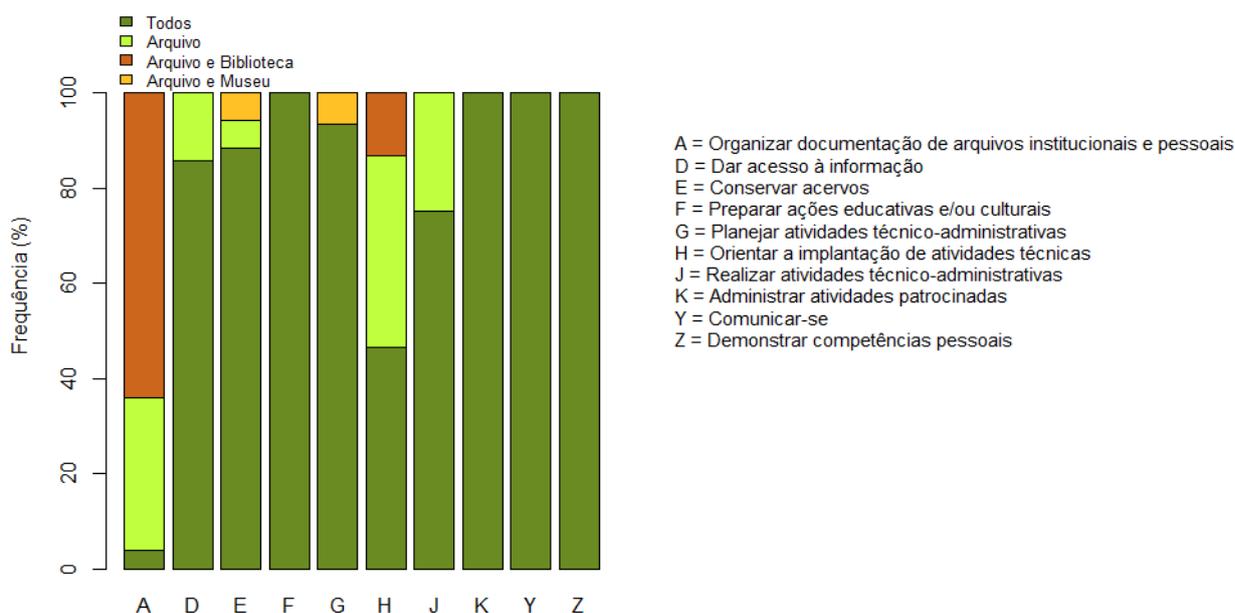
- Das 17 atividades do subgrupo “E: Conservar acervos”, 15 poderiam ser realizadas por arquivistas, bibliotecários e museólogos, 1 deveria ser realizada somente pelos arquivistas e 1 poderia ser realizada tanto pelos arquivistas quanto pelos museólogos.
- Das 15 atividades do subgrupo “G: Planejar atividades técnico-administrativas”, 14 poderiam ser realizadas pelos três profissionais e 1 é realizada tanto pelos arquivistas quanto pelos museólogos.
- Das 25 atividades do subgrupo “A: Organizar documentação de arquivos institucionais e pessoais”, 16 poderiam ser realizadas tanto pelos arquivistas quanto pelos bibliotecários, 8 atividades poderiam ser realizadas somente pelos arquivistas e 1 atividade seria realizada pelos três profissionais em suas instituições.
- Das 14 atividades do subgrupo “D: Dar acesso à informação”, 12 poderiam ser realizadas pelos três profissionais em suas instituições e 2 poderiam ser realizadas somente pelos arquivistas.
- Das 15 atividades do subgrupo “H: Orientar a implantação de atividades técnicas”, 7 seriam realizadas pelos três profissionais em suas instituições, 6 seriam realizadas somente pelos arquivistas e 2 seriam realizadas tanto pelos arquivistas quanto pelos bibliotecários.
- Das 8 atividades do subgrupo “J: Realizar atividades técnico-administrativas”, 6 poderiam ser realizadas pelos três profissionais em suas instituições e 2 seriam realizadas somente pelos arquivistas.

TABELA 2 - Tabela de frequência das atividades similares realizadas pelos profissionais das três áreas (ABM) tendo como referência o Arquivista - Relatório de Família 2613 da CBO 4.0.2 de 2002 – Estratificada por subgrupos

Subgrupos	Arquivista			Todos	Total
	Arquivo	Arquivo e Biblioteca	Arquivo e Museu		
A	8 (32%)	16 (64%)	-	1 (4%)	25 (100%)
D	2 (14%)	-	-	12 (86%)	14 (100%)
E	1 (6%)	-	1 (6%)	15 (88%)	17 (100%)
F	-	-	-	11 (100%)	11 (100%)
G	-	-	1 (7%)	14 (93%)	15 (100%)

H	6 (40%)	2 (13%)	-	7 (47%)	15 (100%)
J	2 (25%)	-	-	6 (75%)	8 (100%)
K	-	-	-	6 (100%)	6 (100%)
Y	-	-	-	9 (100%)	9 (100%)
Z	-	-	-	13 (100%)	13 (100%)

GRÁFICO 2 - Histograma das atividades similares - Estratificado entre os subgrupos - tendo como referência o Arquivista



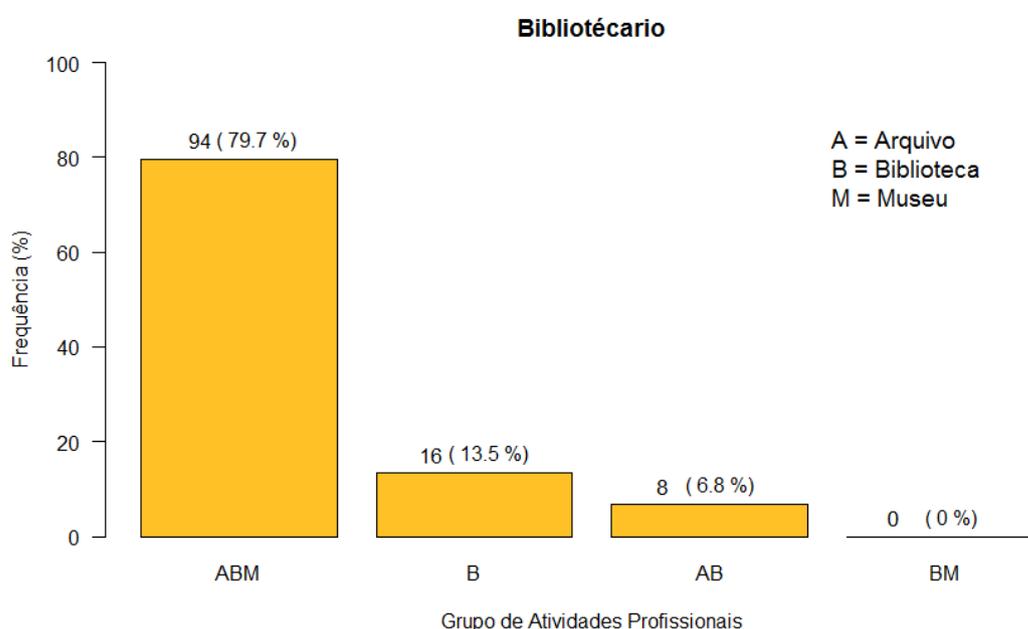
5.1.2 Bibliotecário

Na tabela seguinte, as atividades do grupo Bibliotecário foram descritas conforme relação de similaridade entre as três áreas (ABM). Portanto, pode-se observar que 94 (79,7%) das 118 atividades deste grupo, referidas pela CBO 4.0.2 de 2002 (RF 2612), poderiam ser realizadas similarmente por arquivistas, bibliotecários e museólogos. Algumas atividades 16 (13,5%) poderiam ser realizadas somente pelo Bibliotecário e outras 8 (6,8%) seriam realizadas tanto pelos arquivistas quanto pelos bibliotecários. Não haveria atividade que bibliotecários e museólogos realizassem, exclusivamente.

TABELA 3 - Tabela de frequência das atividades similares realizadas pelos profissionais das três áreas (ABM) tendo como referência o Bibliotecário - Relatório de Família (RF) 2612 da CBO 4.0.2 de 2002

Bibliotecário	N	%
Biblioteca (B)	16	13,5%
Arquivo e Biblioteca (AB)	8	6,8%
Biblioteca e Museu (BM)	0	0,0%
Arquivo, Biblioteca e Museu (ABM)	94	79,7%
Total	118	100%

GRÁFICO 3 - Histograma das atividades similares tendo como referência a CBO 4.0.2 de 2002 (RF-2613) - Bibliotecário



Na tabela seguinte, as atividades para o grupo Bibliotecário foram estratificadas entre os subgrupos nele existentes. Dessa forma, pode-se observar:

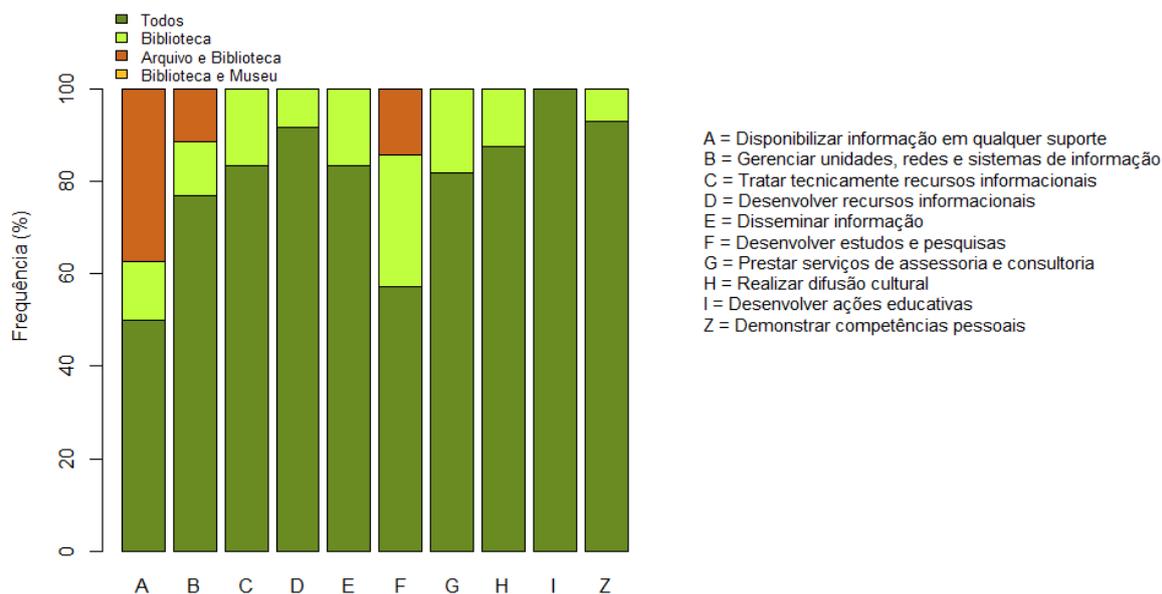
- Das 8 atividades do subgrupo “A: Disponibilizar informação em qualquer suporte”, 4 poderiam ser realizadas por arquivistas, bibliotecários e museólogos, 3 seriam realizadas tanto pelo Arquivista quanto pelo Bibliotecário e 1 é realizada somente pelo Bibliotecário.
- Das 26 atividades do subgrupo “B: Gerenciar unidades, redes e sistemas de informação”, 20 poderiam ser realizadas por arquivistas, bibliotecários e museólogos, 3 seriam realizadas tanto pelo Arquivista quanto pelo Bibliotecário, e 3 poderiam ser realizadas somente pelo Bibliotecário.

- Das 12 atividades do subgrupo “C: Tratar tecnicamente recursos informacionais”, 10 poderiam ser realizadas por arquivistas, bibliotecários e museólogos; e 2 seriam realizadas somente pelo Bibliotecário.
- Das 12 atividades do subgrupo “D: Desenvolver recursos informacionais”, 11 poderiam ser realizadas por arquivistas, bibliotecários e museólogos; e 1 atividade seria realizada somente pelo Bibliotecário.
- Das 6 atividades do subgrupo “E: Disseminar informação”, 5 poderiam ser realizadas pelos três profissionais e 1 atividade seria realizada somente pelo Bibliotecário.
- Das 14 atividades do subgrupo “F: Desenvolver estudos e pesquisas”, 8 poderiam ser realizadas por arquivistas, bibliotecários e museólogos, 4 seriam realizadas somente pelo Bibliotecário e 2 atividades poderiam ser realizadas tanto pelo Arquivista quanto pelo Bibliotecário.
- Das 11 atividades do subgrupo “G: Prestar serviços de assessoria e consultoria”, 9 poderiam ser realizadas por arquivistas, bibliotecários e museólogos e 2 seriam realizadas somente pelo Bibliotecário.
- Das 8 atividades do subgrupo “H: Realizar difusão cultural”, 7 poderiam ser realizadas por arquivistas, bibliotecários e museólogos e 1 atividade seria realizada somente pelo Bibliotecário.
- Todas as 7 atividades do subgrupo “I: Desenvolver ações educativas” poderiam ser realizadas por arquivistas, bibliotecários e museólogos no âmbito de suas instituições.
- Das 14 atividades do subgrupo “Z: Demonstrar competências pessoais”, 13 poderiam ser realizadas por profissionais das três áreas e 1 atividade seria realizada somente pelo Bibliotecário.

TABELA 4 - Tabela de frequência das atividades similares realizadas pelos profissionais das três áreas (ABM) tendo como referência o Bibliotecário - Relatório de Família 2612 da CBO 4.0.2 de 2002 – Estratificada por subgrupos

Subgrupos	Bibliotecário				Total
	Biblioteca	Arquivo e Biblioteca	Biblioteca e Museu	Todos	
A	1 (13%)	3 (38%)	-	4 (50%)	8 (100%)
B	3 (12%)	3 (12%)	-	20 (77%)	26 (100%)
C	2 (17%)	-	-	10 (83%)	12 (100%)
D	1 (8%)	-	-	11 (92%)	12 (100%)
E	1 (17%)	-	-	5 (83%)	6 (100%)
F	4 (29%)	2 (14%)	-	8 (57%)	14 (100%)
G	2 (18%)	-	-	9 (82%)	11 (100%)
H	1 (13%)	-	-	7 (88%)	8 (100%)
I	-	-	-	7 (100%)	7 (100%)
Z	1 (7%)	-	-	13 (93%)	14 (100%)

GRÁFICO 4 - Histograma das atividades similares - Estratificado entre os subgrupos, tendo como referência o Bibliotecário



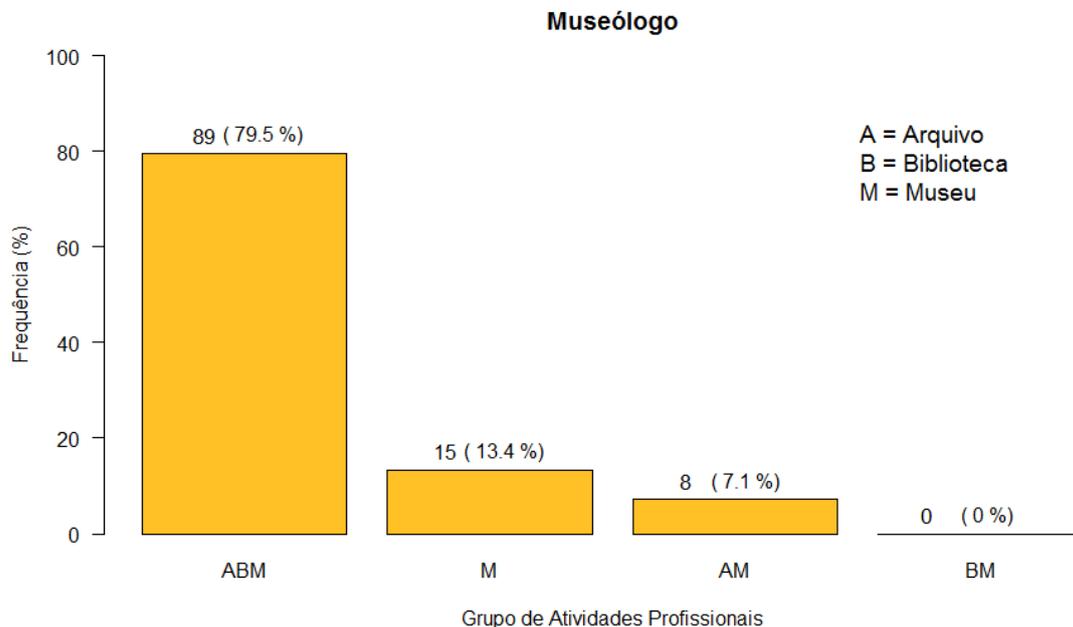
5.1.3 Museólogo

Na tabela a seguir, as atividades do grupo Museólogo foram descritas conforme relação de similaridade entre as três áreas (ABM). Portanto, pode-se observar que 89 (79,5%) das 112 atividades deste grupo, referidas pela CBO 4.0.2 de 2002 – (RF 2613), poderiam ser realizadas similarmente por arquivistas, bibliotecários e museólogos. Outras atividades, 15 (13,4%), poderiam ser realizadas somente pelos museólogos e 8 (7,1%) atividades poderiam ser realizadas tanto pelos arquivistas quanto pelos museólogos. E nenhuma atividade que bibliotecários e museólogos realizassem.

TABELA 5 - Tabela de frequência das atividades similares realizadas pelos profissionais das três áreas (ABM) tendo como referência o Museólogo - Relatório de Família (RF) 2613 da CBO 4.0.2 de 2002

Museólogo	N	%
Museu (M)	15	13,4%
Arquivo e Museu (AM)	8	7,1%
Biblioteca e Museu (BM)	0	0,0%
Arquivo, Biblioteca e Museu (ABM)	89	79,5%
Total	112	100%

GRÁFICO 5 - Histograma das atividades similares tendo como referência a CBO 4.0.2 de 2002 (RF-2613) - Museólogo



Na tabela seguinte, as atividades para o grupo Museólogo foram estratificadas entre os subgrupos nele existente. Dessa forma, pode-se observar:

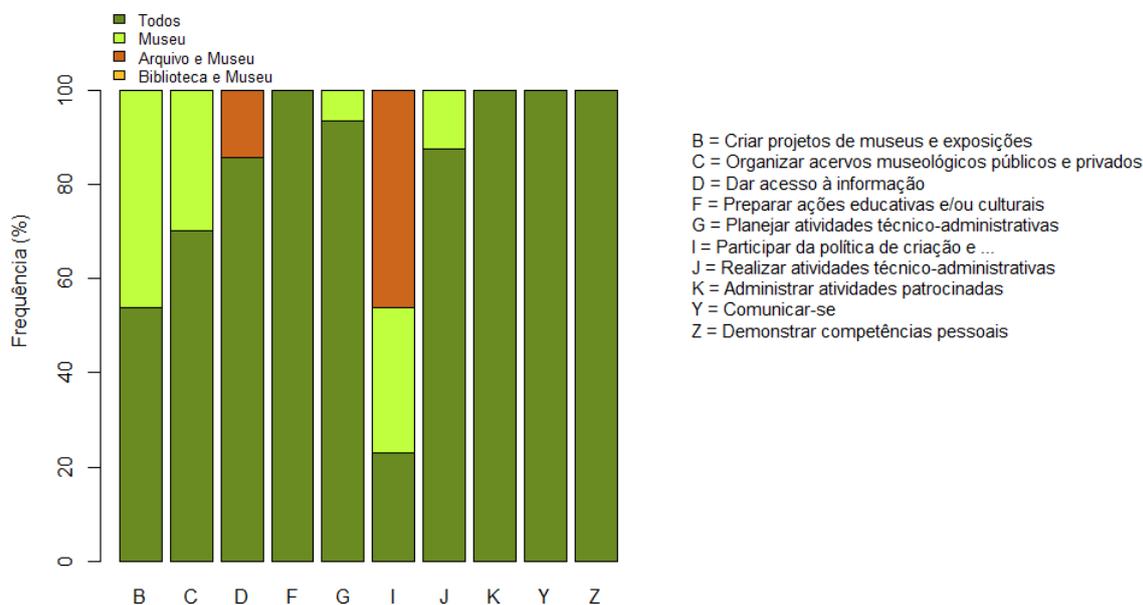
- As atividades dos subgrupos (“F: Preparar ações educativas e/ou culturais”, “K: Administrar atividades patrocinadas”, “Y: Comunicar-se” e “Z: Demonstrar competências pessoais”) possuem todas as atividades comuns às três profissões (Arquivista, Bibliotecário e Museólogo).
- Das 13 atividades do subgrupo “B: Criar projetos de museus e exposições”, 7 poderiam ser realizadas por arquivistas, bibliotecários e museólogos no âmbito de suas instituições; e 6 seriam realizadas somente pelo Museólogo.
- Das 10 atividades do subgrupo “C: Organizar acervos museológicos públicos e privados”, 7 poderiam ser realizadas por arquivistas, bibliotecários e museólogos e 3 seriam realizadas somente pelo Museólogo.
- Das 14 atividades do subgrupo “D: Dar acesso à informação”, 12 poderiam ser realizadas por arquivistas, bibliotecários e museólogos, no âmbito de suas instituições, e 2 são realizadas tanto pelo Arquivista quanto pelo Museólogo.

- Das 15 atividades do subgrupo “G: Planejar atividades técnico-administrativas”, 14 poderiam ser realizadas por arquivistas, bibliotecários e museólogos, no âmbito de suas instituições, e 1 seria realizada somente pelo Museólogo.
- Das 13 atividades do subgrupo “I: Participar da política de criação e implantação de museus e instituições arquivísticas”, 6 seriam realizadas tanto pelo Arquivista quanto pelo Museólogo, 4 atividades seriam realizadas somente pelo Museólogo e 3 atividades poderiam ser realizadas por arquivistas, bibliotecários e museólogos, no âmbito de suas instituições.
- Das 8 atividades do subgrupo “J: Realizar atividades técnico-administrativas”, 7 poderiam ser realizadas por arquivistas, bibliotecários e museólogos e 1 é realizada somente pelo Museólogo.

TABELA 6 - Tabela de frequência das atividades similares realizadas pelos profissionais das três áreas (ABM), tendo como referência o Museólogo - Relatório de Família 2613 da CBO 4.0.2 de 2002 – Estratificada por subgrupos

Subgrupos	Museólogo			Todos	Total
	Museu	Arquivo e Museu	Biblioteca e Museu		
B	6 (46%)	-	-	7 (54%)	13 (100%)
C	3 (30%)	-	-	7 (70%)	10 (100%)
D	-	2 (14%)	-	12 (86%)	14 (100%)
F	-	-	-	11 (100%)	11 (100%)
G	1 (7%)	-	-	14 (93%)	15 (100%)
I	4 (31%)	6 (46%)	-	3 (23%)	13 (100%)
J	1 (13%)	-	-	7 (88%)	8 (100%)
K	-	-	-	6 (100%)	6 (100%)
Y	-	-	-	9 (100%)	9 (100%)
Z	-	-	-	13 (100%)	13 (100%)

GRÁFICO 6 - Histograma das atividades similares - Estratificado entre os subgrupos, tendo como referência o Museólogo



Percebeu-se que a área com maiores conexões entre ABMs é a Biblioteconomia, com 79,5% de atividades profissionais similares, seguida pelos Museólogos, com 79,5% de correlação e em terceiro os Arquivistas, com 70,7% de similaridade entre as suas atividades e as outras duas.

Pode-se notar também que as atividades técnicas de maior correlação entre ABMs, dizem respeito a “Preparar ações educativas e/ou culturais” e “Conservar acervos”, do ponto de vista do Arquivista. Do grupo do Bibliotecário: “Preparar ações educativas e culturais” e “Desenvolver recursos Informacionais”. Para o grupo do Museólogo: “Preparar ações educativas e/ou culturais” e “Dar acesso à informações”. Os subgrupos de atividades “Preparar ações educativas e/ou culturais” e “Informacionais” tiveram maior correlação entre as áreas, contudo merece ser considerado o subgrupo “Conservar acervos” que também obteve resultados significativos nos três grupos de profissões.

5.2 Análise descritiva das atividades para o APM, a BPELB e o MM

Para realizar as análises descritivas a seguir, foi construído um banco de dados a partir da replicação do método de construção da Tabela de Referência de Atividades Profissionais Similares – TRAPS (ABM) (APÊNDICE G), em tabela construída com as respostas dos questionários institucionais do APM, da BPELB e

do MM – TRAPS-instituições (APÊNDICE H), onde foi descrito, por área e instituição, quais atividades profissionais possuem alguma relação de similaridade. O banco de dados foi utilizado pelo *software* R para determinar as frequências absolutas e relativas da correlação entre as atividades profissionais realizadas nas três instituições e para construir os respectivos histogramas.

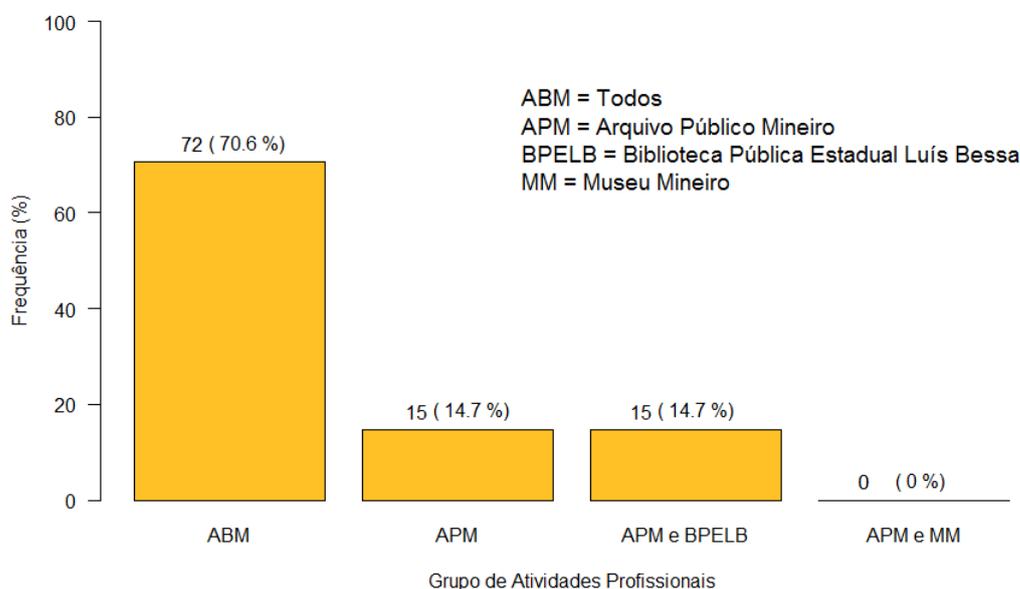
5.2.1 Arquivo Público Mineiro

Na tabela seguinte, as atividades do grupo Arquivo Público Mineiro foram descritas conforme relação de similaridade. Portanto, pode-se observar que 72 (70,6%) das 102 atividades deste grupo, descritas no questionário institucional do APM, seriam também realizadas similarmente no APM, na BPELB e no MM. Algumas atividades 15 (14,7%) seriam realizadas somente no APM e outras 15 (14,7%) atividades seriam realizadas tanto pelo APM quanto pela BPELB.

TABELA 7 - Tabela de frequência das atividades similares realizadas pelos profissionais das três áreas (ABM), tendo como referência as atividades realizadas no APM

Arquivo Público Mineiro	N	%
Arquivo Público Mineiro (APM)	15	14,7%
Arquivo Público Mineiro e Biblioteca PELB (APM e BPELB)	15	14,7%
Arquivo Público Mineiro e Museu Mineiro (APM e MM)	0	0,0%
Todos (ABM)	72	70,6%
Total	102	100%

GRÁFICO 7 - Histograma das atividades similares realizadas pelos profissionais das três áreas (ABM), tendo como referência as atividades profissionais realizadas no APM



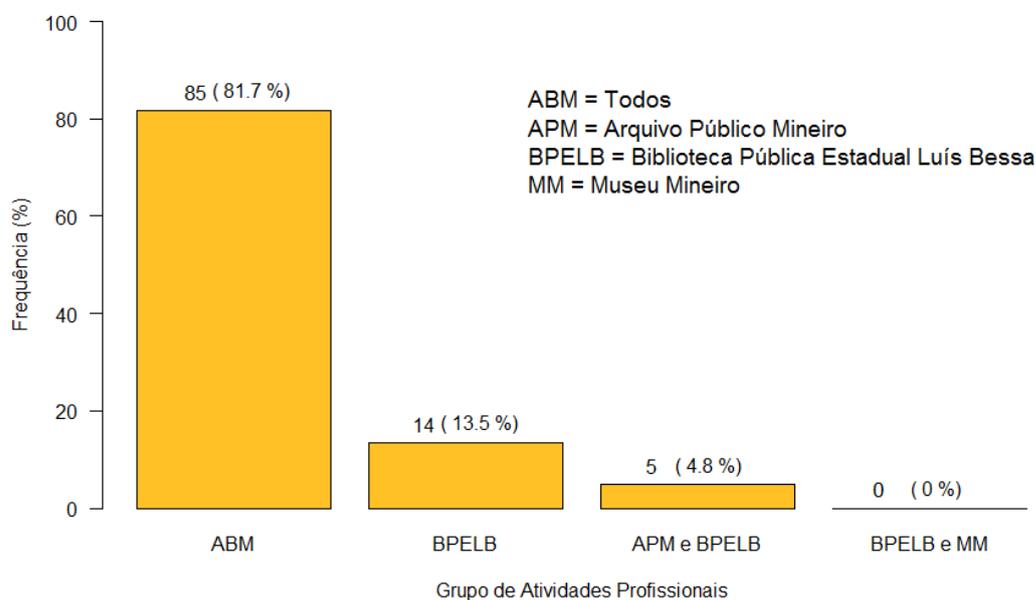
5.2.2 Biblioteca Pública Estadual Luís de Bessa

Na tabela a seguir, as atividades do grupo Biblioteca Pública Estadual Luís de Bessa foram descritas conforme relação de similaridade. Portanto, pode-se observar que 85 (81,7%) das 104 atividades deste grupo, descritas no questionário institucional da BPELB, seriam também realizadas similarmente no APM, na BPELB e no MM. Algumas atividades 14 (13,5%) seriam realizadas somente na Biblioteca Pública Estadual Luís de Bessa e outras 5 (4,8%) seriam realizadas tanto pelo Arquivo Público Mineiro quanto pela Biblioteca Pública Estadual Luís de Bessa.

TABELA 8 - Tabela de Frequência das atividades similares realizadas pelos profissionais das três áreas (ABM), tendo como referência as atividades realizadas na BPELB

Bibliotecário	N	%
Biblioteca Pública Estadual Luís Bessa (BPELB)	14	13,5%
Arquivo Público Mineiro e Biblioteca PELB (APM e BPELB)	5	4,8%
Biblioteca PELB e Museu Mineiro (BPELB e MM)	0	0,0%
Arquivo, Biblioteca e Museu (ABM)	85	81,7%
Total	104	100%

GRÁFICO 8 - Histograma das atividades similares realizadas pelos profissionais das três áreas (ABMs), tendo como referência as atividades profissionais realizadas na BPELB



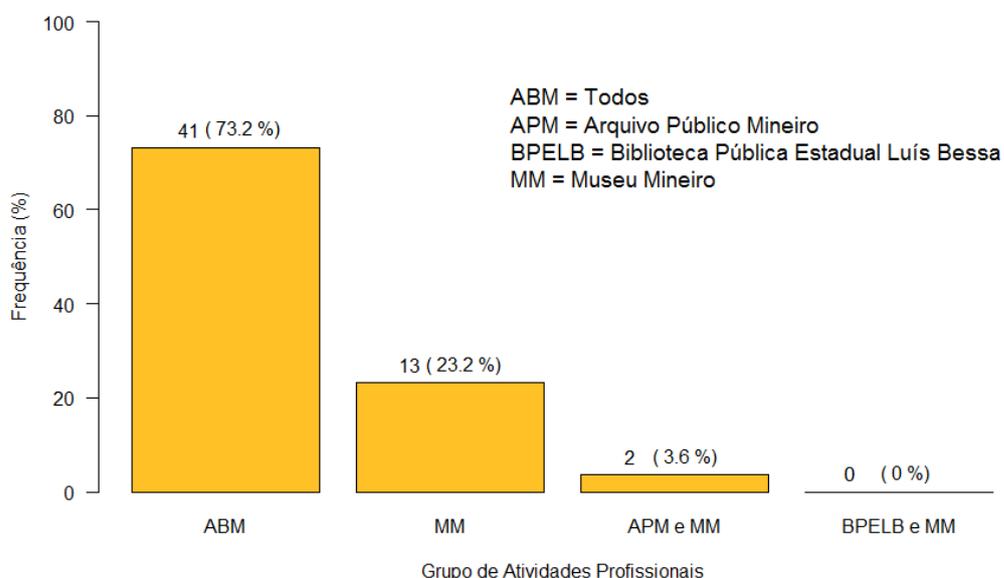
5.2.3 Museu Mineiro

Na tabela seguinte, as atividades do grupo Museu Mineiro foram descritas conforme relação de similaridade. Portanto, pode-se observar que 41 (73,2%) das atividades deste grupo, descritas no questionário institucional do MM, seriam também realizadas similarmente no APM, na BPELB e no MM. Algumas atividades 13 (23,2%) seriam realizadas somente no Museu Mineiro e outras 2 (3,6%) seriam realizadas tanto pelo Arquivo Público Mineiro quanto pelo Museu Mineiro.

TABELA 9 - Tabela de Frequência das atividades similares realizadas pelos profissionais das três áreas (ABMs), tendo como referência as atividades realizadas no MM

Museu Mineiro	N	%
Museu Mineiro (MM)	13	23,2%
Arquivo Público Mineiro e Museu Mineiro (APM e MM)	2	3,6%
Biblioteca PELB e Museu Mineiro (BPELB e MM)	0	0,0%
Arquivo, Biblioteca e Museu (ABM)	41	73,2%
Total	56	100%

GRÁFICO 9 - Histograma das atividades similares realizadas pelos profissionais das três áreas (ABMs), tendo como referência as atividades profissionais realizadas no MM



5.3 APM, BPELB e MM

Na tabela e no gráfico seguintes, pode-se observar que, analisando-se os grupos Arquivo Público Mineiro, Museu Mineiro e Biblioteca Pública Estadual Luís de Bessa, tem-se que:

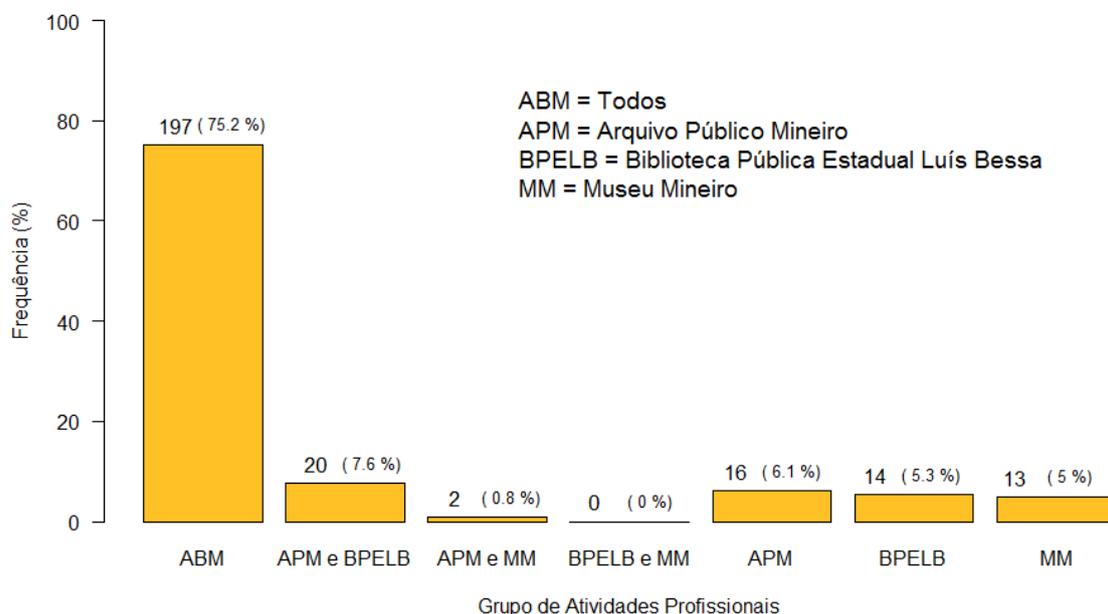
- 197 (75,2%) atividades seriam realizadas pelos três grupos;
- 2 (0,8%) atividades seriam realizadas apenas pelos grupos Arquivo Público Mineiro e Museu Mineiro;
- 20 (7,6%) atividades seriam realizadas apenas pelos grupos Arquivo Público Mineiro e Biblioteca Pública Estadual Luís de Bessa;

- nenhuma atividade seria realizada similarmente pelos grupos Museu Mineiro e Biblioteca Pública Estadual Luís de Bessa (levando em consideração a tabela de atividades descrita no item VII do questionário institucional);
- 16 (6,1%) atividades seriam realizadas somente pelo grupo Arquivo Público Mineiro;
- 13 (5,0%) atividades seriam realizadas somente pelo grupo Museu Mineiro;
- 14 (5,3%) atividades seriam realizadas somente pelo grupo Biblioteca Pública Estadual Luís de Bessa.

TABELA 10 - Tabela de frequência das atividades similares realizadas pelos profissionais das três áreas (ABMs), tendo como referência as atividades realizadas no APM, na BPELB e no MM

Todos	N	%
Arquivo, Biblioteca e Museu (ABM)	197	75,2%
Arquivo e Biblioteca (APM e BPELB)	20	7,6%
Arquivo e Museu (APM e MM)	2	0,8%
Biblioteca e Museu (BPELB e MM)	0	0,0%
Arquivo (APM)	16	6,1%
Biblioteca (BPELB)	14	5,3%
Museu (MM)	13	5,0%
Total	262	100%

GRÁFICO 10 - Histograma das atividades similares realizadas pelos profissionais das três áreas (ABMs), tendo como referência as atividades profissionais realizadas no APM, na BPELB e no MM



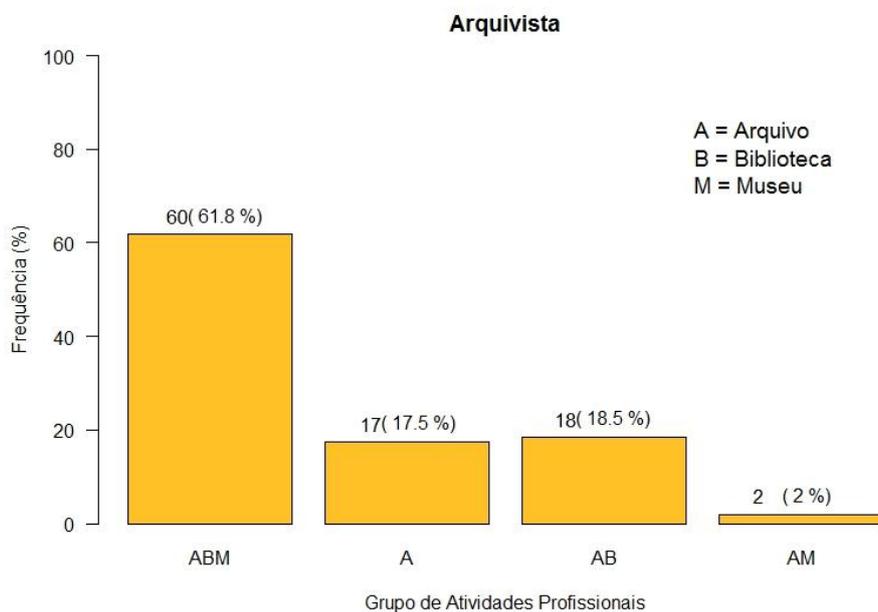
5.4 Análise dos dados excluindo-se “atividades-meio”

Para se confirmar o resultado estatístico sobre a relação das atividades realizadas por ABMs e pelas instituições estudadas, foram construídos histogramas excluindo-se atividades-meio, ou seja, tarefas que poderiam ser aplicadas a qualquer profissão indistintamente. Para isso, foram excluídos os seguintes grupos de atividades profissionais:

- Arquivista – Excluídas as atividades dos subgrupos J, K, Y e Z;
- Bibliotecários – Excluídas as atividades do subgrupo Z;
- Museólogos – Excluídas as atividades dos subgrupos J, K, Y e Z.

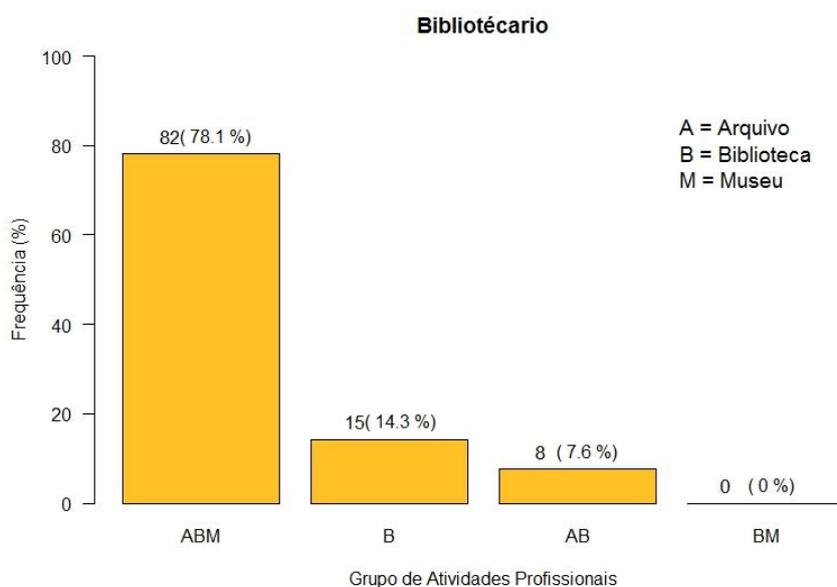
Essas atividades dizem respeito a tarefas que não são puramente técnicas exercidas pelas três profissões. As outras atividades, ainda que possuam enunciado de ampla aplicabilidade, foram consideradas respeitando a peculiaridade técnica em relação às profissões estudadas na presente pesquisa.

GRÁFICO 11 - Histograma das atividades similares – Excluindo-se as atividades-meio, tendo como referência a CBO 4.0.2 de 2002 (RF-2613) - Arquivista



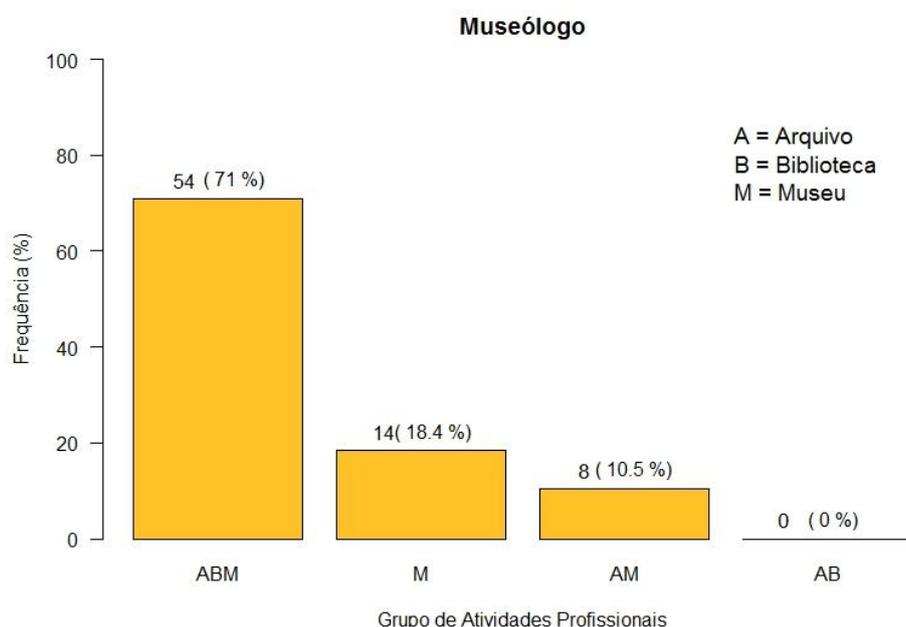
O percentual de similaridade das atividades era de 70,7%, levando-se em consideração as atividades-meio, e 61,8%, considerando-se apenas as atividades técnicas.

GRÁFICO 12 - Histograma das atividades similares – Excluindo-se as atividades-meio, tendo como referência a CBO 4.0.2 de 2002 (RF-2613) – Bibliotecário



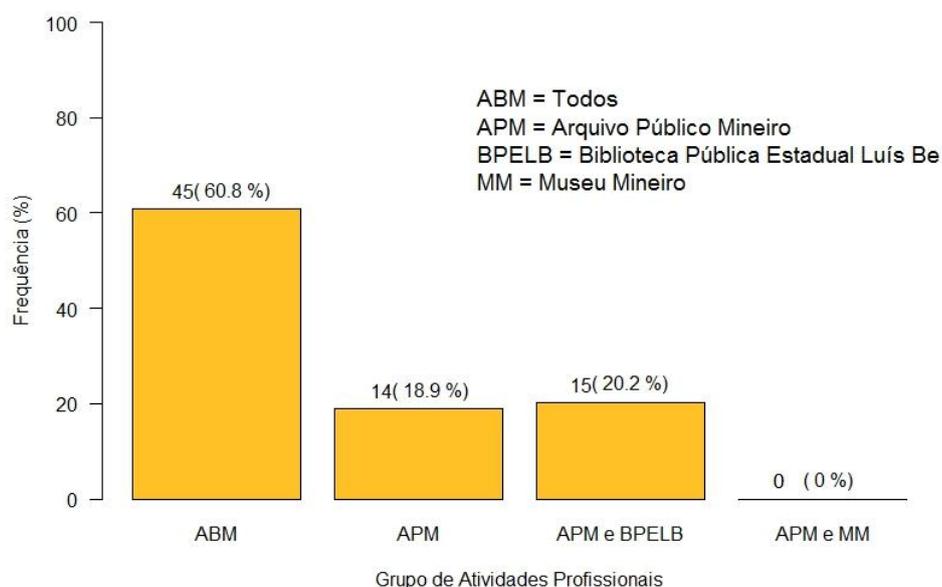
O percentual de similaridade das atividades era de 79,7%, levando-se em consideração as atividades-meio, e 78,1%, considerando-se apenas as atividades técnicas.

GRÁFICO 13 - Histograma das atividades similares – Excluindo-se as atividades-meio, tendo como referência a CBO 4.0.2 de 2002 (RF-2613) - Museólogo



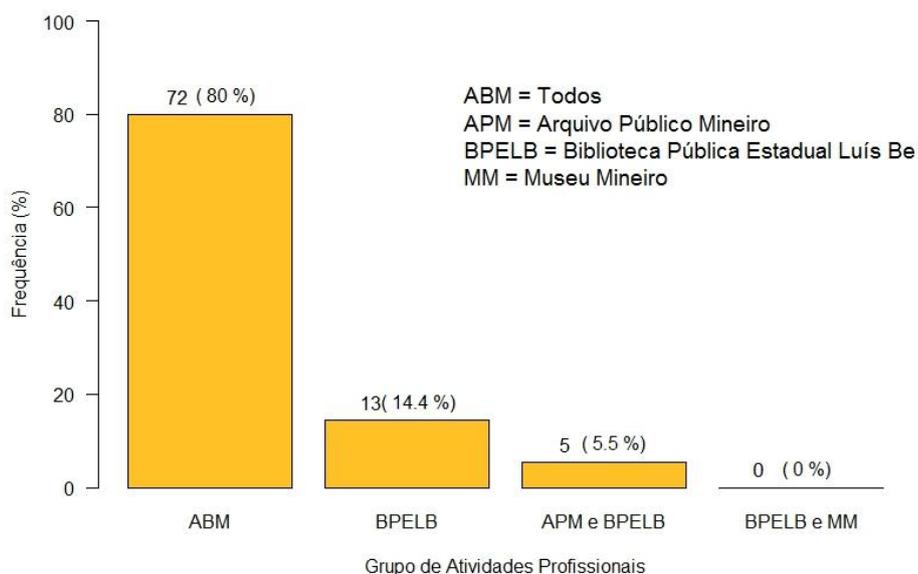
O percentual de similaridade das atividades era de 79,5%, levando-se em consideração as atividades-meio, e 71%, considerando-se apenas as atividades técnicas.

GRÁFICO 14 - Histograma das atividades similares – Excluindo-se as atividades-meio, tendo como referência a CBO 4.0.2 de 2002 (RF-2613) – Arquivo Público Mineiro



O percentual de similaridade das atividades era de 70,6%, levando-se em consideração as atividades-meio, e 60,8%, considerando-se apenas as atividades técnicas.

GRÁFICO 15 - Histograma das atividades similares – Excluindo-se as atividades-meio, tendo como referência a CBO 4.0.2 de 2002 (RF-2613) – Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa



O percentual de similaridade das atividades era de 81,7%, levando-se em consideração as atividades-meio, e 80%, considerando-se apenas as atividades técnicas.

GRÁFICO 16 - Histograma das atividades similares – Excluindo-se as atividades-meio, tendo como referência a CBO 4.0.2 de 2002 (RF-2613) – Museu Mineiro



O percentual de similaridade das atividades era de 73,2%, levando-se em consideração as atividades-meio, e 64,3%, considerando-se apenas as atividades técnicas.

5.5 Estatística geral de atividades e Grupos para ABM

5.5.1 Considerando as atividades independentes

Na tabela a seguir, foram apresentadas, de forma resumida, as frequências absoluta e relativa das atividades que todos os grupos realizam (áreas e instituições).

TABELA 11 - Tabela de frequências das atividades similares realizadas pelos profissionais das três áreas (ABMs) e instituições estudadas (APM, BPELB e MM)

Grupo de Atividades Profissionais	ABM (n)	%	Total
Arquivista	94	70,7%	133
Bibliotecário	89	79,5%	112
Museólogo	94	79,7%	118
Arquivo Público Mineiro	72	70,6%	102
Biblioteca Pública Estadual Luís de Bessa	85	81,7%	104
Museu Mineiro	41	73,2%	56

GRÁFICO 17 - Histograma das atividades similares realizadas pelos profissionais das três áreas (ABMs) e instituições estudadas (APM, BPELB e MM)

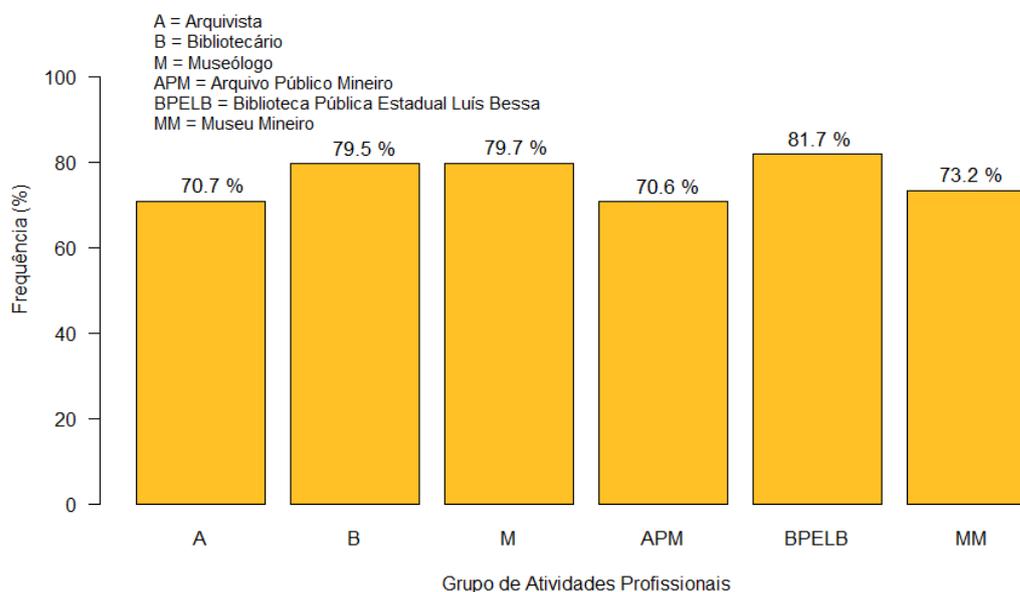
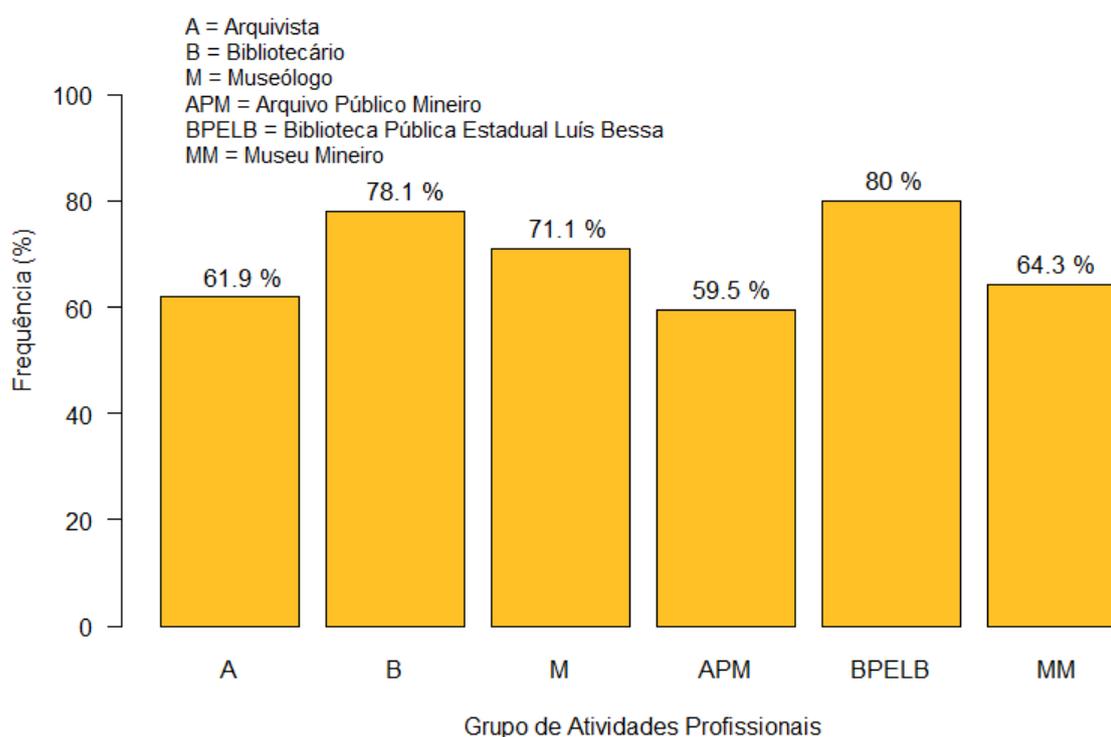


Tabela 12 - Tabela de frequências das atividades similares realizadas pelos profissionais das três áreas (ABMs) e instituições estudadas (APM, BPELB e MM) excluindo-se as atividades-meio

	Todos	ABM (n)	%	Total
Arquivista		60	61,9%	97
Bibliotecário		82	78,1%	105
Museólogo		54	71,1%	76
Arquivo Público Mineiro		44	59,5%	74
Biblioteca (BPELB)		72	80,0%	90
Museu Mineiro		27	64,3%	42

GRÁFICO 18 - Histograma das atividades similares realizadas pelos profissionais das três áreas (ABMs) e instituições estudadas (APM, BPELB e MM) excluindo-se as atividades-meio



Depreende-se dos gráficos acima que a relação de similaridade das atividades profissionais entre ABMs e instituições está relativamente equilibrada, ainda que se excluam as atividades consideradas atividades-meio, ou seja, tarefas que poderiam ser aplicadas a qualquer profissão indistintamente. Esses resultados atestam a associação entre o que foi descrito pela CBO como atividade profissional

e a realidade das instituições. Também é possível inferir que no universo construído pelas bases teóricas e da matriz profissional legal (CBO), Museólogos possuem maior correlação das suas atividades profissionais, seguidos dos Bibliotecários e Arquivistas cuja peculiaridade de parte do seu tratamento técnico diminui o seu percentual de similaridade. Conclui-se também que a realidade das instituições é diferente, já que as frequências relativas apontam as atividades realizadas em uma biblioteca como de maior coeficiente de similaridade das atividades profissionais, seguida pelo museu e finalmente o arquivo.

5.5.2 Considerando as atividades similares

Na tabela seguinte, foram apresentadas, de forma resumida, as frequências absoluta e relativa das atividades que todos os grupos realizam (ABM – APM, BPELB e MM) estratificadas pelos subgrupos.

TABELA 13 - Tabela de frequências para as atividades realizadas por todos estratificadas entre os subgrupos

Subgrupo	N	%
Gerenciar unidades, redes e sistemas de informação	25	11,8%
Conservar acervos	17	8,0%
Planejar atividades técnico-administrativas	15	7,1%
Demonstrar competências pessoais	13	6,1%
Demonstrar competências pessoais (referente a bibliotecários)	13	6,1%
Dar acesso à informação	12	5,7%
Desenvolver recursos informacionais	11	5,2%
Preparar ações educativas e/ou culturais	11	5,2%
Comunicar-se	9	4,2%
Prestar serviços de assessoria e consultoria	9	4,2%
Tratar tecnicamente recursos informacionais	9	4,2%
Orientar a implantação de atividades técnicas	9	4,2%
Realizar atividades técnico-administrativas	8	3,8%
Desenvolver estudos e pesquisas	8	3,8%
Desenvolver ações educativas	7	3,3%

Criar projetos de museus e exposições	7	3,3%
Realizar difusão cultural	6	2,8%
Administrar atividades patrocinadas	6	2,8%
Disponibilizar informação em qualquer suporte	5	2,4%
Disseminar informação	5	2,4%
Organizar acervos museológicos públicos e privados	5	2,4%
Participar da política de criação e implantação de museus e instituições arquivísticas	1	0,5%
Organizar documentação de arquivos institucionais e pessoais	1	0,5%
Total	212	100%

5.6 Análise do nível de Colaboração entre o APM, a BPELB e o MM

Para elucidar o nível de colaboração entre as instituições investigadas, utilizou-se o *Módulo VIII – Atividades Interinstitucionais*. Trata-se de questões abertas, semiestruturadas, com campos específicos e orientações para a resposta. As perguntas dizem respeito às possíveis atividades colaborativas, campos descritos pelos manuais e autores que tratam da colaboração entre as três áreas como de intercessão recorrente; e descritas no modelo de Colaboração Continuada como exemplos de níveis de colaboração. São os enunciados principais:

8.1 - Existe alguma atividade ou projeto cultural/educativo de cooperação mútua entre outra instituição (Arquivo, Biblioteca ou Museu, especialmente o Arquivo Público Mineiro, a Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa e o Museu Mineiro)...

8.2 - Existe algum grupo de estudos/pesquisa ou publicação institucional que envolva as demais instituições ou áreas (Arquivo, Biblioteca ou Museu, especialmente o Arquivo Público Mineiro, a Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa e o Museu Mineiro) ...

8.3 - Existe alguma equipe multidisciplinar formal constituída para tratar dos assuntos da instituição ou de assuntos entre instituições (Arquivo, Biblioteca ou Museu, especialmente o Arquivo Público Mineiro, a Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa e o Museu Mineiro) ...

8.4 - Existe alguma atividade ou projeto de capacitação de pessoal técnico-administrativo no campo de atuação institucional em outra instituição (Arquivologia, Biblioteconomia ou Museologia, especialmente entre o Arquivo Público Mineiro, a Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa e o Museu Mineiro) ...

8.5 - Na definição do “Plano Anual”, existe alguma participação interinstitucional no planejamento (Entre outras instituições, especialmente

entre o Arquivo Público Mineiro, a Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa e o Museu Mineiro) ...

O quadro a seguir explicita as respostas das três instituições estudadas (APM, BPELB e MM) e permite construir, a partir do modelo de colaboração, um quadro geral do nível de colaboração entre essas instituições (QUADRO 6).

QUADRO 6 – Respostas do Módulo VIII do questionário institucional – Atividades Interinstitucionais

Perguntas Mód. VIII	Instituições Investigadas		
	APM	BPELB	MM
8.1 - Existe alguma atividade ou projeto cultural/educativo de cooperação mútua entre outra instituição (Arquivo, Biblioteca ou Museu, especialmente o Arquivo Público Mineiro, a Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa e o Museu Mineiro)?	<p>8.1.1 instituição(ões) envolvida(s): [Circuito Cultural Praça da Liberdade: Museu Mineiro e Minas Gerais Vale]</p> <p>8.1.2 descreva a atividade ou projeto: Exposições de documentos e pesquisa histórica</p> <p>8.1.3 enumere os profissionais envolvidos (Cargo/formação): diretor, servidores e estagiários. Formação: historiador e pedagogo</p>	Não existe	<p>8.1.1 Instituição(ões) envolvida(s): [APM - BPELB - PALACIO DAS ARTES]</p> <p>8.1.2 descreva a atividade ou projeto: Com o APM, projeto de DIGITALIZAÇÃO/MICROFILMAGEM; Com a BPELB, Projeto de SINALIZAÇÃO EM BRAILE para o MM e consultoria para organização do acervo da biblioteca do MM; Com o PALÁCIO DAS ARTES – exposição de acervos;</p> <p>8.1.3 enumere os profissionais envolvidos (Cargo/formação): Bibliotecário com especialidade em Braile; Arquivista e Historiador.</p>
8.2 - Existe algum grupo de estudos/pesquisa ou publicação institucional que envolva as demais instituições ou áreas (Arquivo, Biblioteca ou Museu, especialmente o Arquivo Público Mineiro, a Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa e o Museu Mineiro)?	Não existe	Não existe	Não existe
8.3 - Existe alguma equipe multidisciplinar formal constituída para	Não existe	Não existe	Não existe

tratar dos assuntos da instituição ou de assuntos entre instituições (Arquivo, Biblioteca ou Museu, especialmente o Arquivo Público Mineiro, a Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa e o Museu Mineiro)?			
8.4 - Existe alguma atividade ou projeto de capacitação de pessoal técnico-administrativo no campo de atuação institucional em outra instituição (Arquivologia, Biblioteconomia ou Museologia, especialmente entre o Arquivo Público Mineiro, a Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa e o Museu Mineiro)?	8.4.1 instituição(ões) envolvida(s): [Circuito Cultural Praça da Liberdade] 8.4.2 descreva a atividade ou projeto: Oficina de Restauração de Documento 8.4.3 enumere os profissionais envolvidos (Cargo/formação): Não informado.	8.4.1 Instituição(ões) envolvida(s): [Sistema Estadual de Bibliotecas Municipais e Bibliotecas Municipais do Estado de Minas Gerais] 8.4.2 descreva a atividade ou projeto: 2 cursos de capacitação/ano aos gestores de cultura das bibliotecas do interior 8.4.3 enumere os profissionais envolvidos (Cargo/formação): 6 bibliotecários, e gestora pública e 2 estagiários	Não existe
8.5 - Na definição do “Plano Anual”, existe alguma participação interinstitucional no planejamento (Entre outras instituições, especialmente entre o Arquivo Público Mineiro, a Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa e o Museu Mineiro)?	Não existe	8.5.1 Instituição(ões) envolvida(s): [Biblioteca, Arquivo e Museu] 8.5.2 descreva a atividade ou projeto: Definimos serviços e compras comuns para facilitar o processo 8.5.3 enumere os profissionais envolvidos (Cargo/formação): 1 superintendente de Bibliotecas (Direito/Filosofia) 1 Superintendente de Arquivos (História) 1 Superintendente de Museus	Não existe

QUADRO 7 – Níveis de colaboração por instituição pesquisada

Instituições	Contato	Cooperação	Coordenação	Colaboração	Convergência
APM	Em nível organizacional de Superintendência, mantém contato permanente com as diretorias das superintendências às quais estão subordinados BPELB e MM. Em nível institucional, oferece sua estrutura tecnológica de digitalização/microfilmagem e conhecimentos de conservação e restauração de documentos para pequenos projetos.	Oferece uma oficina de restauração de documentos para as instituições pertencentes ao CL, da qual fazem parte a BPELB e o MM.	Não existem atividades, ações ou projetos que se enquadrem nesse item.	Não existem atividades, ações ou projetos que se enquadrem nesse item.	Não existem atividades, ações ou projetos que se enquadrem nesse item.
BPELB	Em nível organizacional de Superintendência, mantém contato permanente com as diretorias do APM e da Superintendência de Museus e Artes Visuais à qual está subordinado o MM. Oferece serviços informais de consultorias em assuntos biblioteconômicos.	Em nível organizacional de Superintendência, alinham o processo de compras com as diretorias do APM e da Superintendência de Museus e Artes Visuais à qual está subordinado o MM.	Não existem atividades, ações ou projetos que se enquadrem nesse item.	Não existem atividades, ações ou projetos que se enquadrem nesse item.	Não existem atividades, ações ou projetos que se enquadrem nesse item.
MM	Em nível organizacional de Superintendência, mantém contato permanente com as diretorias do APM e da Superintendência de Bibliotecas Públicas e Assuntos Literários à qual está subordinada a BPELB. Em nível institucional, solicita serviços informais de consultoria em assuntos biblioteconômicos e arquivísticos.	Não existem atividades, ações ou projetos que se enquadrem nesse item.	Não existem atividades, ações ou projetos que se enquadrem nesse item.	Não existem atividades, ações ou projetos que se enquadrem nesse item.	Não existem atividades, ações ou projetos que se enquadrem nesse item.

Conclui-se do quadro acima que o nível de colaboração não ultrapassa a interação simples entre as instituições. Ainda assim, existe uma comunicação/contato permanente entre as instituições, e há disposição de todos para estabelecer um canal de diálogo e explorar pontos em comum nas atividades e necessidades mesmo que o desenvolvimento de relações interpessoais e interinstitucionais sejam exordiais.

Também existem atividades de cooperação, pois APM e BPELB concordaram em trabalhar informalmente em uma atividade ou esforço conjunto com outras instituições, o que oferece algum benefício mútuo tangível, ainda que pequeno.

Contudo, conexões mais complexas de Coordenação, em que as atividades de cooperação progridem para um momento em que extrapolam a participação *ad hoc* e faz-se necessária a organização de um grupo de trabalho que garanta aos envolvidos saber quem faz o quê, quando e onde; não foram identificadas em nenhuma das três instituições.

Do mesmo modo, não houve atividades mais complexas referentes à Colaboração, ou a qualquer processo de criação compartilhada (dois ou mais [grupos] interagindo para criar uma compreensão compartilhada que nenhum possuía anteriormente ou que não poderia ter advindo de seus próprios entendimentos). Também não houve qualquer tipo de prática de Convergência, estado no qual a colaboração em torno de uma atividade, processo, metodologia, teoria ou uma ideia tenha se tornado tão extensa, enraizada e comunitária que pode ser usada em qualquer um dos colaboradores como se lhe fosse própria. Mesmo porque essa etapa ainda se dá apenas no campo teórico, não sendo relatados exemplos concretos de tal nível de colaboração entre ABMs.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As propostas de colaboração entre Arquivos, Bibliotecas e Museus em várias dimensões – política, acadêmica, institucional, enfim – têm se intensificado nas últimas duas décadas. Esse assunto tem sido recorrente nos debates em congressos, eventos e mesas-redondas promovidos por entidades e associações representativas das três áreas. As justificativas para tal fenômeno global giram em torno da similaridade entre atividades técnicas, profissionais e teóricas, além de possuírem objetivos em comum, e uma relação muito próxima com os conceitos de informação e documento, essenciais para a construção desses campos de saber.

Ao longo da história da humanidade, especialmente após o surgimento da linguagem e posteriormente da escrita, o homem tornou-se capaz de produzir e armazenar informação e conhecimento em um suporte. O levantamento bibliográfico histórico sugere que essas invenções humanas, linguagem e escrita, foram o primeiro passo para a origem comum de museus, bibliotecas e arquivos. Essa origem comum, ainda que não se possa falar em “instituições”, recua milênios no tempo e coincide com a gênese dos primeiros aglomerados civilizatórios e do desenvolvimento do comércio, contabilidade, governos, religiões, princípios legislativos e dos seus registros em suportes menos efêmeros que a memória de um homem.

Essa sedimentação dos campos parece permitir o desenvolvimento metodológico, teórico e prático de ABMs, além da consolidação dos campos de saber da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, embora sinalize produzir insularismos quanto às iniciativas de colaboração mútua entre as áreas.

Ao serem detalhadas as instituições, seus profissionais e as atividades por eles desenvolvidas, percebem-se diferenças estruturantes e atividades exclusivas que tornariam insustentável uma tentativa de unificação dos campos. Contudo, existe um percentual de semelhança entre algumas atividades profissionais, fundamentadas por disciplinas científicas que poderiam justificar uma colaboração contínua entre instituições, profissionais e teóricos dessas três áreas.

A pesquisa bibliográfica também confirmou que há um movimento internacional de aproximação entre ABMs, quer no âmbito acadêmico, quer no profissional. Esse movimento tem se dado mais intensamente em relação a

propostas de compartilhamento de acervos em meios eletrônicos, mas não só. Iniciativas de colaboração na instrução de práticas profissionais similares também têm sido implementadas. É possível citar como exemplo de ações de colaboração: instruções sobre exposições e compartilhamento de espaços expositivos; instruções sobre preservação e digitalização de acervos; uso de equipamentos tecnológicos; compartilhamento de arquitetura informacional ou *software*; compartilhamento de notícias e divulgação das instituições pares; compartilhamento do cadastro de fornecedores de produtos ou serviços; compartilhamento da rede de colaboradores, parceiros e amigos; instrução sobre gestão e uso de unidades, arquitetura e sistemas de informação; participação conjunta no planejamento institucional anual (desenvolvimento de um Plano Estratégico que identifique prioridades, objetivos e metas em comum); planejamento conjunto de arquitetura de informação (Base de dados compartilhada de informações sobre acervos, coleções e documentos; uso de *software* em comum, estrutura *web* comum, construção de um grupo de trabalho *web* em comum, na forma de intranet); desenvolvimento de projetos educacionais/culturais conjuntos; criação de novos métodos para realizar atividades compartilhadas (preservação de acervos, gestão de unidades, arquitetura e sistemas de informação, entre outros); desenvolvimento de estudos e pesquisas que envolvam as três áreas; construção de conhecimento sobre os usuários; desenvolvimento de novas tecnologias para democratização e acesso à informação, acervos, coleções e documentos; uniformidade em algumas disciplinas curriculares; compartilhamento de repositórios virtuais de acervos e coleções; políticas de acesso à informação, mediação e gestão de ativos informacionais; preservação cultural e patrimonial.

Os resultados da comparação das atividades, referidas pela CBO 4.0.2 de 2002 (RF 2613), do grupo Arquivista demonstraram que essa área possui grande conectividade com Bibliotecas e Museus, contudo, o grupo Arquivista mantém considerável percentual de atividades profissionais exclusivas (14,3%), o que atesta sua identidade singular enquanto campo profissional.

As atividades relacionadas ao perfil profissional, a busca por patrocínios e a preparação de ações educativas e/ou culturais do grupo Arquivista revelam maior conectividade com Bibliotecários e Museólogos, seguidas das atividades ligadas à conservação de acervos e planejamento de atividades técnico-administrativas.

Também possuem grande inter-relação com atividades de organização de arquivos e mediação.

No grupo Bibliotecário, referido pela CBO 4.0.2 de 2002 (RF 2612), também pode-se observar que existe um alto percentual de correlação entre atividades profissionais, realizadas similarmente por arquivistas e museólogos. As relações desse grupo com as atividades do Arquivista mantêm uma frequência relativa maior e nenhuma atividade entre bibliotecários e museólogos. Contudo, o grupo Bibliotecário também mantém considerável percentual de atividades profissionais exclusivas (13,5%), atestando sua identidade singular enquanto campo profissional.

As atividades de gestão de unidades, redes e sistemas de informação, tratar tecnicamente recursos informacionais, desenvolver ações educativas e/ou culturais estão entre as de maior correlação com arquivistas e museólogos. As características de perfil do profissional também mantiveram grande relação entre as três áreas do ponto de vista do Bibliotecário.

Quanto às atividades do grupo Museólogo, foram descritas conforme relação de similaridade entre as três áreas (ABMs). A correlação das atividades do grupo Museólogo mantém um maior percentual com o grupo Arquivista, não havendo atividades correlatas com o grupo Bibliotecário. Mantendo uma média de atividades exclusivas semelhante à dos outros grupos (13,4%), museólogos asseguram sua relevância enquanto campo profissional.

As atividades “Preparar ações educativas e/ou culturais”, “Administrar atividades patrocinadas”, “Comunicar-se” e “Demonstrar competências pessoais” do grupo Museólogo possuem maior relação de similaridade com os grupos Arquivista e Bibliotecário. Todavia, as atividades ligadas ao grupo “Dar acesso à informação” e “Planejar atividades técnico-administrativas” também possuem grande correlação com as outras áreas.

Replicando a metodologia utilizada para determinar os resultados descritos acima, por área, nas instituições estudadas, percebe-se que nas atividades do grupo Arquivo Público Mineiro 70,6%, seriam também realizadas similarmente no APM, na BPELB e no MM. Quanto ao grupo Biblioteca Pública Estadual Luís de Bessa foram descritas no questionário institucional da BPELB, conforme relação de similaridade, 81,7% das atividades deste grupo como realizadas similarmente no APM, na BPELB e no MM. As atividades do grupo Museu Mineiro foram descritas conforme relação de similaridade e observa-se que 73,2% das atividades deste grupo, descritas no

questionário institucional do MM, seriam também realizadas similarmente no APM, na BPELB e no MM.

Quanto ao quadro geral de similaridade entre atividades dessas três áreas e instituições, concluiu-se que as atividades de maior correlação são: 1) Gerenciar unidades, redes e sistemas de informação; 2) Conservar acervos; 3) Planejar atividades técnico-administrativas; 4) Demonstrar competências pessoais; 5) Dar acesso à informação; 6) Desenvolver recursos informacionais; 7) Preparar ações educativas e/ou culturais.

Constatou-se, ainda, que a exclusão das atividades-meio, ou seja, tarefas que poderiam ser aplicadas a qualquer profissão indistintamente, não resultou em alteração significativa nos percentuais apresentados nos histogramas, confirmando a relação de similaridade entre as áreas no campo teórico e das instituições.

Segundo o modelo de colaboração contínua, o resultado dos questionários revelou que as instituições investigadas estão em um nível inicial de cooperação, de simples interações, em que as instituições concordam em trabalhar informalmente em uma atividade ou esforço conjunto que ofereça algum benefício mútuo tangível, ainda que pequeno. Nesse caso, esses benefícios não são nada mais do que o compartilhamento de informações e realizar uma atividade em parceria com a outra instituição.

Diante do que foi colocado, conseguiu-se na presente pesquisa responder ao questionamento principal e suas subdivisões:

1. ABMs se reconhecem como instituições conectadas, com atividades profissionais similares?
2. ABMs articulam atividades de comunicação, cooperação, coordenação e colaboração mútua, culminando em uma conexão de práticas, processos e metodologias?
3. Arquivistas, Bibliotecários e Museólogos executam suas atividades práticas, levando em consideração possíveis contribuições entre as três áreas?

No primeiro questionamento, depreende-se da pesquisa que Arquivos, Bibliotecas e Museus possuem um histórico de proximidade teórica, institucional e profissional; compartilhando, ao longo de sua conformação científica, corporativa e profissional, teorias e práticas que lhes são comuns. A comparação entre os relatórios de família da CBO de 2002 e das atividades descritas pelas instituições

representativas denota tal similaridade, o que evidencia forte conexão entre os campos, resguardadas sua singularidade e relevância enquanto campos profissionais.

Quanto ao segundo questionamento, a pesquisa torna evidente que a similaridade entre atividades possibilita maior abertura para colaboração, entretanto, essa relação não é de causa/efeito. O processo de colaboração continuada é uma construção intencional, levantada sobre políticas públicas e institucionais que tornem esse processo efetivo. A colaboração é um caminho lento, gradual e ininterrupto que se inicia com a comunicação entre as partes e seguirá para interações mais complexas, caso as partes envolvidas entendam previamente os benefícios, aceitem o risco e se proponham a investir em projetos colaborativos.

O percurso metodológico permitiu concluir que, no universo teórico, as possibilidades de integração e convergência entre ABMs possuem um dimensionamento maior que na realidade, já que não existem, por exemplo, modelos concretos de convergência entre ABMs. Contudo, os resultados obtidos mostram que existem caminhos para projetos de colaboração e conexões produtivas dessas áreas em várias dimensões: práticas e teóricas. Do mesmo modo, a análise pela matriz profissional legal, revela um perfil profissional muito semelhante e um grande envolvimento desses três perfis profissionais com atividades informacionais, educacionais e culturais, mais do que com as atividades relacionadas aos acervos. Concordam para as conclusões sobre o universo teórico e profissional, os resultados obtidos no estudo das instituições que obtiveram percentuais de similaridade das atividades profissionais, maior do que na análise da CBO.

A pesquisa também demonstrou que existe um isolacionismo por parte dos profissionais dessas áreas, que raramente se veem envolvidos em atividades interdisciplinares, aparentemente em razão da crescente especialização do trabalho e do conhecimento nos últimos dois séculos, a diferenciação do tratamento que se dá aos documentos em cada área, os meios em que são disponibilizados, as necessidades da sociedade e as novas habilidades de profissionais especializados no campo.

Assim, conclui-se que o objetivo da pesquisa foi alcançando ao se constatar haver similaridade em grande parte das atividades profissionais de arquivistas, bibliotecários e museólogos. Foi possível verificar que parte dessas atividades permite que as áreas contribuam mutuamente em várias dimensões. Contudo,

constatou-se que não há relação direta entre o processo de colaboração complexa e o fato de haver conexão entre as áreas.

Os questionamentos da presente pesquisa também foram respondidos, apesar dos entraves surgidos em seu desenvolvimento, mas que não prejudicaram seu andamento ou, muito menos, o alcance dos objetivos propostos; chegou-se a resultados consistentes para o conhecimento da realidade estudada.

Dessa forma, a pesquisa desenvolvida e aqui relatada apresenta as limitações relacionadas com:

- a amostra, apesar de ser representativa na área estudada, impossibilita a generalização do resultado, abrangendo todas as instituições ABMs, devido às peculiaridades que são pertinentes a elas. Portanto, os resultados alcançados apresentam indícios que podem ser confirmados com estudos mais abrangentes.

Apesar dos entraves apresentados, os resultados foram representativos; para generalização, estendendo-se a outras áreas do conhecimento, fazem-se necessários estudos específicos, devido às peculiaridades dessas áreas (ABMs). Vale salientar que a Ciência da Informação poderá se utilizar da metodologia e dos resultados deste estudo, no sentido de identificar a mesma similaridade em estudos curriculares das três áreas.

Como sugestões para o aprimoramento do processo de colaboração entre as instituições estudadas, apresentam-se:

- elaboração de políticas públicas e institucionais que permitam a colaboração continuada entre as partes interessadas;
- elaboração de um comitê que debata a contribuição interinstitucional;
- participação colegiada na elaboração do planejamento estratégico anual;
- criação de um núcleo de estudos/pesquisa e uma publicação periódica que trate de assuntos interdisciplinares;
- criação de um projeto permanente de capacitação mútua;
- estabelecimento de projetos colaborativos específicos para as áreas de: 1) Gestão de unidades, redes e sistemas de informação; 2) Conservação de acervos; 3) Planejamento de atividades técnico-administrativas; 4) Capacitação interdisciplinar; 5) Acesso à informação/Mediação; 6)

Desenvolvimento de recursos informacionais; 7) Ações educativas e/ou culturais.

Dessa forma, a pesquisa realizada e apresentada não esgota a amplitude e a complexidade do tema. Espera-se que os desvelamentos explicitados possam contribuir para discussões e posicionamentos referentes à colaboração consistente entre Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, E. P. **Museum Masters**: Their Museums and their Influence, Nashville: American Association for State and Local History, 1983.

AQUILINA, Janick Daniel. The Babelian Tale of Museology and Museography: A History in Words. **International Scientific Electronic Journal**, Issue 6, p. 1-20, 2011.

ANZOVIN, S. **Famous first facts**: international edition a record of first happenings, discoveries and inventions in world history. New York [u.a.]: Wilson, 2000.

ARAÚJO, C. A. A. **Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação**: o diálogo possível. Brasília: Briquet de Lemos, 2014.

ARAÚJO, C. A. A. Ciência da Informação como campo integrador para as áreas de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, n. 1, p. 173-189, 2010.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Ciência da informação, biblioteconomia, arquivologia e museologia: relações institucionais e teóricas. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 16, p. 110-130, 2011.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p. (Publicações Técnicas; n 51).

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS FRANCESES. **Manuel d'archivistique**: théorie et pratique des archives publiques en France. Paris: S.E.V.P.E.N, 1970. 805 p.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973. 167 p.

BABELON, J.-P.; CHASTEL, A. La notion de Patrimoine. **La Revue de l'Art**, 1980.

BATES, Marcia J. **The Information Professions**: Knowledge, Memory, Heritage. Association for Library and Science Education conference, Dallas, TX, Jan. 18, 2012.

BATES, Marcia J. The Invisible Substrate of Information Science. **Journal of the American Society for Information Science**, 50(12), p. 1043-1050, 1999.

BATES, Marcia J. Defining the information disciplines in encyclopedia development. **Information Research**, 12(4) paper colis29, 2007. Disponível em: <<http://InformationR.net/ir/12-4/colis/colis29.html>>. Acesso em: nov. 2015.

BEARMAN, D. Experience delivery services. In: CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECARIOS ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 5., 1994. Lisboa. **Anais...** Lisboa: Associação de Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas, 1994. Arquivos, p.153-159.

BEARMAN, T. C. The education of archivists: future challenges for schools of library and information science. **Journal of Education for Library and Information Science**, v. 34, n. 1, p. 6672, 1993.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivo: estudos e reflexões**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. Cap. 2, p. 35-43.

BELO HORIZONTE. Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais. **Manual de gestão de documentos**. Texto de Emília Barroso Cruz. ed. rev. e atual. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Arquivo Público Mineiro, 2013. 146 p.; 30 cm. (Cadernos Técnicos do Arquivo Público Mineiro; n. 3).

BRASIL. **Cultura em números: anuário de estatísticas culturais**. 2. ed. Brasília: MinC, 2010.

BRASIL. **Museus em Números/Instituto Brasileiro de Museus**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011.

BRASIL. **Sistema de Informações e Indicadores Culturais**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, 2006.

BRETTAS, Aline Pinheiro. **A Sociedade Literária de Belo Horizonte: um legado cultural da Biblioteca Municipal para a cidade**. [S.l: s.n.], 2009.

BRIET, Suzanne. **Qu'est-ce que la documentation?**. Paris: Édit, 1951. 48 p.

BRITANNICA ENCYCLOPAEDIA. **The new encyclopaedia Britannica**. v. 2, n. edition 15, 1997.

BRULON SOARES, B. C. Caminhos da Museologia: transformações de uma ciência do museu. **Senatus** (Senado Federal), v. 7, p. 32-41, 2009.

BRUNO, M. C. O. (Org.); COUTINHO, M. I. L.; ARAÚJO, M. M. (Col.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri**. Textos e contextos de uma trajetória profissional. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado de Cultura, Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, ICOM – BR, 2010. v. 1 p. 245.

BUCKLAND, Michael K. Information as thing. **Journal of the American Society of Information Science**, v. 42, n. 5, p. 351-360, Jun. 1991. Disponível em: <<http://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/thing.html>>. Acesso em: 15 jun. 2008.

CABRAL; RANGEL. A curadoria de processos educativos de ações esparsas à curadoria. In: **Cadernos de diretrizes museológicas 2: mediação em museus: curadorias, exposições, ação educativa**. Leticia Julião, coordenadora; José Neves Bittencourt, organizador. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Superintendência de Museus, 2008. 152 p.

CADERNO de diretrizes museológicas 1. Brasília: Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Departamento de Museus e Centros Culturais. 2. ed. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/ Superintendência de Museus, 2006.

CADERNOS de diretrizes museológicas 2 : mediação em museus: curadorias, exposições, ação educativa. Coord. Leticia Julião e Org. José Neves Bittencourt. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Superintendência de Museus, 2008.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivo, documento e informação. **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro, v. 15-23, p. 34-40, jan./dez. 1994.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli (Coord.). **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros. Núcleo Regional de São Paulo; Secretaria de Estado e Cultura, 1996. 142 p.

CAMERON, Duncan. The museum as a communication system and implication of museum education. Curator. **American Museum of Natural History**, v. 11, n. 1, p. 33-40, 1968.

CAPURRO, Rafael. Pasado, presente y futuro de la noción de información. 2008. In: ENCUENTRO INTERNACIONAL DE EXPERTOS EM TEORIAS DE LA INFORMACIÓN: UN ENFOQUE INTERDISCIPLINAR, 1. León, Espanha. Disponível em: <<http://www.capurro.de/leon.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2009.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 1, p. 148-207, 2007.

CARR, D. In the contexts of the possible: libraries and museums as incendiary cultural institutions. **Journal of Rare Books Manuscripts and Cultural Heritage**, v. 1, n. 2, p. 117-135, 2000.

CARVALHO, José Murilo. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

- CARVALHO, Luciana Menezes de. **Em direção à Museologia latino-americana: o papel do ICOFOM LAM no fortalecimento da Museologia como campo disciplinar**. 2008. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2008. 107 p.
- CASANOVA, E. **Archivistica**. Siena: Stab Arthi Grafiche Lazzeri, 1928.
- CASTRO, César Augusto. **História da biblioteconomia brasileira: perspectiva histórica**. Brasília, DF: Thesaurus, 2000.
- CESARINO, Maria Augusta da Nóbrega (Org.). **Biblioteca pública estadual Luiz de Bessa: 50 anos de cultura**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Belo Horizonte: Superintendência de bibliotecas públicas, 2006.
- CHARNES, G. G. Museums, archives, and libraries: estranged siblings. Disponível em: <<http://home.comcast.net/tildageorgenagogo/musarchlib.html>>. Acesso em: nov. 2014.
- COLEÇÃO. In: POMIAN, Krzysztof. **Enciclopédia Einaudi**. [S.l.]: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984. v. 1. p. 51-84.
- CORREIA, A. E. G. C. **A influência exercida pelo sistema de avaliação da Capes na produção científica dos programas de pós-graduação em Física**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, 2012, 214 p.
- COSTA, L. L. M.; LIMA, Diana Farjalla Correia. **O termo museólogo e seu conceito: análise da atividade profissional em coleções de artistas plásticos contemporâneos**. [S.l.: s.n.], 2013.
- CRIPPA, G. Os “lugares da memória”: dispositivos ideológicos, esquemas tópicos e sistemas classificatórios. In: LARA, Marilda Lopez Ginez de; FUJINO, Asa; NORONHA, Daisy Pires (Org.). **Informação e Contemporaneidade**. Recife: Nectar, 2007. p. 121-138.
- CRUZ MUNDET, José Ramón. **Archivistica: gestion de documentos y administracion de archivos**. [S.l.]: Alianza Editorial, 2012. 360 p.
- CRUZ MUNDET, José Ramón. **Manual de archivística**. Madrid: Fundación Gemán Sánchez Ruipérez, 2001. 413 p.
- CUNHA, M. B.; CAVALCANTI, C. R. de O. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2008.
- DAVALLON, Jean. **Nouvelle Muséologie vs Muséologie?**. Palestra proferida durante a XVII Conferência do ICOM. Stavanger, Noruega, jul. 1995.

DEIBERT, Ronald J. **Parchment, Printing and Hypermedia: Communication and World Order Transformation (New Directions in World Politics)**. Columbia University Press, 1997.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (Ed.). **Conceitos-chave de Museologia**. Tradução e comentários Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013. 100 p.

Diccionario Iberoamericano de Terminologia Archivística. 1996.

DIRECTRIZES DA IFLA/UNESCO para Bibliotecas Escolares, 2002. versão em português (Portugal), 2006, trad. Maria José Vitorino.

DUCHEIN, Michel. The History of European Archives and the Development of the Archival Profession in Europe. **American Archivist**, v. 55, 1992.

DURANTI, Luciana (Ed.). **The InterPARES Project: The long-term preservation of the authentic electronic records: findings of the InterPARES Project**. Italia: Archilab, 2005. 364 p.

DURANTI, Luciana. The Archival Body of Knowledge: Archival Theory, Method, and Practice, and Graduate and Continuing Education. **Journal of Education for Library and Information Science**, v. 34, n. 1, p. 8-24, Winter 1993.

DURANTI, Luciana. The concept of appraisal and archival theory. **American Archivist**, v. 57, p. 329-344, Spring 1994.

DURANTI, Luciana. The Concept of Electronic Record. In: EASTWOOD; Terry; MACNEIL, Heather. **Preservation of the integrity of electronic records**. Dordrecht: Kluwer Academic, 2002. Cap. 1, p. 9-22.

DURANTI, Luciana. The Odyssey of Records Managers. **Records Management Quarterly**, v. 23, n. 3, p. 3-11, 1989.

DRUMOND, Maria C. de P. Preservação e conservação em museus. In: **Caderno de Diretrizes Museológicas**. Brasília: Ministério da Cultura/IPHAN/Departamento de Museus e Centros Culturais, 2006. p. 107-133.

EISENSTEIN, Elizabeth L. **The printing Press as an Agent of Change**. Port Chester, NY: Cambridge University Press, 1979.

FALETAR, S.; BOSANČIĆ, B. **World Library and Information Congress** □: 71th IFLA General Conference and Council "Libraries - A voyage of discovery". [S.l.: s.n.], 2005. p. 1-12.

FERNÁNDEZ, L. A. **Nueva museología**: planteamientos y retos para el futuro. 2. ed. Madrid: Alianza, 2011.

FERREZ, H. D.; BIANCHINI, M. H. S. **Thesaurus para acervos museológicos**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, 1987. 2v. (Série Técnica).

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 541 p.

GAHTAN, Maia W (Ed.). **Giorgio Vasari and the Birth of the Museum**. Londres: Ashgate Publishing, 2014.

GARCIA SERRANO, F. **El Museo Imaginado**. [S.l.: s.n.], 2000. p. 39-62.

GARON, L. L'Association des Archivistes du Québec: du congrès de 1988 à 2006. **Archives**, v. 39, n. 1, p. 3-42, 2007-2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Maria do Carmo Alvarenga Andrade. **A produção do conhecimento histórico e o documento**: estudo da relação entre a historiografia mineira e as fontes. 1979/1990. Dissertação (Mestrado) – Escola de Biblioteconomia, UFMG, Belo Horizonte, 1994.

GONZÁLEZ BUENO, Antonio; BARATAS DÍAZ, Alfredo (Ed.). **Museos y colecciones de Historia Natural**. Investigación, educación y difusión. Memorias de la Real Sociedad Española de Historia Natural. Segunda época. t. XI, 2013, 422 p.

GORDON, Cyrus Herzl; RENDSBURG, Gary; WINTER, Nathan H. **Eblaitica**: Essays on the Ebla Archives and Eblaite Language. EUA: Eisenbrauns, 2002. v. 4.

GRUPO IBEROAMERICANO DE TRATAMIENTO DE ARCHIVOS ADMINISTRATIVOS. **Hacia un diccionario de terminología archivística**. Santafe de Bogotá: Archivo General de la Nación de Colombia, 1997. 127 p.

HEDSTROM, M.; KING, J. L. On the LAM: Library, Archive, and Museum Collections in the Creation and Maintenance of Knowledge Communities. **Collections**, p. 1-40, 2003. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/59/63/32126054.pdf> \n<http://jking.people.si.umich.edu/OECD-LAM-published.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2016.

HEREDIA HERRERA, A. Em torno al tipo documental. **Arquivo & Administração**, v. 6, n. 2, p. 25-50, jul./dez. 2007.

HEREDIA HERRERA, Antonia. **Archivística General**. Teoría y Práctica. Sevilla. Diputación Provincial de Sevilla, 1991.

HEREDIA HERRERA, Antonia. **Manual de archivística básica: gestión y sistemas**. Puebla, México: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla/Archivo Histórico Universitario, 2013.

HEREDIA HERRERA, Antonia. **Que es un archivo?**. Gijón: Ediciones TREA, 2007. 135 p.

HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, F. H. **Planeamientos teóricos de la museología**. Gijón: Ediciones Trea, 2006.

HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, F. H. **Manual de museología**. Espanha: Editorial Síntesis, 1998.

HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca. **El museo como espacio de comunicación**. 1. ed. Gijón, (Asturias): Trea, 1998. 325 p.

HOMULOS, P. Museums to libraries: a family of collecting institutions. **Art Libraries Journal**, v. 15, n. 1, p. 11-13, 1990.

HOOPER-GREENHILL, E. **Museums and the shaping of knowledge**. London; New York: Routledge, 1995.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

INTERNACIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. DAT III [**Dictionary of archival terminology**]: English list (draft). Compiled by Group on Terminology of the ICA. [s.l.: s.n., s.d.]. 73 p. Disponível em: <<http://staff-www.uni-marburg.de/~mennehar/datii/intro.htm>>. Acesso em: 22 abr. 2015.

INTERNACIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. **Dictionary of archival terminology**: english and french with equivalents in dutch, german, italian, russian and spanish. Edited by Peter Walne. Compiled by Frank B. Evans, François-J. Himly and Peter Walne. 2. ed. rev. ed. München: K.G. Saur, 1988. 212 p. (ICA Handbooks Series, 7).

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **Declaração da IFLA sobre as Bibliotecas e a Liberdade Intelectual**. Comité Executivo da IFLA, 25 mar. 1999, Haia, Holanda. Disponível em: <www.ifla.org/files/assets/faife/statements/iflastat_pt.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2016.

CÓDIGO DE ÉTICA DO ICOM. 2006. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/museufpa/images/c%C3%B3digo%20%C3%A9tica%20ICOM.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2016.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1995.

JARDIM, J. M. O acesso à informação arquivística no Brasil: problemas de acessibilidade e disseminação. In: MESA-REDONDA NACIONAL DE ARQUIVOS, 1999a, Rio de Janeiro.

JARDIM, José Maria. **Transparência e opacidade do estado no Brasil**: usos e desusos da informação governamental. Niterói: EdUFF, 1999b. 239 p.

JENKINSON, Hilary. **A Manual of Archive Administration**. Oxford: Oxford University Press, 1922. 243 p.

JULIÃO, L. Apontamentos sobre a história do museu. In: NASCIMENTO, S. *et al.* (Org.). **Caderno de Diretrizes Museológicas**. Brasília: MinC/Iphan/Departamento de Museus e Centros Culturais; Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006. p. 19-31.

JULIÃO, Letícia. **Colecionismo Mineiro**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus/Associação dos Amigos do Museu Mineiro, 2002.

LABANDEIRA, Sibley. Museo. **Revista de la Asociación Profesional de Museólogos de España**, 2008.

LASSO DE LA VEGA, Javier. **Manual de Biblioteconomia**: organización técnica y científica de las bibliotecas. Madrid: Editorial Mayfe, 1952.

LASSO DE LA VEGA, Javier. **Manual de documentación**. Barcelona: Editorial Labor, 1969.

LATOUR, B. **Science in action**: how to follow scientists and engineers through society. Milton Keynes: Open University Press, 1987.

LEI Nº 126 DE 11 DE JULHO DE 1895. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, 1896.

LEÓN, Aurora. **El museo**. Teoría, praxis y utopía. Madrid: Ediciones Cátedra, 1978.

LEONHARDT, H. A. What is library material, what archive material and what museum material: an attempt at the categorization of documentation materials and institutions. **Bibliotheksdienst**, v. 23, n. 8/9, p. 891-904, 1989.

LEWIS, Clarence Irving. **A survey of symbolic logic**. [S.l.: s.n.], 1960.

LIVELTON, Trevor. **Archivaltheory, records and the public**. Lanham: Scarecrow Press, 1996. 177 p.

LODOLINI, Elio. **Archivística**: principi e problemi. 5. ed. ampl. Milão: Franco Angeli Libri, 1990. 324 p.

LODOLINI, Elio. El problema fundamental de la Archivística: la naturaleza y el ordenamiento del archivo. **Irargi - Revista de Archivística**, [Espanha], v. 1, n. 0, p. 27-61, 1988.

MAGÁN WALIS, José Antonio. **Tratado básico de biblioteconomía**. 5. ed. Madrid: Editorial Complutense, 2004.

MANUAL de Gestão de Documentos. Governo do Estado do Rio de Janeiro: Arquivo Público, 2012. Disponível em: <<http://www.aperj.rj.gov.br/doc/manual%20de%20gestao.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2015.

MAIRESSE, François. Samuel Quiccheberg et le patrimoine immaterial. In: INTERNATIONAL SYMPOSIUM DO ICOFOM: museology and intangible heritage, 2, 2004. **Anais ...** Seoul, Korea: ICOFOM, 2004. p. 54-61. Disponível em: <http://network.icom.museum/fileadmin/user_upload/minisites/icofom/pdf/ISS%2033%20Heritage%202004.pdf>. Acesso em: 12 set. 2015.

MAROEVIĆ, Ivo (Vlg.). **Introduction to Museology**: The European Approach. Front Cover. Dr. C. Müller-Straten, 1998. Museum techniques, 358 p.

MARQUES, C. **O Museu como Sistema de Informação**. [S.l.: s.n.], 2010.

MARTIN, R. S. Cooperation and Change: Archives, libraries and museums in the United States./World Library and Information Congress. In: IFLA GENERAL CONFERENCE AND COUNCIL, 69th. 1-9 Aug. 2003, Berlin. Disponível em: <www.ifla.org/IV/ifla69/papers/066e-Martin.pdf>. Acesso em: 15 out. 2014.

MARTINS, Roberto (Org.). **Plano do Circuito Cultural Praça da Liberdade**. Governo do Estado de Minas Gerais, 2005.

MARTINS, Wilson. **A Palavra Escrita**: história do livro, da imprensa e da biblioteca. 3. ed. São Paulo: Ática, 2001.

MASON, R.O. What is an information professional? **Journal of Education for Library and Information Science**, v. 31, n. 2, p. 122-38, 1990.

MENEGALE, J. Guimarães. **O que é e o que deve ser a Biblioteca Pública**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1932. 104 p.

MENNE-HARITZ, A. Ernst Posner's Archives and the Public Interest. The **American Archivist**, v. 68, p. 322-332, fall-winter 2005. Disponível em: <<http://archivists.metapress.com/content/9lg3054k0057k462/>> Acesso em: 19 jul. 2012.

MENNE-HARITZ, Angelika. What can be achieved with archives? In: SECOND STOCKHOLM CONFERENCE ON ARCHIVAL SCIENCE AND THE CONCEPT OF RECORD, 30-31 May 1996. The concept of record: report. Stockholm: Riksarkivet, 1998. p. 11-24.

MÉTODOS qualitativos de pesquisa em ciência da informação. Front Cover. Marta Lígia Pomim Valentim. Polis, 2005.

MINAYO, M. C. de S. Introdução: conceito de avaliação por triangulação de métodos. In: MINAYO, M. C. de S.; ASSIS, S. G. de; SOUZA, E. R. de. (Org.). **Avaliação por triangulação de métodos**: abordagem de programas sociais. 2. reimp. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

MUELLER, S.P.M. Em busca de uma base comum para formação profissional em biblioteconomia, ciência da informação e arquivologia: relato de um simpósio promovido pela Unesco. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 2, n.2, p. 157-65, 1984.

MULLER, S.; FEITH, J. A.; FRUIN, R. **Manual de arranjo e descrição**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960. 145 p.

MYERS, Michael. Qualitative research in information systems, Apr. 2000. Disponível em: <<http://www.qual.auckland.ac.nz/>>. Acesso em: 04 ago. 2010.

NUNES, Henrique Barreto. **Da biblioteca ao leitor**. Estudos sobre a leitura pública em Portugal. Braga: Autores de Braga, 1996.

ORERA ORERA, Luisa (Ed.). **Manual de biblioteconomia**. Madrid: Síntesis, 2002.

ORTEGA, C. D. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. **Datagramazero**, Rio de Janeiro, v. 5, n.5, p. 3, 2004.

OTLET, Paul. **El tratado de documentación**: el libro sobre el libro, teoría y práctica. Bruselas: Mundaneum, 1934.

PEARCE, Susan M. [ed.] **Interpreting Objects and Collections**. London: Routledge, 1994.

PÉREZ, A. C. Normalización Documental de Museos□: reflexiones y perspectivas. **Boletín del Instituto Andaluz de Patrimonio Histórico**, v. 34, p. 166-176, 2001.

PINHEIRO, L. V. R. Confluências interdisciplinares entre Ciência da Informação e Museologia. **Museologia e Interdisciplinaridade**, v. 1, p. 1-25, 2012.

PINHEIRO, L.Y.R. Em busca de um caminho interdisciplinar: proposta de um núcleo teórico e prático de disciplinas comuns aos cursos de biblioteconomia, museologia e arquivologia. Rio de Janeiro. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE ARQUIVOLOGIA, 1997. São Paulo.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro – Arte, objeto artístico, documento e informação em museus. In: SIMPÓSIO MUSEÓLOGO E ARTE. XVIII CONFERÊNCIA ANUAL DO ICOFOM E UNI-RIO, 1996.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. **A Ciência da Informação entre luz e sombra: domínio epistemológico e campo interdisciplinar**. 1997. 266 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – UFRJ/Eco, Rio de Janeiro, 1997.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. **Ciência da Informação: desdobramentos disciplinares, interdisciplinares, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade**. Disponível em: <<http://www.uff.br/ppgci/editais/lenavanialeituras.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2011.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Gênese da Ciência da Informação ou sinais anunciadores da nova área. In: O CAMPO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: gênese, conexões e especificidades. João Pessoa: UFPB, 2002. p. 61-86.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. 1. Memória e História. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984. p. 51-86.

POULOT, Dominique. **Museu e museologia**. São Paulo: Autêntica, 2013. 160p.

RAYWARD, W. Boyd. Electronic information and the functional integration of libraries, museums and archives. In: HIGGS, Edward (Ed.). **History and electronic artefacts**. Oxford: Clarendon Press, 1998. p. 207-226. Disponível em: <<https://www.ideals.illinois.edu/handle/2142/9474>>. Acesso em: 21 maio 2014.

REIS, José Carlos. **A Escola dos Annales: a inovação na história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

RENAULT, Leonardo Vasconcelos. **O ato colecionador**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, 2015, 177p.

RESENDE, P. H. M. **Fantasmagorias na metrópole: ensaios críticos a partir do Circuito Cultural Praça da Liberdade**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, 2013.

REVISTA DO ARCHIVO PÚBLICO MINEIRO. Imprensa oficial de Minas Gerais. Belo Horizonte, v. 21, p. 5-12, jan./mar. 1927.

RHOADS, James B. **La Funcion de la gestion de documentos y archivos en los sistemas nacionales de información**: un estudio del Ramp. Paris: UNESCO, 1989. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000847/084735so.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2010.

ROCHA, Cláudia Lacombe. **Documentos Digitais**. Principais questões para sua preservação e acesso; as principais ações da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos do CONARQ. Conarq, 2007.

RODRIGUES, Ana M. L. A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 11, p. 102-117, 2006.

RONDINELLI, Rosely Curi. **O Conceito de documento arquivístico frente à realidade digital**: uma revisitação necessária. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2011, 270f.

RICOEUR, Paul. **Du texte à l'action**: essais d'herméneutique II. Paris: Le Seuil, 1986. (**Do texto à ação, ensaios de hermenêutica II**. Porto: Rés-Editora, [s.d.]).

RICOEUR, Paul. **Teoria da interpretação**. Trad. port. Artur Morão. Porto: Porto Editora, 1995.

RUSSO, M. **Fundamentos de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2010. 177p. (Coleção Biblioteconomia & Gestão, Série Didáticos, v. 1. FACC/UFRJ).

RUIZ, Francisco Fuster. Archivística, archivo, documento de archivo... Necesidad de clarificar los conceptos. **Anales de Documentación**, 2, p. 103-120, 1999.

SANJAD, Nelson; BRANDÃO, Carlos Roberto. **A exposição como processo comunicativo na política curatorial**. [S.l: s.n.], 2008. p. 26-35.

SANTOS, B. D. S. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos Avançados**, v. 2, n. 2, ago. 1988. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141988000200007&lng=pt&nrm=iso&tling=pt>. Acesso em: nov. 2015.

SANTOS, B. DE S. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2003.

SCHELLENBERG, T. R. **Modern archives**: principles and techniques. Chicago: University of Chicago Press, 1956. 247 p.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1973.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

SCHEINER, T. C. M. Museus, Museologia e o patrimônio universal. **Revista Museu**, v. 2007, p. 1805, 2007.

SILVA, Armando B. M. **Arquivística, Biblioteconomia e Museologia** - do empirismo patrimonialista ao paradigma emergente da Ciência da Informação. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de SP, 2002.

SILVA, Armando B. M. Informação e Comunicação: as duas faces de Jano. **Prisma.com**, n. 2, p. 3-32, 2006. Disponível em: <<http://revistas.ua.pt/index.php/prismacom/article/view/606>>. Acesso em: 14 jan. 2016.

SILVA, Armando Malheiro *et al.* **Arquivística**: teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Afrontamento, 1999. 253 p.

SILVA, M. R. **História, memória e poder**: Xavier da Veiga, O. [S.l.: s.n.], 2006.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. **Biblioteca pública, identidade e enraizamento**: elaborações intersubjetivas ancoradas em torno da Luiz de Bessa. 2014. 252f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

SMIT, J. W. Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia: o que agrega estas atividades profissionais e o que as separa? **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 1, p. 27-36, 2002.

SHOUTEN, Frans. L'educacio dans les museés: un défi permanent. **Museum**, n. 156, p. 240-243, 1987.

SMIT, J. W. Arquivologia/biblioteconomia: interfaces das ciências da informação. **Informação & Informação**, v. 8, p. 29, 2003.

SOUZA, Katia Isabelli Melo de. **Arquivista** - visibilidade profissional: formação, associativismo e mercado de trabalho. Brasília: Starprint, 2011.

TEES, M. Harmonization of education and Training for information professionals. **IFLA Journal**, v. 17, n. 3, p. 232-34, 1991.

TEES, M. Harmonization of education and training programmes for library, information and archivall; Personnel: a report of the Colloquium held in London, 9-15 August 1987. **IFLA Journal**, v. 14, n. 3, p. 243, 1988.

TRIOLA, Mario F. *et al.* **Introdução à estatística**. Rio de Janeiro: Ltc, 2005.

UNESCO. **Basic Facts and Figures**: International Statistics Relating to Education, Culture, and Mass Communications. Paris, 1959.

UNESCO. **Basic Facts and Figures**: International Statistics Relating to Education, Culture, and Mass Communications. Paris, 1962.

UNESCO. **Strong Foundations**: Educations and Early Childhood. Paris, 2006.

VIEIRA, Ronaldo da Mota. **Introdução à teoria geral da biblioteconomia**. Rio de Janeiro: Interciência, 2014. 330 p.

WELLISCH, H. H. Ebla: The World ' s Oldest Library. **Journal of Library History**, v. 3, May 2013, 1981. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/25541212?uid=2129&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21104555910521>>. Acesso em: nov. 2015.

WOOLLEY, L. **Ur "of the Chaldees"**: the final account, Excavations at Ur. London: Herbert Press, 1982.

ZORICH, D.; WAIBEL, G.; ERWAY, R. **Beyond the silos of the LAMs**: collaboration among libraries, archives and museums. Ohio: OCLC Research, 2008. Disponível em: <www.oclc.org/programs/publications/reports/2008-05.pdf>. Acesso em: nov. 2015.

APÊNDICES